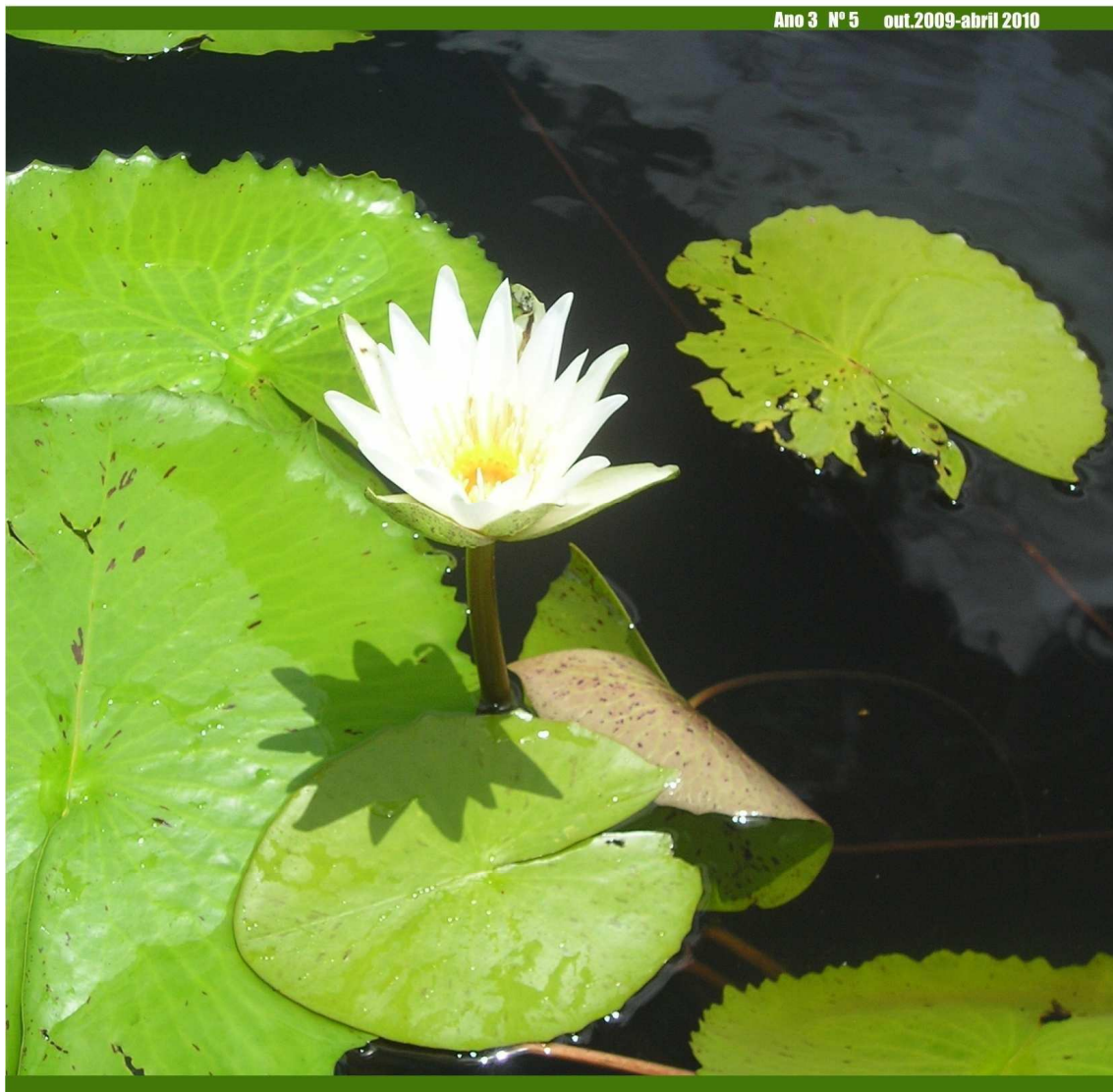


ISSN: 1982-193X

Ponta de Lança

REVISTA DE HISTÓRIA, MEMÓRIA & CULTURA

Ano 3 Nº 5 out.2009-abril 2010



Universidade Federal de Sergipe

HPNet

Grupo de Pesquisa História
Popular do Nordeste

A **Revista Eletrônica Ponta de Lança** é uma publicação do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste do Departamento de História e do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Sergipe. Sua proposta é constituir-se em veículo interdisciplinar voltado para o debate sobre História, Memória e Cultura, com ênfase na História do nordeste, compreendida tanto no seu aspecto diacrônico (esfera da história tradicional) quanto no seu aspecto sincrônico (onde a história é uma história do tempo presente).

Endereço para Correspondência: Universidade Federal de Sergipe Centro de Educação e Ciências Humanas Departamento de História Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos” Av. Marechal Rondon, s/n – Rosa Elze – São Cristóvão/Sergipe CEP: 49.100-000 Telefone: (79) 2105-6740 e-mail: hpopnet@uol.com.br

Fotografia da Capa: Andaraí - Chapada Diamantina - Foto Fernando Sá

Revisão Técnica dos abstracts: Prof. Dr. Samuel Cohn (Texas A&M University/USA)

Revisora: Profa. Dra. Lêda Pires Corrêa

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá (DHI/UFS) – Editor

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos (DFL/UFS)

Prof. Dr. Marcos Silva (DHI/UFS)

Prof. Dr. Hamilcar Silveira Dantas Junior (DEF/UFS)

Prof^ª. Dra. Lêda Pires Corrêa (DLE/UFS)

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dra. Ana Pratesi (Universidad Nacional de Misiones – Argentina)

Prof. Dr. Berthold Zilly (Universidade de Berlim/Alemanha)

Prof. Dr. Francesco Lazzari (Universidade de Trieste/Itália)

Prof. Dr. Jorge Nóvoa (Universidade Federal da Bahia)

Prof. Dr. Luiz Bernardo Pericás (Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos/SP).

Prof^ª. Dra. Miriam Rossini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. Samuel Cohn (Texas A&M University/USA)

Prof. Dr. Victor Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof^ª. Dra. Vanessa Maria Brasil (Universidade de Brasília)

Prof. Mestre Victor Leonardi (Professor Aposentado da Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Erivaldo Fagundes Neves (Universidade Estadual de Feira de Santana-BA)

Prof. Dr. Héctor Domínguez-Ruvalcaba (University of Texas/Austin)

FICHA CATALOGRÁFICA

Ponta de Lança: história, memória & cultura [recurso eletrônico] / Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste. - Vol. 3, n. 5 (out. 2009- abr. 2010) – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste, 2007–

Semestral

1. História cultural. 2. História da memória. 3. Brasil – Nordeste.

I. Título.

CDU 930.85(812/813)(05)

Proibida a reprodução total ou parcial de qualquer artigo sem a prévia autorização do Editor. Todos os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à revista.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
--------------------------	----------

ARTIGOS

CETICISMO HISTORIOGRÁFICO E CRISE DOS REFERENTES	9
---	----------

José D'Assunção Barros

SINDICALISMO, POPULISMO E NACIONALISMO: OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA NA BAHIA (1960-1990).....	25
---	-----------

Paulo Sergio da Costa Neves

KUKULCÁN Y SU CULTO GUERRERO EN CHICHÉN ITZÁ	43
---	-----------

Alexandre Guida Navarro

A RAINHA DO CANGAÇO NOS FOLHETOS DE CORDEL	60
---	-----------

Andréa Patrícia Santos Melo

O SERTÃO DE PIERRE VERGER:MESTRE VITALINO E A FEIRA DE CARUARU	78
---	-----------

Aaron Sena Cerqueira Reis

JOSÉ CALASANS E O MOVIMENTO FOLCLÓRICO BRASILEIRO	89
--	-----------

Gilsimara Andrade Torres

COMUNICAÇÃO DE PESQUISA

HISTÓRIA E CIBERCULTURA: O DOCUMENTO DIGITAL COMO FONTE HISTÓRICA	109
--	------------

Irlan Mark Elias Vieira

RESENHAS

SOB A LUPA DE IBARÊ.....	117
---------------------------------	------------

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

A NOVA ABOLIÇÃO	122
------------------------------	------------

Jacqueline dos Santos

APRESENTAÇÃO

A imagem de flor da Chapada Diamantina, que compõe a capa do quinto número da *Revista Eletrônica Ponta de Lança*, representa o seu desabrochar para uma nova fase, especialmente, porque lançaremos, em formato impresso, os dois primeiros números da publicação, com novo ISSN. Ao mesmo tempo, a avaliação do QUALIS CAPES da versão eletrônica demonstrou que estamos no caminho certo de estabelecer um fecundo diálogo interdisciplinar entre a história e o campo das letras. Com a colaboração dos novos membros do Conselho Editorial, pensamos estar preparados para garantir a continuidade da revista, conservando a costumeira qualidade editorial que propicia o intercâmbio entre pesquisadores de diferentes instituições de pesquisa e de ensino superior.

A importância da escrita da história na sociedade contemporânea pode ser percebida no artigo de José D'Assunção Barros, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que discute, com acuidade, a chamada “Crise dos Referentes”, levantando questões sobre a proximidade entre História e Ficção e o ‘Ceticismo historiográfico’, relacionadas às incertezas acerca do status científico do conhecimento histórico. Barros proporciona ao leitor um passeio atual pelos jardins da historiografia contemporânea, em que se realça a análise do texto histórico como um discurso em forma de prosa, na acepção de White, e a alternativa de Ricoeur de conceber a História essencialmente como uma narrativa, mas sem rejeitar aspectos objetivos da produção do conhecimento histórico.

O texto de Paulo Neves, do Doutorado em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, é instigante por colocar em evidência a ‘guerra de memórias’ entre os diferentes grupos sindicais da Bahia, cada um dos quais buscando definir os termos da memória legítima. Por meio do estudo de caso dos petroleiros, o autor propõe uma discussão teórica sobre o lugar da memória social nas ações coletivas.

Alexandre Guida Navarro, da Universidade de Campinas, retoma suas reflexões sobre Kukulkán e o culto guerreiro em Chichén Itzá, em Yucatan, no México, já desenvolvidas em número anterior de nossa revista. Nesse artigo, o estudioso dos assuntos maias desenvolve uma caracterização desta divindade maia, associando-a a diversas manifestações culturais, com destaque a sua presença junto ao poder político, à guerra e à religião.

As outras colaborações provêm das atividades do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste da Universidade Federal de Sergipe, com ênfase nas pesquisas desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação em História. Andréa Patrícia Santos Melo inova, em seu artigo, ao analisar os folhetos de cordel sobre o cangaço, com ênfase à representação de Maria Bonita, companheira de Lampião. Denunciando o forte conteúdo patriarcal dos poetas populares, a autora colabora ao problematizar os fatores sociais condicionantes na composição da literatura de cordel. Já Aaron Sena Cerqueira Reis escreve belo trabalho sobre o olhar do etno-fotógrafo e etno-

historiador Pierre Verger sobre o sertão nordestino, com especial atenção a sua produção fotográfica sobre o cotidiano do artesão Vitalino Pereira dos Santos. Esse texto resulta do projeto de pesquisa *O Sertão de Pierre Verger*, financiado pelo Pibic-FAPITEC/UFS (2008-2009) e obteve os seguintes prêmios: Prêmio Destaque de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (2009) e do 1º. Prêmio FAPITEC/SE de Divulgação Científica (2009).

A cultura popular é tema do artigo de Gilsimara Andrade Torres, que analisa a contribuição do professor, historiador e folclorista José Calasans da Silva Brandão aos estudos folclóricos no Brasil, no período do fim dos anos 1940 à década de 1970, especialmente o seu papel na luta pela defesa e preservação do Folclore, como Secretário-Geral da Comissão Baiana de Folclore.

Na seção Comunicações, o estudante de graduação em História, Irlan Mark Elias Vieira desenvolve interessante reflexão sobre o documento digital como fonte histórica. Desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe, esta pesquisa observou como a Internet tem proporcionado mudanças e discussões que abriram novas possibilidades sobre esse tipo de fonte e seus respectivos usos pelos historiadores, especialmente tomando o hipertexto como base para uma profunda revolução na maneira de fazer história hoje.

Por fim, as resenhas analisam livros recentemente publicados por autores representativos de diferentes gerações ligadas ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. O primeiro texto se debruça sobre a magistral obra do professor Ibarê Dantas em torno da biografia de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (2009), engenhoso político sergipano que viveu entre 1825 e 1909. Já a outra resenha aborda o livro *A Nova Abolição*, do jovem historiador Petrônio Domingues (2008), realçando os aspectos das relações raciais, mais especificamente no Estado de São Paulo, num período que data do final do século XIX até o início do século XX.

Boa leitura!

ARTIGOS

CETICISMO HISTORIOGRÁFICO E CRISE DOS REFERENTES

José D'Assunção Barros

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense

e-mail: jose.assun@globocom.com

RESUMO

Nas décadas recentes, a Historiografia tem assistido a algumas crises de diversificadas origens e naturezas. O presente artigo tem por intenção examinar uma destas crises, aquela que poderemos chamar “Crise dos Referentes”, envolvendo vários aspectos, entre os quais a ‘proximidade entre História e Ficção’ e o ‘Ceticismo historiográfico’ relacionado às incertezas acerca do status científico do conhecimento histórico. São discutidos autores como Hayden White, com sua análise do texto histórico como um discurso em forma de prosa, e Paul Ricoeur, um filósofo da história que oferece a alternativa de conceber a História essencialmente como uma narrativa, mas sem rejeitar aspectos objetivos da produção do conhecimento histórico.

Palavras-Chave: Crise Historiográfica; Narrativa; Discurso.

ABSTRACT

In recent decades, Historiography has undergone several crises of varying origins and natures. The present article intends to examine one of these crises, one that may be called “Crisis of the References”. It involves various aspects, including the ‘proximity between History and Fiction’ and ‘Historiographic Skepticism’ relating to the uncertainty over the scientific status of History. We discuss Hayden White’s analysis of the historical text as a discourse in prose form, and Paul Ricoeur’s philosophy of history which offers the alternative of conceiving of History essentially as narrative but without rejecting the objective aspects of the production of historical knowledge.

Key-Words: Historiography Crisis; Narrative; Discourse.

A Historiografia tem conhecido muitas crises nas últimas décadas. Na verdade, não se trata de uma única crise, relacionada a um só aspecto da historiografia. Apenas para mencionar alguns aspectos críticos, poderíamos evocar os debates em torno da ‘fragmentação das temáticas historiográficas’ (o que François Dosse, em ensaio de 1987, chamou de “História em Migalhas”), a crise dos grandes paradigmas explicativos (aqueles que Lyotard denominou no seu ensaio de 1979 de “meta-narrativas”), e as crises de ‘manipulação da História pela política’ – da qual nos deram fartos exemplos no último século o Stalinismo e a historiografia revisionista que procurou amenizar a participação de grandes empresas alemãs no empreendimento político do Nazismo. Também assistimos, depois das benéficas explosões de interdisciplinaridade desde a primeira metade do século XX, crises relativas à perda de um vocabulário e de uma linguagem comum que possam unificar a Historiografia como um todo, e a multiplicação de especializações historiográficas dentro do próprio Campo da História não deixou de produzir também situações de isolamento nas quais um tipo de historiador não parece compreender o outro. Todas estas crises, e outras mais, constituem um grande feixe de situações críticas que têm sido confrontadas pela História desde o último século. Neste artigo, analisaremos uma crise não menos importante: a Crise dos Referentes Históricos.

A Crise dos Referentes – ou seja, a idéia de que a história dificilmente poderia apreender algo de mais concreto da realidade histórica vivida, e que, no limite, a historiografia constituiria ficção – tornou-se um complexo âmbito de polêmicas nas décadas recentes, de modo que será oportuno problematizar aqui a questão. A temática do imbricamento entre Discurso, Poder e Saber já havia sido colocada, naturalmente, por Michel Foucault, desde nos anos 1960. Mas nos anos 70 surgiram algumas obras decisivas para a aplicação das questões levantadas por Foucault em relação à História. Um definitivo artigo de Michel de Certeau intitulado “A Operação Historiográfica” fora publicado em 1974. Um ano antes, Hayden White publicara a sua *Meta-História* (1973). No início da década de 80, surgiria o impactante ensaio *Tempo e Narrativa*, de Paul Ricoeur (1983-1985), que deixaria traços não apenas na historiografia como também no pensamento sobre a historiografia, o que pode ser notado em obras como o ensaio publicado por Jacques Roncière em 1992 com o título “As palavras da História – ensaio de poética do saber” (1992). Todos estes textos, e outros mais, têm em comum o fato de trabalhar o reconhecimento da dimensão literária da História, bem como de subjetividades várias que afetam o historiador no exercício do seu trabalho. Assim, se a “consciência histórica” já fora apontada em 1957 por Gadamer como um traço distintivo do homem contemporâneo em relação a seus predecessores, o historiador contemporâneo havia

desenvolvido algo mais ainda, a ‘consciência da sua subjetividade’, em vários níveis, o que incluía isto que poderemos chamar de uma “consciência da narratividade histórica”.

Não apenas se contentando em dar a perceber que o homem contemporâneo, do século XX em diante, havia assimilado irreversivelmente a “plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião”, Hans-Georg Gadamer acrescentara ainda que a consciência histórica era para o homem contemporâneo (e se referia ao homem comum) um singular privilégio, e “talvez um fardo”. São estas as suas palavras na abertura da primeira de suas cinco conferências de 1957 mais tarde agrupadas em livro sob o título de *O Problema da Consciência Histórica* (1998, p.17). Ao que parece, um fardo ainda maior, e cada vez mais pesado, teria de ser carregado pelo historiador de nossos dias. Convidado pela permanente aceleração do tempo em nossa época a refletir cada vez mais sobre o seu próprio ofício – sobre o “fazer” ou o “pensar” da História – os historiadores foram descortinando cada vez mais as subjetividades que, nos vários níveis da operação historiográfica, acercam-se de seu trabalho.

No início do século XX, Benedetto Croce (1866-1952) afirmara em sua *Teoria e História da Historiografia*, publicada em 1920, que “toda história é contemporânea” – frase que foi emblematicamente retomada por Lucien Febvre nos *Combates pela História*, publicados em 1965. Com isso se queria dizer o que hoje soa óbvio: que cada Presente reconstrói o seu passado de uma nova maneira, colocação que ainda tem motivado historiadores como Koselleck a repensar a cada vez de uma nova maneira este mesmo fundamento relacional que envolve as três instâncias da temporalidade, tal como na obra *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos* (1979).

Paul Veyne (1971) também proferira uma emblemática frase: a de que “toda história é comparada”. Com isto, chamava atenção para as intersubjetividades da História – este tipo de conhecimento que resulta em um texto em permanente diálogo com fontes da época examinada, e com redes de outros textos produzidos pelos historiadores em seu próprio tempo. Mas seria Paul Ricoeur (1913-2005) que pronunciaria uma frase ainda mais desafiadora no campo do reconhecimento das subjetividades que afetam a história. Em *Tempo e Narrativa*, publicado entre 1983 e 1985, ele irá afirmar que “toda história é narrativa”. Mesmo a História mais Estrutural, como as que foram produzidas por alguns dos historiadores das primeiras duas gerações dos Annales, ou a História mais Coletiva, que apaga os heroísmos e ações individuais para construir uma história das lutas de classe e do seu diálogo com os modos de produção, seria narrativa. Essas “Classes Sociais”, a “Sociedade”, as “mentalidades de época” constituem “quase personagens”, como nos mostra Chartier nos seus

comentários sobre a contribuição de Ricoeur (2002, p.86). E, conforme argumenta Jacques Revel em seu ensaio de 1996 sobre “Micro-análise e construção do social”, até mesmo uma série de preços constituiria de alguma maneira uma forma de narrativa, uma vez que esta organiza o tempo e produz uma forma de representação (REVEL, 1996, p.35).

Afirmar que “toda história é narrativa” atingia os historiadores que praticavam o antigo modelo estrutural dos Annales no seu mais delicado âmago, pois a “narrativa” – na verdade um tipo específico de narrativa que era a narrativa factual e política da historiografia metódica – havia sido criticada veementemente na caminhada dos Annales para o seu triunfo institucional (e, ao usarmos esta imagem, estamos ainda construindo uma narrativa). Reconhecer esta “narratividade da história” era algo que apontava simultaneamente para os desgastes do velho modelo annalista, que um dia fora tão inovador, e para os desafios de um novo tempo.

PAUL RICOEUR: TEMPO E NARRATIVA

A riqueza da obra de Paul Ricoeur está precisamente nas novas alternativas que ele oferece em relação à necessidade de enfrentar os desafios de encontrar um novo lugar para a narrativa historiográfica (ou para a consciência da narratividade histórica), sem para isto recair na solução de dissolver a historiografia na ficção ou na pura e simples dimensão estética do discurso histórico, tal como aparece frequentemente proposto por setores mais radicais da desconstrução pós-modernista. Ricoeur define como objetivo da História uma meditação sobre o viver humano no tempo, e aprofunda uma discussão que já vinha sendo encaminhada desde fins do século XIX pelos setores relativistas do Historicismo: a de que, ao lado da distinção entre Ciências Naturais e Ciências Humanas, existem posturas metodológicas próprias a cada um destes campos, correspondendo às ciências humanas a possibilidade de atingir a Verdade através da “compreensão”. De igual maneira, o Sujeito produtor de conhecimento, como ocorre de modo geral com os autores historicistas, está sempre inscrito em uma subjetividade que o transcende através de seu pertencimento a outras instâncias. Em Ricoeur, porém, há ainda uma originalidade, além do sujeito que produz o conhecimento através da escrita da história, os sujeitos do passado, trazidos à vida através das fontes, também fazem parte do pólo “Sujeito”, não se constituindo em objetos passivos que são analisados pelo historiador.

Deste modo, Paul Ricoeur reconstrói de uma nova maneira tradicional relação entre sujeito e objeto na História, e redefine também o que é o Objeto da História. De acordo com sua

proposta, os homens do passado – examinados pelo historiador – constituem tão parte do pólo “sujeito” como o próprio historiador. O Objeto de estudo, uma época ou um processo, abre-se a uma análise na qual tomam parte ativa o historiador e os próprios sujeitos e vozes que chegam do passado através das fontes, uma vez que estas retroagem também sobre o historiador, que não trabalha com a sua documentação em uma via de mão única, analisando-a distanciadamente. No processo de produção do conhecimento, as fontes, materiais e vestígios também vão imprimindo as suas direções aos caminhos a serem percorridos, obviamente que em interação com o próprio trabalho do historiador. Este, ao final do processo de produção do conhecimento historiográfico, também se vê transformado. Mas há mais. Para além do “sujeito-objeto” que é constituído pelos sujeitos do passado, também o leitor, o receptor do conhecimento histórico a ser produzido, é ele mesmo sujeito de produção do conhecimento. Incorporando esta perspectiva complexa em torno do Sujeito que produz a História-Conhecimento – um sujeito plural, que inclui o historiador, as vozes do passado e o leitor – a principal função da História passa a ser a de oferecer um caminho para que os homens tomem consciência de sua presença no tempo, e se estabelece assim um diálogo entre o Passado e o Presente que tem por objeto o vivido (do passado e do presente) e por resultado mais importante a troca de experiência entre estas instâncias. Talvez mais do que em qualquer outra concepção historicista que trouxe a *Compreensão* para o centro do processo de elaboração do conhecimento histórico, o “compreender” torna-se aqui mais complexo, levando a um processo que inclui a ‘compreensão do outro’ e a ‘auto-reflexão sobre si mesmo’ em um movimento circular que pode se estender indefinidamente entre as mediações do historiador, do leitor, e dos homens que fazem parte do passado vivido e que retornam através das fontes. Vejamos, mais especificamente, como se dá este projeto no que se refere à adequação entre *Tempo e Narrativa*, obra que traz precisamente como objeto de estudo a relação entre “tempo vivido” e “narração” – ou, dito de outra maneira, entre “experiência” e “consciência”. Em Ricoeur, a Ciência Histórica é simultaneamente lógica e temporal, de modo que surge com ele a possibilidade de integrar dialeticamente aspectos que antes pareceram inconciliáveis: o tempo estrutural dos Annales e o tempo vivido do Historicismo apoiado na narrativa. A inteligibilidade histórica, certamente necessária tal como haviam proposto os annalistas, não poderia, destarte, excluir o vivido. O conhecimento histórico teria um caráter lógico e estético, mas, ao mesmo tempo, na interação dialética entre o vivido e o lógico estaria o fundamento de uma História satisfatória e útil à vida. Privilegiar o Vivido contra o Lógico, ou vice-versa, conduziria a uma história insatisfatória. Devolvida à própria Vida, de onde saíra, a História

não poderia se afirmar como atividade puramente intelectual (como propunha Paul Veyne) e deveria buscar “ensinar a viver”.

Esta integração entre a experiência sublunar – o “vivido” – e a Lógica, expressa através da construção da intriga, deveria constituir a base essencial do trabalho do historiador. O monumental esforço de produzir uma dialética entre o vivido e a lógica é conseguido por Paul Ricoeur através de uma extraordinária erudição e capacidade de reflexão filosófica, sendo que ele praticamente retoma a História da Filosofia para lograr êxito nesta empresa. Entre posicionamentos diversos, como o “tempo lógico” de Aristóteles e o “tempo da alma” de Santo Agostinho, ele constrói a sua proposta de uma interação de perspectivas para a narrativa histórica. Estes dois modelos de tempo, o tempo exterior da intriga e o tempo interior da alma, são os dois pólos a serem colocados em interação pela narrativa histórica proposta por Paul Ricoeur, que busca acomodar o tempo interno agostiniano à intriga Aristotélica. Vejamos mais de perto este singular ajuste.

O Tempo Interior de Santo Agostinho – que já havia sido abordado por Heidegger em uma conferência de 1930 – é um dos dois pontos de partida, se assim se pode dizer, da reflexão de Paul Ricoeur sobre a relação entre *Tempo e Narrativa*. Santo Agostinho havia rejeitado a antiga tese grega (re-encaminhada por Aristóteles) de que o tempo correspondia a um movimento dos astros, e introduz a noção de que “o tempo é interior, passando-se na alma”, impactando esta alma humana com uma tripla presença: do Passado, através da Memória; do Presente, através da Visão; e do Futuro, através da Espera. Esta experiência do tempo é profunda vivência humana, mas ao mesmo tempo não comunicável, porque impregnada de subjetividade.

Já com a Poética de Aristóteles, ao contrário, considera-se o modelo de tempo no qual as ligações internas da Intriga dão-se mais de forma lógica que cronológica (no caso, uma lógica do “fazer poético”). O impasse entre o vivido e o lógico, entre Tempo e Narrativa, pode ser exemplificado, desta maneira, pela oposição entre Agostinho e Aristóteles, e é a partir daí que Ricoeur vai desenvolvendo a sua importante reflexão sobre a narrativa histórica. A concepção psicológica do tempo de Santo Agostinho oculta o tempo do mundo, e a concepção cosmológica do tempo de Aristóteles – considerado como movimento dos corpos – oculta o tempo da alma. O tempo da alma, e o tempo da natureza, por assim dizer, contratam-se a partir destes dois ícones filosóficos. Para Ricoeur, tanto a narrativa histórica como a narrativa ficcional buscam trabalhar com um terceiro tempo, que busca a mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico. O tempo vivido deve encontrar o seu reconhecimento na intriga logicamente construída, isto é, no âmbito do tempo construído pela lógica narrativa do

historiador. O Tempo torna-se tempo humano, de acordo com as proposições de Ricoeur, precisamente quando é articulado de maneira narrativa. Temporalidade e Narratividade reforçam-se reciprocamente. A intriga se apresenta como mimese, uma imitação criadora da experiência temporal que faz concordar os diversos tempos da experiência vivida. Deste modo, a Intriga agencia os fatos dispersos da experiência em um sistema.

A Poética – arte de compor intrigas que faz “reconhecer o viver” – é apresentada aqui um modelo a ser considerado pela História. Com relação à notória querela entre Compreensão e Explicação, Paul Ricoeur procurará desconstruir a tradicional dicotomia entre compreensão narrativa e a função explicativa. “Compreender na narrativa”: é esta a fórmula que se entrevê a partir das considerações de Paul Ricoeur. O historiador, através da intriga que constituirá a base de seu trabalho, tem diante de si a possibilidade de estabelecer uma Concordância a partir das Discordâncias da experiência vivida, ao agenciá-las criativamente em uma totalidade de sentido. O papel do historiador seria precisamente o de tornar necessários e verossimilhantes, através da Intriga histórica, os eventos discordantes, as súbitas inversões de expectativas, as reviravoltas factuais, as mudanças de rumo, a reordenação de alianças e rivalidades. Assim como o poeta que constrói a sua intriga, o papel do historiador é também o de incluir o discordante no concordante.

De igual maneira, e acompanhando este mesmo movimento, é preciso destacar que para Ricoeur a narrativa não coincide ingenuamente com o real – tal como propunham os primeiros historicistas, os historiadores positivistas ou os metódicos; ela (narrativa) é claramente assumida como uma construção do historiador. A Intriga não é mera imitação do real, mas imitação criadora; representação construída pelo sujeito. Com a narrativa histórica proposta por Ricoeur, o que se busca não é mostrar o que se passou, mas sim estabelecer uma referência a este vivido e retornar a ele. Emergindo do vivido, a narrativa a ele retorna, transformando-o e transformando-se em um único movimento, de tal maneira que se pode dizer que a narrativa histórica é uma reflexão do Vivido sobre si mesmo, através das importantes mediações do historiador que constrói o texto e do leitor que recebe e ressignifica a obra historiográfica, compreendendo, através dela, a si mesmo e ao mundo.

Na operação historiográfica, esta interação entre vivência e reconhecimento estabelece-se em três momentos, que Ricoeur denomina mimeses 1, 2 e 3: (1) a *prefiguração* do campo prático; (2) a *configuração* textual deste campo (que coincide com o texto construído como Intriga pelo historiador); e, por fim, (3) a *refiguração* pela recepção da obra (a este último aspecto, que envolve a papel recriador do leitor que apreende a narrativa historiográfica, voltaremos oportunamente). Quanto à ‘mimese 1’, a ‘prefiguração do campo prático’ – universo vivido

no qual se agitam as ações e sentimentos humanos – ela contém já uma pré-narrativa, ou pré-narrativas possíveis que podem e precisam ser apreendidas pelo historiador-autor, e ao mesmo tempo já contém em si mesma elementos que permitirão ao leitor, na experiência recriadora da ‘mimese 3’, compreender e identificar-se com o vivido prefigurado. Desta maneira, o vivido, no seu estado prefigurado, autonarra-se de alguma maneira, pois contém possibilidades e virtualidades narrativas dentro de si.

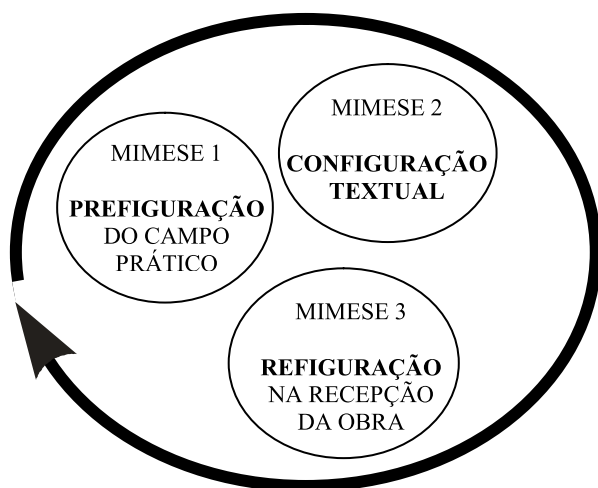


Figura 1.
As *Mímeses*
de Paul Ricoeur

Com relação à configuração textual – ou à Intriga construída pelo historiador (mimesis 2) – alguns aspectos se depreendem. Uma primeira função da mimese 2 (isto é, do texto do historiador) é ligar eventos separados em um todo compreensível. Para tal, a Intriga irá estabelecer uma configuração lógica, e não uma sucessão cronológica (o que, desde já, opõe a narrativa historiográfica proposta por Ricoeur à narrativa historizante dos historiadores factuais que haviam sido criticados pelos Annales na década de 1930). Para além disso, o tempo constituído pela Intriga não prescinde de realizar uma síntese, um acordo ou uma reconfiguração que abarca o tempo cronológico da sucessão episódica e o submete à ordenação lógica, o tempo narrativo propriamente dito, que deverá se organizar em um determinado padrão narrativo a ser reconhecido pela comunidade de autores e leitores. Uma vez que a ‘mimesis 2’ clama pela reapropriação do leitor (que se dará na mimese 3), o historiador-autor deverá assegurar a inteligibilidade e receptividade do seu texto valendo-se de formas narrativas consagradas pela sua tradição cultural.

Vale ainda lembrar, a respeito da questão dos objetivos da prática historiográfica, que a narrativa histórica, consubstanciada em Intriga, não pretende em Ricoeur apreender o universal lógico dos filósofos, mas sim o particular possível e verossímil. Tal como já postulava Aristóteles, tratamos aqui do universal possível da Poesia. Outro dado fundamental

emerge daqui, permitindo contrastar as proposições de Ricoeur com a história historizante, tal como era denominada pelos annalistas. A História, como já se deu a perceber, não pode conduzir a uma narrativa episódica, desconectada, gratuita (ou factual, como diriam os historiadores do Annales). Ao contrário, o conhecimento histórico deve constituir uma Intriga no sentido aristotélico, aproximando-se da perspectiva poética. Trata-se de “fazer surgir o inteligível do vivido accidental; o universal do fato particular; o necessário ou verossímil do evento episódico” (Reis, 2006). Ao mesmo tempo em que se afasta da tradicional narrativa da história historizante, Ricoeur também se distancia da atemporalidade estrutural e lógica – do tempo imóvel proposto pelos Annales através do enquadramento da longa duração e da formulação de uma história-problema predominantemente analítica, avessa à narrativa.

Aspecto igualmente importante nas proposições de Ricoeur é o papel do Receptor – o leitor da intriga historiográfica – o que o aproxima em alguma medida das teorias de recepção e outras correntes da análise comunicacional que recolocam o leitor de um texto em um lugar re-criador. O momento em que se dá esta convocação do leitor, na tríade ricoeuriana, é a ‘mimese 3’. Um papel importante para o leitor afirma-se aqui. A narrativa histórica apresenta um elemento de controle do seu potencial ficcional não apenas através da documentação que serve de base ao trabalho do historiador, mas também através do leitor que permite que a História retorne ao vivido – aspecto fundamental nas proposições ricoeurianas. A refiguração – reinvenção da Intriga – é assim produzida pelo receptor da obra historiográfica, que se vê elevado a uma posição de co-autor. Através da apropriação da Intriga, o leitor constrói a sua identidade por contraste com a identidade de outros, estabelece reconhecimentos, compara situações com a sua própria experiência vivida, elabora uma “visão” de si mesmo, do mundo e do outro, de suas relações recíprocas. Desta maneira, acrescenta algo de si aos sentidos propostos pela Intriga. A Narrativa adquire precisamente o seu sentido pleno na intersecção entre o “Mundo do Texto” e o “Mundo do Leitor”. O Mundo Lógico do Texto, ofertado pela mimese 2, e o Mundo Vivido da mimese 1 (na verdade um vivido que já podia ser pré-compreendido pelo Leitor em sua própria vivência), produzem esse espaço de intersecção que se oferece à recriação leitora na ‘mimese 3’. É desta maneira que se pode dizer que a narrativa histórica parte do vivido e retorna a este mesmo vivido.

A obra de Paul Ricoeur, enfim, surgida na década de 1980 quando os historiadores já haviam começado a experimentar novos padrões criativos para a narrativa, surge como um verdadeiro apoio filosófico para os novos tempos historiográficos.

CERTEAU E HAYDEN WHITE: DOIS CLÁSSICOS PARA O ESTUDO DAS SUBJETIVIDADES HISTÓRICAS

O reconhecimento da “narratividade da História”, mesmo antes da brilhante análise de Ricoeur, provocou nas últimas décadas do século XX uma corrida para descobrir os fundamentos específicos da narrativa historiográfica. Certeau, no ensaio “A operação Historiográfica”, esquadrinha as características deste discurso histórico que constituiria uma espécie de texto folheado no qual um discurso historiográfico compreende seus outros – os discursos de outros tempos, alcançados através do diálogo com as fontes históricas (1982, p.65-119). A este tema da História que constrói o seu texto dialogicamente na relação com textos do Passado Vivido, aliás, voltariam inúmeros autores, como Carlo Ginzburg no artigo “Ekprasis e Citação”, escrito em 1989 e inserido na coletânea *A Micro-História e outros ensaios* (1989). Mas voltemos às pioneiras considerações de Certeau. Ao mesmo tempo, confirmando e aprofundando a percepção contemporânea das demais subjetividades que circunscrevem o trabalho e o produto historiográfico – este discurso historiográfico sistematicamente decifrado por Certeau situa-se na encruzilhada de “um lugar social”, “uma prática”, “uma escrita”. O estudo historiográfico aparece, assim, mais como produto de um lugar, que de uma disposição individual, e afirma-se de maneira particular a tradicional tônica da relação do trabalho historiográfico com o Presente. O texto de Michel de Certeau tornou-se um clássico, tão importante para a compreensão dos problemas da história contemporânea como se tornara imprescindível para a compreensão da História das Ciências o ensaio de Thomas Kuhn sobre a *Estrutura das Revoluções Científicas*, publicado em 1962.

Clássico também se tornou o fascinante e controvertido ensaio de Hayden White sobre a *Meta-História*, texto igualmente pioneiro, já que foi escrito em 1973, e que parte da idéia de que uma obra historiográfica é fundamentalmente uma “estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (WHITE, 1992, p.11)¹. A produção de Hayden White, e posteriormente de outros autores que investem radicalmente na idéia da discursividade da História (muitos dos quais iriam compor as fileiras do que se habitual chamar de historiografia pós-moderna), parte já de outro importante circuito de influências. Além do diálogo direto com Michel Foucault (que aliás também era uma das interlocuções de Michel de Certeau), as reflexões em torno da possibilidade de examinar a historiografia como uma

¹ Mais adiante, Hayden White elabora uma definição mais completa do trabalho historiográfico: “considerarei o labor historiográfico como o que ele manifestamente é, a saber: uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de explicar o que eram representando-os” (*op.cit.* p.18).

estrutura verbal ou discursiva, antes e acima de qualquer outro aspecto, tornou-se possível no seio de um movimento maior que se deu na lingüística e na filosofia, e que inclui o chamado “giro lingüístico”². A idéia matriz é a de que a mente não seria capaz de explorar o Real sem a Linguagem (admitindo-se a existência deste Real, que também pode ser o ponto a se discutir), e isto porque a linguagem não seria apenas um meio ou um lugar para a expressão dos pensamentos, tal como aparece em posições clássicas da filosofia da linguagem, mas sim a própria maquinaria ou estrutura do pensamento. Sem a linguagem, não teríamos acesso aos nossos pensamentos, ou ao pensamento de outros.

Quais são as conseqüências mais imediatas desta concepção para a História? Segundo esta perspectiva, a Linguagem não é utilizada pelo historiador para expressar as suas idéias sobre a História, ou para estruturar em forma verbal os resultados a que teria chegado através da pesquisa histórica realizada. Invertida a questão, a Linguagem – ou os modos como se utiliza desta linguagem e do seu repertório de recursos discursivos – constituiria essencialmente o próprio pensamento historiográfico do historiador. Expressar-se de outro modo seria desde já pensar de outro modo, e conseqüentemente produzir uma outra historiografia. No limite, não é a linguagem que é chamada a se adaptar a uma perspectiva historiográfica trazida pelo historiador, mas a perspectiva historiográfica já se produz na linguagem, nas estratégias discursivas encaminhadas, nos modos de articular o discurso e visar o destinatário. É desta posição epistemologicamente mais ampla que partiria Hayden White ao considerar que fundamentalmente a obra historiográfica é “estrutura verbal na forma de discurso narrativo em prosa”. Com esta frase, não se tratava de enunciar uma evidência, mas de expressar uma precedência: a da Linguagem sobre o Pensamento. E, mais ainda, indicar que a historiografia produzida não é resultado primeiro de uma realidade externa, a ser atingida pelo historiador, mas de uma estruturação interna, da qual o próprio historiador não necessariamente se dá conta.

Na verdade, Hayden White já vinha desde 1966 dedicando especial atenção para a questão da descontinuidade entre os acontecimentos do mundo exterior e a sua representação sob a forma narrativa, e suas reflexões naquela ocasião haviam tomado a forma de um artigo para a revista *History and Theory*, com o título “The Burden of History” (1966). Mas é com a *Meta-História – um Ensaio sobre a Imaginação Histórica no século XIX*, que ele chega ao seu

² A expressão “virada lingüística” ou “giro lingüístico” (“linguistic turn”), consolidou-se em 1966 com a publicação, por Richard Rorty, de uma série de textos em torno da “filosofia lingüística”, já a apresentando de acordo com uma nova concepção que na Introdução desta série é delineada por Rorty como “uma visão de que os problemas filosóficos são problemas que poderiam ser resolvidos (ou dissolvidos) pela reforma da linguagem, ou por uma melhor compreensão da linguagem que usamos presentemente” (RORTY, 1992, p.3).

resultado mais grandioso, embora em um primeiro momento a obra tenha passado despercebida, tal como nos conta Roger Chartier em seu ensaio “Figuras Históricas e Representações Históricas” (2002, p.101).

Em *Meta-História*, o historiador inglês procura identificar as figuras retóricas fundacionais dos quatro modos possíveis de narrativa que, para ele, limitam o campo de possibilidades autorais: a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia. O projeto de Hayden White é o de decifrar linguisticamente e discursivamente filósofos da história do porte de Hegel, Marx, Nietzsche e Croce, e seus correspondentes ao nível de produção de um conhecimento historiográfico: Michelet, Ranke, Tocqueville, Burckhardt. O que os une? A Sinédoque, a Metonímia, a Metáfora, a Ironia, respectivamente. Re-arrumados desta maneira, relativamente aos quatro tropos poéticos que de alguma maneira regeriam as possibilidades de consciência histórica, o fundador do Materialismo Histórico se aproxima do pai do historicismo alemão, Leopold Von Ranke, e Nietzsche se aproxima de Tocqueville! A análise, é preciso dizer, não é de fato tão simples assim. Para além disso, e entrecruzando com estas figuras de linguagem e estes historiadores/filósofos, White registra os quatro modos de elaboração de enredo possíveis: o Romance, a Comédia, a Tragédia, a Sátira. Por fim, os quatro modelos de argumentação formal: o formismo, o organicismo, o mecanicismo, o contextualismo.

Marx alternaria a sinédoque integradora de Hegel, e a metonímia redutora que o aproxima do historiador Ranke. Na argumentação formal, recorreria alternativamente ao Mecanicismo e ao Organicismo (neste último caso reaproximando-se novamente de Ranke). Na exposição, no tipo enredo que empresta à sua história, o fundador do Materialismo Histórico circularia entre o Trágico e o Cômico, uma vez que os ciclos trágicos que se dão na história da luta de classes terminariam por resultar, ao final da meta-narrativa teleológica, em uma grande conciliação cômica que conduziria às sociedades sem classes (o final feliz da comédia, no qual tudo termina bem).

O intrincado esquema de Hayden White provocou polêmicas, sobretudo, pela sua proposta de praticamente reduzir a historiografia à sua dimensão estética, uma questão que ainda seria muito debatida e que, nas décadas seguintes, voltaria a animar aspirações de alguns setores do pós-modernismo historiográfico. Afirmo White, em uma das sete conclusões de seu ensaio, que os melhores fundamentos para escolher uma perspectiva da história em lugar de outra são, em última análise, antes estéticos ou morais que epistemológicos, de modo que a exigência de cientificidade da história representa apenas a declaração de uma preferência por uma modalidade específica de conceptualização histórica, cujas bases são morais ou estéticas (WHITE, 1992, p.14). Alguns autores, mesmo aqueles preocupados com a forma

historiográfica, criticaram severamente o que consideraram um “reducionismo estético” em Hayden White, como foi o caso do micro-historiador Carlo Ginzburg em trechos de dois ensaios inseridos na coletânea já citada sobre *A Micro-História* (1991). Mas por outro lado, a obra de Hayden White abriu caminhos para trabalhos similares nas décadas seguintes, e poderemos aqui mencionar o ensaio de Philippe Carrard, escrito em 1992, no qual ele procura rastrear uma *Poética da Nova História* (1992), examinando autores como Fernando Braudel ou Roger Chartier. O próprio Hayden White avança posteriormente por novas análises, que no livro *Trópicos do Discurso*, concluído em 1978, incluirão o historiador Edward Thompson, mas também pensadores de outros campos de conhecimento como Freud e Piaget (1994).

O re-intensificado interesse do homem contemporâneo, e do historiador em particular, em compreender como funciona a Historiografia ao nível discursivo – isto é, em entender como o discurso historiográfico produzido no tempo Presente ressignifica o Passado, e de que recursos literários lança mão para tal fim – trouxe uma nova recepção também a textos anteriores fora da especialização historiográfica. Os dois textos de Roland Barthes sobre a História – “O Discurso da História” e “O Efeito do Real” – escritos entre 1967 e 1968 e inseridos em *O Rumor da Língua* (1989), integram-se a esta rede de ensaios que ao lado de autores como Certeau, Hayden White, Ricoeur, Koselleck, e tantos outros, constituem a intertextualidade necessária para uma reflexão sobre a escritura da História, cada vez mais interessada pelo estudo de si mesmo. Consequentemente, amplia-se potencialmente a consciência histórica, que já desde o princípio do século XX vinha se tornando um dos principais traços do homem contemporâneo. Ao se conscientizar de seus limites, e ao explicitar cada vez mais esta mesma conscientização para todos os seus leitores e beneficiários, a Historiografia vê-se na entrada do novo milênio obrigada a tornar-se cada vez mais criativa, de modo a se legitimar simultaneamente para o grande público e para o público especializado.

Um dos problemas contemporâneos da historiografia que decorrem do retorno da narrativa, da aceitação da dimensão estética da historiografia, e do lugar central que o Discurso passou a ocupar na reflexão historiográfica – e já anteciparemos aqui um ponto que fará parte do conjunto de nossas conclusões – é o de que a formação do historiador profissional, para dar conta destas questões, precisaria ser cada vez mais complexa, mais interdisciplinar, mais cultivadora de talentos que antes não eram tão exigidos ao historiador em formação, como a velada imposição de que ele mesmo se torne um hábil literato, mas sem comprometer a sua capacidade de produzir um legítimo discurso construído à base de “enunciados verdadeiros” (no sentido proposto por Ginzburg em “Ekphrasis e Citação”, ensaio de 1988).

RESISTINDO À REDUÇÃO AO DISCURSO

O reconhecimento da importância do Discurso para a História-Efetiva e para a História-Conhecimento, contribuindo para a percepção da estruturação da primeira e para a estruturação da segunda, foi uma conquista das últimas décadas do século XX. Obviamente que há os exageros: as tentativas ou propostas de reduzir a História ao Discurso, ou ainda a dissolução da Historiografia na simples experiência estética. Roger Chartier, no seu ensaio sobre a “História: entre narrativa e conhecimento” (2002, p.91), registra a tendência da maior parte dos historiadores a resistir a isto que, no limite, eliminaria a História como campo específico de produção de conhecimento e de uma prática singular, que tem normas e parâmetros próprios. Depois de comentar certas posições no grupo relacionado ao *Linguistic Turn*, que no limite prevê a dissolução do mundo real ao discurso, Chartier entretece os seguintes comentários, que são auto-explicativos:

“Reconhecer que a realidade passada não é acessível (na maioria das vezes) senão através de textos que pretendiam organizá-las, submetê-las ou representá-la não é postular, contudo, a identidade entre duas lógicas: de um lado, a lógica logocêntrica e hermenêutica que governa a produção dos discursos; de outro, a lógica prática que regula as condutas e as ações. Dessa irredutibilidade da experiência ao discurso toda história deve dar conta, precavendo-se de um uso descontrolado da categoria “texto”, demasiadas vezes indevidamente aplicada a práticas (ordinárias ou ritualizadas), cujas práticas e procedimentos não são em nada semelhantes às estratégias discursivas” (CHARTIER, 2002, p.91).

É também nesta mesma direção que Pierre Vidal-Naquet, em um dos ensaios de “Assassinos da Memória”, publicado em 1987, já deixava registrada a sua crítica às correntes historiográficas que trabalham com a redução do texto histórico ao Discurso, e que rejeitam a ligação de uma obra com um referente externo que deve ser considerado. Este segundo aspecto, aliás, permite entrever que a “consciência da narratividade”, em seu aspecto negativo, abre dois caminhos para o descrédito da História como possibilidade de construir significativamente uma referência ao real vivido. De um lado, há os já examinados setores da discursividade historiográfica que reduzem a História Discurso, e que em vista disto acreditam ser prudente abandonar o investimento na possibilidade de que a História-Efetiva tenha alguma capacidade de apreender significativamente o vivido. Mas de outro lado, há também uma vertente que contribui da mesma maneira para a crise dos referentes. Acredita esta corrente que toda narrativa é automaticamente deformadora daquilo que pretende narrar. Investe-se, portanto, na ruptura e descontinuidade entre a narrativa histórica e a realidade

histórica. Tal como observa adequadamente Ciro Flamarion Cardoso na obra *Um Historiador Fala de Metodologia* (2005), acredita-se neste caso que “os fatos reais humanos não se agrupam como nas narrativas; qualquer texto narrativo que deles pretender dar conta os falseará necessariamente pela sua própria forma narrativa de ser”. Conduz-se aqui ao “ceticismo epistemológico”, mais uma vez denunciando-se efeitos negativos, sobre a História, oriundos da chamada “virada lingüística” (CARDOSO, 2005, p.64).

Entre os teóricos da descontinuidade narrativa em relação ao real, estaria Hans Kellner, que registrou suas opiniões sobre a temática no livro *Language and historical representation*, publicado em 1989. Posição contrária, que não empresta descrédito à narrativa em sua função de relatar o vivido e que também é registrada por Ciro Flamarion Cardoso, é a de David Carr (1986, p.15-27) em seu livro *Tempo, Narrativa e História*, publicado em 1986, à época de maior intensidade dos debates em torno do Pós-Modernismo e também da recém-nascida “virada lingüística”.

A Crise dos Referentes está longe de se ver resolvida, e talvez uma contribuição importante da historiografia recente tenha sido trazer para plena consciência do historiador a dimensão narrativa, e mesmo estética, que integra todo texto e toda produção historiográfica. Todavia, longe de se deixar conduzir à inação e à dissolução de sua própria disciplina, a historiografia e a filosofia da história têm oferecido nos tempos recentes – e a já discutida obra de Paul Ricoeur é apenas um dos vários exemplos – contribuições para assimilar esta ‘consciência da narratividade’ sem sacrificar os patamares que permitem relacionar a História não meramente a uma ficção, mas a materiais historicamente circunstanciados e que fornecem efetivamente uma base ao historiador e ao leitor de história que podem trazer ao texto historiográfico a legitimidade, se não de uma ciência (o que não está descartado), ao menos de uma prática “cientificamente conduzida”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. “O Efeito de Realidade” e “O Discurso da História”, in *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p.163-190 [original: 1989].
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um Historiador fala de Teoria e Metodologia*. Bauru: EDUSC, 2005.
- CARR, David. *Time, narrative and history*. Bloomington, Indiana University Press, 1991
- CARRARD, Philippe. *Poetics of New History – French historical discourse from Braudel to Chartier*. London: John Hopkins University Press, 1992.
- CERTEAU, Michel De. “A Operação Historiográfica” In *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119 [original: 1974].
- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CROCE, Benedetto. *Teoria e História da Historiografia*. Bari: Gius, Laterza & Figli, 1920.
- DOSSE, François. *L’histoire em miettes – dès Annales à La Nouvelle Histoire*. Paris: La Découverte, 1987.
- GADAMER, Hans-Georg. “Problemas Epistemológicos das Ciências Humanas” In *O Problema da Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.18-25 [original: conferência – 1957; publicação: 1963]
- GINZBURG, Carlo. “Ekphrasis e Citação” In *A Micro-História e outros ensaios*, Lisboa: Difel, 1991. p.213-214 [original do ensaio: 1988].
- KELLNER, Hans. *Language and historical representation – getting the story crooked*. Madison: University of Wisconsin Press, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979].
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003 [*The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962].
- LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998 [original: 1979].
- REIS, José Carlos. Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur. *Locus*, vol.12, nº1, jan/jul 2006.
- REVEL, Jacques. “Micro-análise e construção do social” in REVEL, J. (org.). *Jogos de Escalas – a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.15-38.
- RICOEUR, Paul *Temps et Récit*. Paris: Seuil, 1983/1985 [*Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papyrus, 1994].
- RANCIÈRE, Jacques. *Les Mots de l’histoire – Essai de poétique Du savoir*. Paris: Seuil, 1992.
- RORTY, Richard. *The Linguistic Turn*. Chicago: Chicago University Press, 1992 [original: 1966].
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: UNB, 1982 [original: 1971].
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Les Assassins de la mémoire. Un Eichmann de papier et autres études sur le revisionismw*. Paris: La Découverte, 1987.
- WHITE, Hayden. The Burden of History. *History and Theory*, nº5, 1966.
- WHITE, Hayden. *A Meta-História – a Imaginação Histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1972[original inglês: 1973].
- WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso – ensaios sobre a crítica da Cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994 [original inglês: 1978]

SINDICALISMO, POPULISMO E NACIONALISMO: OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA NA BAHIA (1960-1990)

Paulo Sergio da Costa Neves
Prof. do Departamento de Ciências Sociais e dos Doutorados em Sociologia e em Educação da
Universidade Federal de Sergipe

RESUMO

O sindicalismo brasileiro passou por grandes transformações entre 1960 e 1990. Da proeminência dos discursos nacionalistas e populistas antes do golpe de Estado de 1964, passando pelo período da ditadura militar, marcado pela oposição entre um sindicalismo burocrático e afastado das bases e um outro promotor de lutas subterrâneas por melhoria nas condições de trabalho, até os anos 1980 e 1990 de consolidação da hegemonia do chamado novo-sindicalismo e de uma certa pluralidade de tendências ao nível de centrais sindicais nacionais. Se esse processo é relativamente bem conhecido em suas linhas gerais, conhece-se pouco como categorias de trabalhadores específicas vivenciaram esses diversos momentos históricos. Nesse sentido, o percurso dos trabalhadores do petróleo é particularmente ilustrativo. Ligados à PETROBRAS, empresa de forte carga simbólica nos discursos nacional-populistas, os petroleiros vão desenvolver desde cedo um discurso sindical fortemente nacionalista, o que vai ter um papel preponderante na formação de sua identidade operária. Isso fará com que, nos períodos históricos posteriores, esses trabalhadores desenvolvam ações sindicais próximas dos modelos prevalecentes no início dos anos 60. Essa situação vai modificar-se apenas a partir dos anos 1980 quando oposições sindicais próximas do novo sindicalismo passam a disputar o poder com líderes sindicais remanescentes dos anos populistas. O caminho estará aberto assim para uma ‘guerra de memórias’ entre os diferentes grupos sindicais, cada um dos quais buscando definir os termos da memória legítima. Nesse sentido, uma questão teórica recorrente nesse texto será o lugar da memória social nas ações coletivas.

Palavras-chave: História, Memória, Populismo, Novo Sindicalismo,

ABSTRACT

Brazilian unionism underwent great transformations between 1960 and 1990. Nationalist and populist discourse was pre-eminent before the 1964 coup. The years of the military dictatorship were marked by opposition between a bureaucratic unionism that was disengaged from its social bases – and an alternative unionism that promoted clandestine struggles for improvements in working conditions. The 1980’s saw the consolidation of the hegemony of the so-called New Unionism and a trend towards pluralism at the level of the national union confederations. This process is relatively well known in its general outlines; yet little is known about how specific categories of workers experienced these various historical moments. In this sense, the experience of petroleum workers is particularly informative. The oil workers, because of their connection to PETROBRAS, a firm of great significance to nationalist/populist discourse, were quick to develop a strongly nationalist syndical discourse. Thus in the later periods, their union activities closely resembled those of the years before the 1960’s. The only change came about when oppositional union factions linked to the “Novo Sindicalismo” came to struggle for power with older union leaders dating from the populist years. This opened the way for a “War of Memories” between the different syndical groups, each of which was struggling to define the terms of “legitimate memory”. This raises the theoretical question of the role of social memory in collective action.

O sindicalismo brasileiro passou por grandes transformações entre 1960 e 1990. De um período marcado pela proeminência dos discursos nacionalistas e populistas antes do golpe de Estado de 1964, passando pelo período da ditadura militar, marcado pela oposição entre um sindicalismo burocrático e afastado das bases e um outro promotor de lutas subterrâneas por melhoria nas condições de trabalho, até os anos 1980 e 1990 de consolidação da hegemonia do chamado novo-sindicalismo e de uma certa pluralidade de tendências ao nível de centrais sindicais nacionais. Se esse processo é relativamente bem conhecido em suas linhas gerais, conhece-se pouco como categorias de trabalhadores específicas vivenciaram esses diversos momentos históricos.

Nesse sentido, o percurso dos trabalhadores do petróleo é particularmente ilustrativo. Ligados à PETROBRAS, empresa de forte carga simbólica nos discursos nacional-populistas, os petroleiros vão desenvolver desde cedo um discurso sindical fortemente nacionalista, o que vai ter um papel preponderante na formação de sua identidade operária. Isso fará com que, nos períodos históricos posteriores, esses trabalhadores desenvolvam ações sindicais próximas dos modelos prevalecentes no início dos anos 60, quando os sindicatos dos petroleiros compunham a base de poder dos líderes populistas a nível nacional. Essa situação vai modificar-se apenas a partir dos anos 1980 quando oposições sindicais próximas do novo sindicalismo passam a disputar o poder com líderes sindicais remanescentes dos anos populistas. O caminho estará aberto assim para uma ‘guerra de memórias’ entre os diferentes grupos sindicais, cada um dos quais buscando definir os termos da memória legítima. Nesse sentido, uma questão teórica recorrente nesse texto será o lugar da memória social nas ações coletivas.

Dessa forma, para além das informações sobre uma categoria de trabalhadores importante do ponto de vista econômico e político, cremos que uma análise acurada da história do sindicalismo dos petroleiros pode nos sugerir pistas interessantes para compreender a evolução e alguns dos impasses atuais do sindicalismo brasileiro.

Nesse texto nos propomos abordar a história do movimento sindical dos trabalhadores da indústria do petróleo no Estado da Bahia entre dois eventos maiores da política brasileira: o primeiro, a criação da PETROBRAS e a instituição do monopólio de Estado sobre a indústria petrolífera em 1953 e, o segundo, o final do monopólio estatal do petróleo em

1995. Nesse sentido, a história sindical dos petroleiros esteve marcada pelas discussões sobre o nacionalismo econômico no país.

Contudo, antes de avançar, convém que alguns esclarecimentos sejam dados sobre o ponto de vista adotado.

O sindicalismo será aqui estudado como um modelo de ação coletiva historicamente instituído. Vê-se aqui a proximidade teórica com autores como Thompson (1988) e Castoriadis (1974 e 1975) que dão uma grande importância aos processos de constituição histórica e simbólica das ações coletivas dos trabalhadores. O que não significa que as características estruturais e institucionais da sociedade devam ser negligenciadas no estudo do sindicalismo, mas antes que o sindicalismo não é um reflexo destas características. Na complexidade dos fenômenos sociais, o estrutural pode dar lugar a diferentes estratégias adaptativas da parte dos atores: o estrutural é um contexto, um conjunto de características que os atores levam em conta em suas tomadas de decisões, mas nunca a explicação a priori das decisões tomadas. O que significa também que o sindicalismo é um fenômeno relativamente autônomo que mesmo se influenciado pelas mudanças de conjunturas não é jamais um epifenômeno destas.

Adotamos ainda a premissa cara a Halbwachs (1968) de que toda discussão sobre o passado tem como fonte de inspiração questões vivenciadas pelos atores como problemáticas no presente. A pesquisa que deu origem a esse texto deu-se no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, período em que dois grupos sindicais disputavam a hegemonia entre os petroleiros da Bahia: de um lado, havia os líderes sindicais que se legitimavam a si mesmos pelo fato de terem vivenciado e participado das mobilizações sindicais dos anos de ouro do populismo sindical no país, entre 1960 e 1964, quando os petroleiros tiveram um papel importante no jogo de poder nacional; e, do outro lado, havia os militantes que organizavam oposições sindicais próximas ao novo sindicalismo, os quais criticavam nos velhos líderes a falta de vontade de organizar os trabalhadores para os conflitos sociais.

Assim, para além de diferenças ideológicas importantes sobre o papel do sindicalismo e dos conflitos sociais na sociedade, as lutas entre os ‘jovens’ e os ‘velhos’ sindicalistas davam-se em torno de interpretações diferentes do passado sindical dos petroleiros. Enquanto os primeiros buscavam reavivar uma memória social das vitórias obtidas

durante até 1964, os segundos buscavam por em relevo o papel dos sindicatos dos petroleiros baianos na luta pela redemocratização do país, principalmente durante as greves do ano de 1983, quando os petroleiros das refinarias de Campinas em São Paulo e de Mataripe na Bahia tentaram deflagrar uma greve geral no país.

Nesse sentido, travava-se uma disputa sindical sob as aparências de uma guerra de memórias, onde todos percebiam que aqueles que conseguissem impor sua memória como a memória legítima obteria, ao mesmo tempo, a simpatia e o apoio da categoria.

Temos aqui um exemplo de uso da memória para fins políticos. O que se aproxima do uso das tradições e da memória histórica nas sociedades modernas que Hobsbawn e Ranger (1983) nos relatam. A memória, como Halbwachs (1952 e 1968) mostrou, não é nunca apenas uma questão individual e do passado. Recusando a idéia bergsoniana de uma memória individual autocentrada, criadora de sua própria dinâmica, ele tentará mostrar as relações existentes entre as lembranças individuais e o pertencimento dos indivíduos aos grupos sociais. Ademais, para ele, a memória é sempre uma construção social, mesmo quando lembrada individualmente, que tem como eixo temporal o presente. Lembra-se o passado a partir das questões postas pelo presente.

Em uma perspectiva próxima, Roger Bastide (1970), no seu estudo sobre as religiões afro-brasileiras, porá em destaque as formas de organização do grupo para a preservação das lembranças. Nessa perspectiva, não são os grupos que preservam as lembranças, mas sim indivíduos ocupando um lugar específico no grupo que tornam possível a preservação de uma certa memória. Com isso, a memória preservada será aquela que corresponde à memória de indivíduos com poder simbólico suficiente para que sua memória seja vista como uma parte da memória do grupo.

Em que nos diz respeito aqui, o importante a sublinhar é que esses autores deixam entrever a possibilidade de existência de conflitos de memórias, cada indivíduo ou grupo buscando impor sua própria memória como a ‘boa e verdadeira memória’.

Essa discussão é de suma importância para se compreender as lutas sindicais entre os petroleiros da Bahia, pois a forma como o passado será reconstruído terá um papel importante no jogo de poder, como veremos a seguir.

ALGUNS ELEMENTOS DA HISTÓRIA DOS PETROLEIROS OU AS TRANSFORMAÇÕES DO NACIONALISMO

Mas, por que a memória vai ter um peso tão importante nas lutas sindicais dos petroleiros? Cremos poder avançar duas respostas diferentes: a primeira tem a ver com a própria história sindical dos petroleiros, uma vez que esses trabalhadores participaram, de uma forma ou de outra, das mobilizações nacionalistas da classe operária desde os anos 60, fazendo com que esses trabalhadores tenham construído uma identidade associada a essas lutas do passado. Uma segunda resposta prende-se ao fato de que a política de gestão do trabalho da empresa, baseada em um sistema de emprego estável, propiciou a permanência dos mesmos empregados durante todo o período em tela. Isso, associado ao fato dos trabalhadores aposentados poderem participar das eleições sindicais, ajuda também a compreender porque o passado vai ter um peso tão importante na vida sindical dos petroleiros (NEVES, 1999).

E que passado era esse, que tanta comoção provocava entre esses trabalhadores? A seguir relataremos de forma extremamente resumida os principais elementos dessa história tal qual ela pôde ser apreendida a partir de depoimentos de militantes e líderes sindicais, assim como de boletins e jornais sindicais. Não se trata aqui de buscar um nível de exaustividade elevado, mas sim de identificar quais os fatos que mais marcaram o imaginário dos trabalhadores.

Quando da votação da lei 2004 em outubro de 1953, instituindo o monopólio estatal do petróleo e a criação da PETROBRAS enquanto companhia de economia mista, as atividades petrolíferas no Brasil eram vistas como a salvação da economia e da soberania nacional; isso malgrado o fato da produção nacional de óleo ser ínfima, oriunda da região do recôncavo baiano¹. Ocorre que, desde o final dos anos 40, durante os eventos que ficaram conhecidos como a Campanha O Petróleo é Nosso, criou-se a expectativa de que o país teria grandes reservas petrolíferas e que as mesmas seriam a base para o desenvolvimento econômico nacional. Nesse sentido, o Brasil talvez seja um caso único de nacionalização não de reservas provadas, mas de reservas prováveis, o que nos ajuda a

¹ Região que circunda a Baía de Todos os Santos, onde está situada a cidade de Salvador.

compreender o sentimento que envolvia as atividades petrolíferas no país nesse momento (BATISTA, ANDRADE E NEVES, 1995).

É nesse contexto que os trabalhadores do que viria a ser a PETROBRAS começam a se organizar para criar uma associação de trabalhadores desde a votação o início dos anos 50. Segundo alguns depoimentos de trabalhadores desse período, esses encontros e reuniões vão se intensificar após a constituição da empresa em 1954, uma vez que sendo uma empresa de economia mista, os seus trabalhadores não estavam mais sujeitos à proibição de sindicalização como era o caso até então, pois esses mesmos trabalhadores, estando ligados ao Conselho Nacional do Petróleo, tinham o estatuto de funcionários públicos.

A principal motivação desses trabalhadores teria sido melhorar as condições de trabalho, consideradas muito difíceis, e aumentar os salários. Nessa época, a atividade econômica mais importante na região era a produção e refino de açúcar, a qual parece ter servido de modelo para a organização do trabalho na indústria petrolífera nascente². Assim, muitos trabalhadores vão queixar-se das duras condições de trabalho, das relações autoritárias entre os diversos níveis hierárquicos na empresa e dos salários alinhados ao mercado de trabalho local, onde o trabalho industrial era relativamente raro e pouco valorizado.

Estas condições vão começar a criar problemas principalmente para os trabalhadores que vão ingressar na empresa no final dos anos 50, quando, em razão da implantação de novas tecnologias, passa-se a recrutar trabalhadores com nível educacional maior (o segundo grau completo), o que fez com que trabalhadores oriundos de Salvador e de outras cidades importantes afluíssem às zonas de produção e de refino do petróleo. Isso, nos relatos coletados, aparecerá como um elemento importante na organização dos trabalhadores: a vinda de jovens de origem urbana, habituados com mobilizações políticas entre os estudantes, e com expectativas salariais crescentes, provocará um “eletrochoque” nas relações de trabalho na PETROBRAS.

Assim, diversas atividades de protesto serão organizadas contra más condições de trabalho e contra discriminações que os trabalhadores sem nível universitário eram vítimas (como, por exemplo, uma passeata realizada na vila operária construída ao lado

² Para muitos trabalhadores e em muitos documentos sindicais desse período, o trabalho na indústria do petróleo era tão ou mais intenso e insalubre que o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar.

da refinaria de petróleo, contra a proibição dos trabalhadores transitarem nas ruas onde estavam instalados os engenheiros e técnicos estrangeiros; na percepção de muitos trabalhadores, essa proibição tinha um claro caráter racista, pois a maioria dos trabalhadores eram negros) (NEVES, 1999).

Seja como for, já em abril de 1957, esses trabalhadores vão criar uma associação (Associação de Classe dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo no Estado da Bahia), primeiro passo legal para a criação de um sindicato. Este seria criado sete meses depois, em novembro de 1957, mas, dada a interpretação dos técnicos do Ministério do Trabalho, o sindicato criado obteve a representatividade legal apenas dos trabalhadores que estavam ligados às atividades de exploração e produção do petróleo, o que excluía os trabalhadores do refino. Estes últimos vão criar seu próprio sindicato em novembro de 1959, após a recusa do Ministério do Trabalho em expandir a representatividade do sindicato criado em 1957. Assim, fato raro na política sindical brasileira, marcada pela unicidade sindical dos trabalhadores de uma atividade produtiva em uma mesma base territorial, os petroleiros serão representados no Estado da Bahia por dois sindicatos diferentes: um, o STIEP, ligado aos trabalhadores da exploração e produção de petróleo, e, um outro, o SINDIPETRO, ligado às atividades de refino.

Em novembro de 1960, um evento maior marcaria efetivamente o início das atividades sindicais entre os trabalhadores do petróleo. Reivindicando a melhoria das condições de trabalho e a equiparação dos salários dos trabalhadores da PETROBRAS na Bahia aos colegas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os dois sindicatos vão organizar sua primeira greve, a qual foi também a primeira entre os trabalhadores do petróleo em todo o país.

Nessa época a empresa usava uma política regionalizada de gestão do trabalho, com salários e vantagens diferentes entre as diferentes regiões e estados. Assim, de acordo com os depoimentos dos trabalhadores, a descoberta de que os petroleiros das refinarias do Sudeste do país recebiam salários até duas vezes superiores aos salários pagos pela empresa na Bahia, desencadeou uma onda de indignação entre os trabalhadores baianos. Isso torna possível a organização de uma greve que vai, durante uma semana, paralisar as atividades de produção e refino de petróleo e, com isso, obrigar a empresa a negociar um

acordo com os sindicatos prevendo a equiparação dos salários em um período de até um ano.

Essa greve vai ter um peso simbólico importante na formação da identidade dos trabalhadores do petróleo. Isso por várias razões: em primeiro lugar por ter respondido a um sentimento de injustiça muito grande entre os trabalhadores, os quais sentiam-se discriminados em suas relações quotidianas com os engenheiros e técnicos de nível superior, em geral oriundos de estados do sul-sudeste ou do exterior. Desse modo, a vitória obtida durante a greve veio reforçar o sentimento regionalista entre os trabalhadores, os quais a partir de então vão defender pautas de reivindicações sob a bandeira dos interesses baianos (aumento dos investimentos da Petrobrás no estado, indicação de um baiano para a Presidência da empresa etc).

Por outro lado, a organização coletiva obtida vai se materializar na criação de contrapoderes para tornar a gestão do trabalho menos autoritária e as condições de trabalho menos penosas, tais como as comissões paritárias de disciplina e de avaliação de desempenho (constituídas por sindicalista e por representantes da empresa). Tudo isso vai tornar possível uma melhor identificação dos trabalhadores com as atividades específicas da indústria petrolífera, desenvolvendo um orgulho profissional entre os mesmos.

Por último, o aumento salarial obtido que, segundo alguns depoimentos e confirmados por contracheques de trabalhadores desse período, correspondeu a aumentos de até 100%, vai elevar a projeção social dos trabalhadores do petróleo, os quais terão níveis de renda e hábitos de consumo superiores aos de algumas profissões então valorizadas (professores, bancários, etc.). Ser petroleiro significava a partir de então pertencer à classe média e usufruir de uma consideração social elevada, com repercussões na auto-estima dos trabalhadores. Histórias que põem os petroleiros na situação de novos ricos, com práticas de ostentação de riqueza (trabalhadores que faziam cortinas com dinheiro, ou que acendiam seus cigarros com cédulas etc.) passam a povoar o imaginário construído em torno dos petroleiros no estado (BATISTA, ANDRADE E NEVES, 1995).

Independente da verdade histórica desse imaginário, o fato é que o período posterior à greve de 1960 até o golpe de estado de 1964 passa a ser considerado pelos próprios trabalhadores como a era de ouro dos petroleiros: era de recursos financeiros fartos, de

consideração social elevada e de poder no interior da empresa para negociar, através dos sindicatos, melhores condições de trabalho.

Como quer que seja, a partir de então, os sindicatos dos petroleiros baianos vão aumentar, de forma considerável, sua influência, tanto ao nível da empresa como ao nível da política nacional. Ao nível da empresa, esse poder vai traduzir-se na participação dos sindicalistas na indicação de dirigentes da empresa, inclusive o presidente, e na criação de mecanismos de co-gestão ao nível da gestão do trabalho. Assim, já em janeiro de 1961, quando da posse do presidente Jânio Quadros, os sindicalistas do STIEP e do SINDIPETRO vão ter um papel importante na indicação do engenheiro Geonísio Barbosa, que trabalhava na Bahia, para a presidência da empresa. Por sinal, quando de sua demissão, em janeiro de 1962, os sindicatos da Bahia vão realizar uma greve para exigir a indicação de um baiano para a presidência da empresa, sob a alegação de que a Bahia era o único estado produtor de petróleo na época. Essa greve dura 10 dias e chega ao fim apenas após a indicação do político nacionalista originário do estado da Bahia, Francisco Mangabeira.

Nesse momento, os sindicatos atingem o auge de seu poder no interior da empresa, o que vai gerar grandes resistências entre os gerentes. Assim, em junho de 1962, diversos engenheiros chefes de unidades assinam um manifesto contra a gestão de Mangabeira, sobretudo no que diz respeito ao poder dos sindicatos com referência a tomadas de decisões técnicas e gerenciais ou quanto à indicação dos cargos de confiança. Em resposta, os sindicatos ameaçam entrar em greve para apoiar Mangabeira.

Após a demissão de Mangabeira, em junho de 1963, os sindicatos dos petroleiros da Bahia ameaçam entrar em greve para obter a nomeação de um nacionalista para a presidência da empresa. A nomeação do general Albino Silva, da corrente nacionalista do Exército, para esse posto, assim como de dois engenheiros próximos dos sindicatos para ocupar cargos na direção da empresa, acalma os sindicalistas.

Esse poder real dos sindicatos traduziu-se em importantes vantagens salariais e extra-salariais para os trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, teve como contrapartida o uso dos sindicatos como elementos de controle dos trabalhadores, moeda de troca nas negociações entre direção da empresa e os dirigentes sindicais. Assim, por exemplo, os sindicatos vão jogar um peso importante nas campanhas de mobilização para aumentar a

produtividade da empresa através de uma maior dedicação dos trabalhadores ao trabalho. O que era facilitado pelo uso do argumento nacionalista de que o desenvolvimento do país dependia da PETROBRAS e da possibilidade desta tornar o país auto-suficiente em petróleo.

Além do mais, tais manifestações de prestígio não eram sem consequências. Para as direções da PETROBRAS, isso significava adotar uma ação mais e mais nacionalista e estatista e levar em consideração às demandas sindicais. Para os sindicalistas, as contrapartidas eram o refreamento de demandas consideradas por demais corporativas e a utilização das mobilizações operárias como meio para apoiar o governo ou as políticas nacionalistas com referência ao petróleo. Dito de outra forma, os sindicatos tornaram-se co-gestionários da empresa e, enquanto tais, co-responsáveis pelo controle da mão-de-obra.

Ao nível da política nacional também os sindicatos dos petroleiros vão dar provas de uma grande pujança. Assim, por exemplo, dois líderes sindicais dos petroleiros elegem-se deputados em eleições realizadas no período: o vice-presidente do SINDIPETRO elege-se deputado federal e o Presidente do STIEP elege-se deputado estadual. Do mesmo modo, em outubro de 1963, o próprio Presidente da República comparece a ato organizado pelos sindicalistas baianos para comemorar os dez anos de existência da empresa.

Certamente é essa proximidade dos petroleiros com os grupos nacionalistas que apoiavam o governo Goulart que explica a repressão que vai se abater sobre os petroleiros após o golpe militar de 1964, quando cerca de 526 petroleiros (de um total de 35.000 trabalhadores em todo o Brasil) foram demitidos. Desde o anúncio do golpe, os petroleiros vão tentar paralisar as atividades da PETROBRAS, atendendo assim ao chamado de uma greve geral do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Contudo, como de resto na maioria das categorias dos trabalhadores brasileiros, a greve teve pouca participação, não afetando a produção de petróleo e derivados.

Assim, podemos sintetizar esse período da seguinte maneira: após alguns anos de relativa calma, os sindicatos dos petroleiros tornar-se-ão a partir de 1960 bastiões do sindicalismo populista e, enquanto tais, bases importantes de apoio do governo entre 1960 e 1964. É a idade de ouro do nacional-populismo no Brasil, tendo os sindicatos dos petroleiros

participado ativamente desse processo. Com isso, os trabalhadores obterão diversas vantagens graças, em parte, às relações estabelecidas entre os líderes sindicais da PETROBRAS e os políticos populistas. Nesse sentido, a obtenção de direitos para os trabalhadores passava pelo poder político que os líderes sindicais obtinham no interior do Estado ou da empresa, as mobilizações operárias exercendo mais o papel de prova da influência real dos sindicalistas que de meio de pressão sobre a direção da empresa, a qual, em certo sentido tolerava quando não facilitava os movimentos dos seus trabalhadores.

De todo modo, o certo é que o golpe de Estado de 1964 vai dismantelar completamente a organização sindical dos petroleiros. Mas, se em outros grupos profissionais as transformações provocadas pelo golpe de estado fomentou a busca por novas práticas sindicais - como as que, na região do ABC paulista, dariam nascimento ao novo sindicalismo (HUMPHREY, 1982) – nos petroleiros da Bahia, ao contrário, o modelo de ação populista conservou toda sua força e prestígio. Na memória coletiva e nas representações sociais desse grupo, o início dos anos 60 permanecerá como a idade de ouro dos sindicatos, o período glorioso dos petroleiros. Quer fosse pelas vantagens adquiridas, pela visibilidade social dos líderes sindicais ou pelo estatuto que os petroleiros tinham na sociedade, o fato é que esse período permaneceu como um modelo, um ideal, um mito.

Nesse sentido, o golpe de estado teve como consequência entre os petroleiros da Bahia a transformação das vítimas da repressão em heróis. Da mesma maneira, o período compreendido entre 1960 e 1964 tornou-se o período dos tempos heróicos para estes trabalhadores.

Não deveríamos nos surpreender, pois, com o fato de que com o retorno do país à vida democrática nos anos 80, alguns antigos líderes sindicais dos petroleiros, recentemente beneficiados pela anistia, tenham defendido um discurso semelhante ao que era defendido nos anos 60, conseguindo com isso vencer eleições sindicais. As dificuldades que aparecer no caminho dos grupos que se opunham a esses líderes vinham do fato de que eles não estavam se opondo a sindicalistas como os outros, mas a heróis míticos, contra os quais os discursos de autonomia operária ou de socialismo não eram eficazes. Isso porque, de uma certa maneira, para os operários mais antigos, os velhos líderes sindicais

tinham uma missão: reconciliar o passado com o presente dos petroleiros, devolvendo aos mesmos a glória e o esplendor do passado.

Sem dúvida foi esse aspecto da prática sindical dos petroleiros que levou Francisco de Oliveira (1987) a desenvolver a tese de que os trabalhadores da PETROBRAS, por serem funcionários de uma empresa estatal, não teriam como identificar um patrão, não tendo por isso desenvolvido uma consciência de classe que pusesse a nu as relações capitalistas de exploração da força de trabalho. Ao contrário, esses trabalhadores teriam, ainda segundo Oliveira, desenvolvido uma identificação tão forte com a empresa que eles consideravam-se como responsáveis pela mesma, deixando pouco espaço para ações contestatórias das políticas gerenciais e favorecendo posturas de cooperação entre empresa e sindicatos.

Como Guimarães, Agier e Castro (1995) demonstraram, esse raciocínio não leva em conta o fato de que nem todos funcionários públicos ou empregados de empresas estatais desenvolveram essa visão conciliatória. Ademais, como vimos acima, em alguns momentos específicos os petroleiros desenvolveram ações sindicais contestatórias das políticas de gestão do trabalho em prática na empresa e que, mesmo quando os discursos nacionalistas tornaram-se hegemônicos entre os petroleiros, as ações e mobilizações em defesa da empresa tinham como contrapartida a conquista de vantagens salariais e extra-salariais.

Ou seja, não se tratava de falta de consciência de classe dos petroleiros, mas de um tipo de identidade operária construída em torno do nacionalismo, o qual tinha a PETROBRAS como um de seus símbolos maiores. Isso não significava, contudo, o esquecimento completo de seus “interesses de classe”, mas apenas a existência de tensões entre lógicas integradoras dos interesses da empresa aos interesses dos trabalhadores e lógicas de oposição e confronto entre empresa e trabalhadores.

Essas tensões vão se manifestar de forma ainda mais intensa durante os anos 1980, quando dois tipos de fenômenos começam a influenciar a vida sindical dos trabalhadores do petróleo na Bahia. Por um lado, o retorno aos quadros de funcionários da empresa de sindicalistas cassados após o golpe de 1964. Esse retorno se tornou possível com a lei de anistia no início dos anos 80 e vai significar a possibilidade de reatualização dos discursos nacionalistas que foram tão importantes no início dos anos 60, como vimos. Por

outro lado, a re-emergência, desde o final dos anos 70, de um movimento sindical contestador no país vai influenciar setores dos trabalhadores do petróleo a organizar movimentos grevistas contra a política salarial e de gestão da força de trabalho então adotada pela empresa.

O confronto entre essas duas tendências vai se tornar inevitável a partir do momento em que elas vão propor soluções diferenciadas para se contrapor aos desafios colocados pela conjuntura explosiva dos anos 80, em que o processo de redemocratização se faz acompanhar de crise econômica e descontrole inflacionário. Assim, em 1983, durante os preparativos de uma greve geral, os petroleiros das refinarias da Bahia e de Campinas realizam uma greve de cinco dias que será severamente reprimida, com a demissão de cerca de 10% dos trabalhadores de cada refinaria (186 na Bahia) e a intervenção nos sindicatos. A partir dessa greve, os antigos sindicalistas vão contrapor-se aos novos sindicalistas próximos às ideias da Central Única dos Trabalhadores (CUT), denunciando-lhes a irresponsabilidade e a falta de experiência para negociar com a empresa. Nada de comparável, segundo eles, à prática sindical dos anos 60, a qual eles se propunham reeditar.

Assim, boa parte das lutas sindicais entre os petroleiros nesse período era marcada pelas disputas entre “cutistas” e líderes sindicais “históricos”. Os primeiros, buscando organizar os trabalhadores para o enfrentamento com a empresa, a qual era vista como instrumento dos governos para impor restrições aos trabalhadores e favorecer os grupos empresariais do país; e os segundos, buscando estabelecer estratégias de negociação em que se pudessem estabelecer compromissos entre as empresas e os sindicatos.

Tratava-se não só de disputas ideológicas sobre o papel dos sindicatos, mas também de lutas entre grupos que pertenciam a gerações diferentes que não partilhavam as mesmas visões de mundo, sobretudo no que diz respeito ao nacionalismo. Os sindicalistas mais jovens ligados à CUT haviam ingressado na empresa a partir dos anos 70 e eram muito jovens para terem participado das mobilizações e greves dos anos 60, ou para terem sido influenciados diretamente pelos discursos nacionalistas tão frequentes durante os governos populistas. Assim, eles eram menos sensíveis aos argumentos dos sindicalistas mais antigos sobre as repercussões na imagem da empresa de movimentos grevistas ou sobre a necessidade de defender a empresa contra os ataques das elites antinacionalistas,

ou, ainda, sobre a possibilidade de se obter melhores condições de trabalho a partir relações de proximidade e de amizade entre líderes sindicais e gerentes da empresa.

Já para os líderes sindicais mais velhos, a nova geração não era suficientemente nacionalista, pois punham os interesses corporativos da categoria acima dos interesses nacionais e da empresa. Além disso, esses jovens acreditavam tudo poder resolver com greves e confrontos com a empresa, quando a experiência passada demonstrara ser possível obter melhores resultados a partir da negociação informal com a direção da empresa na base dos interesses comuns de defesa do monopólio estatal.

Essas discordâncias começam a aparecer já em 1983, após a volta ao trabalho com o fim da greve. Tão logo a intervenção no sindicato do refino chegou ao fim, duas chapas se inscreveram para disputar as eleições, a primeira composta apenas por membros demitidos da direção que havia liderado a greve e a segunda tendo a diretoria composta em sua maioria por sindicalistas dos anos 60, sendo o presidente um antigo deputado federal, cassado em 1964.

Nessa eleição, e nas seguintes ao longo da década de 1980, os líderes dos anos 60 vão conseguir se eleger com facilidade, graças, sobretudo, aos votos dos aposentados e dos petroleiros mais velhos. O que demonstra o peso que a memória dos anos 60 tinha para esses trabalhadores.

Contudo, dada a conjuntura econômica desse período, a estratégia de re-atualizar as práticas da época populista tornou-se cada vez mais difícil de ser aplicada. Em um momento de hiper-inflação, de contração da renda real dos trabalhadores e de controle dos gastos públicos pelo governo, o argumento de que bastava um bom relacionamento entre a empresa e os sindicatos para resolver os problemas salariais dos petroleiros não conseguiam mais convencer aos trabalhadores, mesmo porque, a empresa não tinha autonomia para negociar com os trabalhadores sem o aval do governo.

Com isso, as oposições sindicais ligadas à CUT vão mais e mais se legitimar frente aos trabalhadores, sobretudo após a participação dos petroleiros em greves nacionais da categoria que vão obrigar a empresa e o governo a negociar aumentos salariais maiores do que os aumentos inicialmente previstos. Assim, ao final do governo Sarney, em novembro de 1988 e em janeiro de 1989, os petroleiros realizam duas greves nacionais que ameaçam o abastecimento de combustíveis e outros derivados de petróleo do país.

Nesse processo, as oposições sindicais vão conseguir eleger as diretorias dos dois sindicatos dos petroleiros da Bahia durante o ano de 1990. Nesses processos eleitorais, embora os apelos à memória do passado glorioso dos petroleiros fossem usados como o principal argumento de campanha do grupo liderado por antigos sindicalistas, os grupos próximos à esquerda venceram as eleições com larga maioria nos dois sindicatos. Contudo, para que isso ocorresse foi necessário que as chapas vencedoras mesclassem os jovens militantes com alguns antigos sindicalistas, descontentes com os rumos dados aos sindicatos nos últimos anos.

Ou seja, no caso dos petroleiros, a conquista do poder sindical por sindicalistas ligados à CUT deu-se através de uma composição entre novos e antigos sindicalistas, o que tornou possível aos militantes cutistas colocarem-se como os verdadeiros herdeiros da tradição de lutas e de conquistas dos trabalhadores do petróleo.

CONCLUSÃO

Essa re-significação da memória social no início da década de 1990 entre os trabalhadores do petróleo na Bahia vem mostrar não apenas que a memória social é sempre um constructo social passível de mudanças simbólicas e de transformações de sentido, mas também que as mudanças ocorridas no movimento sindical não se deu de forma tão radical como alguns analistas do sindicalismo brasileiro supuseram. Em geral, esse processo foi descrito como consequência de mudanças na estrutura do emprego e na forma de organização do trabalho (HUMPHREY, 1982.) ou como consequência de um processo de amadurecimento provocado pela derrota do sindicalismo populista em 1964 (WEFFORT, 1978), o qual é considerado como um tipo de sindicalismo sem contato com as bases e voltado apenas para mobilizações políticas.

O que o exemplo dos petroleiros vem nos mostrar é que esse processo não ocorreu exatamente assim em todas as categorias sócio-profissionais do país. Como vimos, os sindicatos dos petroleiros foram capazes tanto de organizar os trabalhadores para lutar contra formas de gestão do trabalho consideradas injustas como também de participar das mobilizações políticas em defesa do nacionalismo populista representado pelo governo Goulart no início dos anos 60. Certamente foi esse misto de visibilidade política e de

transformações das condições de trabalho no chão da fábrica que tornou as lembranças desse período tão fortes para os trabalhadores que vivenciaram estes fatos.

Da mesma forma, os sindicalistas ligados à CUT não estavam apenas interessados em mobilizar os trabalhadores para melhorar as condições de trabalho ou para obter vantagens pecuniárias importantes, como ficou claro na greve organizada nacionalmente por esses sindicalistas em 1995, onde ficou claro que o objetivo maior era impedir o envio de um projeto de lei do governo pondo fim ao monopólio estatal do petróleo. Nessa greve, os apelos nacionalistas dos sindicatos juntaram-se à denúncia do desrespeito pelo governo da dignidade dos petroleiros para mobilizar a categoria para manter uma greve de quase todas as unidades da PETROBRAS durante cerca de um mês.

Ou seja, nem os populistas eram tão avessos assim às mobilizações operárias centradas nas questões do cotidiano fabril e das condições de trabalho, nem os sindicalistas do ‘novo sindicalismo’ tão revolucionários a ponto de poderem ignorar completamente as práticas vigentes no meio sindical do país. Não se trata de uma traição das ideias revolucionárias pregadas pelos militantes antes de chegarem ao poder, mas de um rearranjo necessário e incontornável entre uma ideologia transformadora e uma memória social valorizadora de práticas sociais do passado. O que significa dizer que as possibilidades de mescla entre essas duas tendências são múltiplas e variadas, levando-nos a propor que uma das formas para se compreender algumas características do sindicalismo brasileiro seja através de pesquisas diacrônicas sobre a prática sindical de categorias profissionais específicas. Isso poderia mostrar-nos algumas das formas como as ideologias de esquerda e autonomistas que animavam o novo sindicalismo tiveram de compor com as histórias e memórias de cada categoria.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. O Sindicato no Brasil : Novos Problemas, Velhas Estruturas. In: *DEBATE E CRÍTICA*, nº 6, 1975.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis: Vozes, 1987.
- ARAÚJO, Genice Batista ; ANDRADE, Júlio César et NEVES, Paulo S. da Costa. Ideologia e Prática Sindical: Estudo de Caso com Trabalhadores do Refino do Petróleo. In: CASTRO, Nády A. (org.). *Relações Sindicais e Práticas Sindicais na Bahia*. Salvador: UFBa., 1993.
- BASTIDE, Roger. “Mémoire Collective et Sociologie du Bricolage” in : *L’Année Sociologique*. nº 21, 1970, pp. 65-108.
- BOITO JR., Armando. "Reforma e Persistência da Estrutura Sindical" in : Boito Jr., Armando (dir.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, pp.45-91.
- BRANT, Vinicius Caldeira (coord.); COMIN, Álvaro A. ; CARDOSO, Adaberto M. et BRANT, Wanda C.. *Paulínia: Petróleo e Política*. São Paulo : CEBRAP-SINDIPETRO, 1990.
- CASTORIADIS, Cornelius. *L’Institution Imaginaire de la Société*. Paris: Seuil, 1975.
- COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: DIFEL, 1968.
- DIAS, José L. M. & Quaglino, Maria Ana. *A Questão do Petróleo no Brasil: Uma História da PETROBRAS*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, s/d.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio; AGIER, Michel et CASTRO, Nády. *Imagens e Identidades do Trabalho*. São Paulo: HUCITEC-ORSTOM, 1995.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio; LORZA, Fanny Rubio; LOPES, Fernando ; KRAYCHETE SOBRINHO, Gabriel ; CASTRO, Nády Araújo e Falcón, Pery. *Repensando uma Década: A Construção da CUT na Bahia nos Anos Oitenta*. Salvador: UFBa, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994 (1ª edição em 1925).
- HALBWACHS, Maurice. *La Mémoire Collective*. Paris: PUF, 1968.
- HOBSBAWN, Eric. *Nations et Nationalismes depuis 1780: Programme, Mythe, Réalité*. Paris: 1992.
- HUMPHREY, John. *Fazendo o Milagre: Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O Elo Perdido: Classe e Identidade de Classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA Jr., Franklin. *A Usina dos Sonhos*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1996.
- THOMPSON, Edward P.. *La Formation de la Classe Ouvrière Anglaise*. Paris: EHESS-Gallimard-Seuil, 1988.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KUKULCÁN Y SU CULTO GUERRERO EN CHICHÉN ITZÁ

Alexandre Guida Navarro

Doutor em Antropologia/Arqueologia pelo Instituto de Investigaciones Antropológicas,

Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM, México.

Pós-doutorando do Núcleo de Estudos Estratégicos, NEE/UNICAMP.

Bolsista FAPESP

Email: altardesacrificios@yahoo.com.br

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar algunas evidencias materiales de la existencia de un culto guerrero enfocado en un personaje conocido en la arqueología de Yucatán: Kukulcán. Primeramente se conceptúa el personaje, después se le asocia a espacios sagrados y por fin cómo se manifiesta en el sitio arqueológico de Chichén Itzá.

Palabras-clave: cultura material, espacio sagrado, guerra, área maya, arquitectura.

ABSTRACT

This article aims to present material evidence of the existence of a warlike cult focused on personage known in the Yucatán archaeology: Kukulcán. Firstly, we define the personage, then we associate him with sacred spaces and finally we discuss how the divinity appears on the archaeological register at Chichén Itzá.

Keywords: material culture, sacred space, warlike, maya area, architecture.

EL PERSONAJE KUKULCÁN

Kukulcán fue una importante divinidad de los mayas. Estaba asociado a diversas manifestaciones culturales, donde se destacan el poder político, la guerra y la a religión. Su principal desdoblamiento o manifestación de da bajo la representación de una “serpiente emplumada”, que es símbolo de la vida por excelencia, pues asocia el cielo (representado por el ave quetzal) y la tierra (representado por la serpiente) como los generadores de la misma vida.

Poco sabemos acerca de este personaje que fue citado en algunas crónicas del siglo XVI, como la Relación de las Cosas de Yucatán escrita por el fray Diego de Landa (1959) cuando llegó a México. En estos documentos el personaje aparece como hombre deificado, mito, dios, héroe cultural, fundador de ciudades. Landa (1959: 13) lo menciona que fue un gran señor que gobernó Chichén Itzá y que “entró por la parte poniente y que difieren si entró antes o después de los Yzáes, o con ellos”. Además registró Landa que Kukulcán le puso nombre al sitio de Mayapán.

Para Cobos (1999), Kukulcán fue un soberano importante de Chichén Itzá quien gobernó el sitio en algún momento del siglo X. Este investigador cita las Relaciones Histórico-Geográficas de la Gobernación de Yucatán (De La Garza, 1983) para justificar su argumento en donde Kukulcán es registrado como gran señor de Chichén Itzá, en tanto que la iconografía asociada con el Templo del Norte o del Hombre Barbado y el Templo del Chacmool parece corroborar esta evidencia ya que muestra la entronización del Capitán Serpiente en Chichén Itzá. Concluye Cobos que después de la muerte del gobernante que llevó por nombre Kukulcán, otros soberanos que gobernaron Chichén Itzá pudieron haber utilizado él término Kukulcán como título asociado a la más alta jerarquía política.

Según Lincoln (1990), Kukulcán es un título de los soberanos que gobernaron Chichén Itzá y cuyo icono distintivo es una serpiente emplumada. Así, el nombre de Kukulcán se asocia con uno de los tres hermanos o primos que gobernaron Chichén Itzá. Cuando alguno de estos hermanos o primos moría o se separaba del poder, Kukulcán asumía el trono de nueva cuenta para evitar caos o incertidumbre. Correspondía a Kukulcán volver a generar el orden social mediante el restablecimiento de un gobierno compartido con sus hermanos o primos.

Por lo tanto, durante los ciclos de gobierno, Kukulcán aparece como la figura central que restablece el orden y ésta función lo asocia con el aspecto de sacerdote soberano.

Para Navarro (2002, 2007), Kukulcán es una metáfora de la construcción de un nuevo régimen político que culmina con la construcción de la Gran Nivelación de Chichén Itzá. Este personaje sería el responsable por la edificación de la gran explanada y los edificios construidos fueron erigidos a su honor. La existencia de la iconografía de serpientes emplumadas, el principal símbolo de Kukulcán, en casi todos los edificios de la Gran Nivelación es la evidencia de que este gran señor tuvo en sus manos un poder centralizado.

Por otro lado, las mismas fuentes acerca de este personaje lo refieren como una divinidad. Según López Cogolludo (1971), los yucatecos “veneraban un ídolo de uno, que había sido gran capitán entre ellos, llamándole Kukulcán ...”. Y Landa (1959: 98) dice que después de la partida de Kukulcán “hubo entre los indios algunos que dijeron que se había ido al cielo con los dioses y por eso lo tuvieron por dios y le señalaron templo en que como a tal le celebrasen su fiesta, y se la celebró toda la tierra hasta la destrucción de Mayapán”.

La Relación de Motul relata que los mayas tenían al principio sólo un dios creador, cuya morada era el cielo, “y esta manera de adoración tuvieron hasta que vino de fuera de esta tierra un gran señor con gente llamado Kukulcán ...” Según López Cogolludo (1971) “Murió este rey y levantáronle altares, y era oráculo, que les daba respuestas, y allí le edificaron templo. Decían que levantaba los muertos, que los resucitaba y sanaba los enfermos, y así le tenían gran veneración. Estos indios tenían este crédito, y así no conocían otro Dios autor de la vida, sino a este ídolo; que decían los resucitaba y sanaba”.

Pasaremos ahora a contextualizar el espacio sagrado que pensamos ser concerniente a la divinidad, cuya principal manifestación es la serpiente emplumada.

KUKULCÁN Y SU ESPACIO SAGRADO

Rapoport (1994) considera que el espacio está organizado jerárquicamente, y que es la expresión de las instituciones sociales, de los sistemas, de los grupos y del esquema cognitivo, sugiriendo que es a través de la investigación del contexto específico que se pueden comprender las diferentes maneras en las que está organizado el espacio. La organización del espacio es una expresión del medio ambiente, del paisaje y de la cultura

material y es indisociable de los aspectos de la vida humana. La organización del espacio refleja, refuerza y guía la organización de la comunicación. La expresión física de la organización espacial es también un aspecto de la organización del significado pues es un reflejo de la vida social y de los arreglos culturales de un grupo.

Para Renfrew (1985) el culto, como un acto de adoración que legitima la religión, implica estructuras de creencias compartidas que son transferidas a la arquitectura. Considera que un culto está formalizado, y por lo tanto, necesita de un espacio para manifestarse con una planeación y un esquema específico. A nivel teórico, este autor ofrece algunos indicadores cúlticos con el objetivo de que el arqueólogo pueda inferir su presencia en un determinado sitio arqueológico:

- 1) El culto es realizado en un área específica y posee asociaciones naturales, como un cerro o una caverna.
- 2) El culto es llevado a cabo en construcciones especiales destinadas a las funciones sagradas, como un templo o una iglesia.
- 3) La estructura y el equipamiento usado en el culto revelan un plan previo, y se reflejan en la arquitectura y en sus peculiaridades de construcción como son los altares, escaleras y frisos, y en el equipamiento móvil como son los incensarios, lámparas y toda la parafernalia del culto.
- 4) El área sagrada del culto presenta repetidos símbolos en forma abstracta.
- 5) El área sagrada incluye un espacio dedicado al público, que va a adorar a la divinidad.
- 6) Los símbolos del culto están representados más eficazmente en la iconografía. El simbolismo animal muchas veces puede representar a una divinidad.
- 7) Las tumbas y entierros también pueden delatar la presencia del culto.
- 8) La adoración a una divinidad puede incluir movimientos especiales como las peregrinaciones, y pueden estar reflejados en la iconografía.
- 9) El sacrificio humano y animal pudo haber sido practicado.
- 10) La ofrenda de objetos votivos pueden ser traídos de otros lugares.

A partir de este modelo, podemos aplicarlo a Chichén Itzá en el sentido de delimitar un espacio sagrado destinado al culto guerrero a Kukulcán. Pensamos que este espacio fue la Gran Terraza o Gran Nivelación.

La Gran Nivelación representa la obra arquitectónica de mayor magnitud en el sitio. Esta construcción consiste en la nivelación de una gran plataforma sobre la cual se localizan los edificios conocidos como El Castillo o Pirámide de Kukulcán, el Gran Juego de Pelota, el Templo del Sur, el Templo del Norte, el Templo Superior e Inferior de los Jaguares, el Tzompantli, la Plataforma de las Águilas y Jaguares, la Plataforma de Venus, el Templo de los Guerreros, el Templo de las Mesas, el Grupo de las Mil Columnas y otras construcciones menores (Piña Chán 1980; Schmidt 1992; Navarro 2002, 2007).

A partir del modelo propuesto por Renfrew (1985) podemos inferir la existencia de un culto que se llevó a cabo en la Gran Nivelación. En primer lugar esta área está ligada por la sacbé nº 1 al Cenote Sagrado (premisa 1). Según las fuentes históricas el cenote fue un lugar en donde se sacrificaban personas como una de las manifestaciones del culto. De hecho, de las exploraciones que se llevaron a cabo en el cenote (Thompson 1904; Piña Chán 1970) se rescataron huesos, la mayoría de niños y hombres adultos (premisa 9). La evidencia del culto también se manifiesta en las peregrinaciones que relatan las fuentes y su probable ejecución a partir de varios objetos procedentes del Centro de México, Guatemala, Chiapas y principalmente el oro que llegaba de algunas áreas de Centroamérica y Colombia (premisas 8 y 10).

La Gran Nivelación es un espacio que está amurallado. De carácter defensivo o no, esta muralla más bien sirvió para delimitar el espacio del culto y dar cabida a la multitud que participaba de las ceremonias (premisas 3 y 5).

La iconografía de esta área del sitio presenta muchas formas abstractas que todavía no han sido sistemáticamente estudiadas y que pueden presentar relación con el culto, como son las imágenes del planeta Venus y del hombre-pájaro-jaguar. Muchas imágenes de animales, como las serpientes emplumadas, los coyotes, jaguares y águilas más bien están relacionadas a la divinidad ya que esta puede representarse en la forma animal (premisas 4 y 6).

EL CULTO GUERRERO A KUKULCÁN

La principal evidencia del culto guerrero a Kukulcán está en la arquitectura y en la iconografía de la Gran Nivelación. Aunado que la principal manifestación de la divinidad es una serpiente emplumada.

La estructura conocida como El Castillo o Pirámide de Kukulcán es de planta cuadrada, el tipo de sistema constructivo es el talud/tablero y está abovedado. Posee cuatro escalinatas, una de cada lado del edificio. La escalinata norte posee alfardas que están rematadas por serpientes emplumadas. Subiendo la pirámide por esta escalinata, que es la entrada principal, se ubica el templo, cuya entrada está compuesta por columnas de serpientes emplumadas mirando el norte. En las jambas de las pilastras y en la pared del muro del fondo del templo están esculpidos guerreros que portan atlatl (propulsores de dardos), dardos, lanzas, escudos redondos, escudos flexibles, palos defensivo y ofensivo y cuchillos. La escena principal está compuesta por uno de estos guerreros que está envuelto por una serpiente emplumada y parece estar dentro de un óvulo o cartucho.

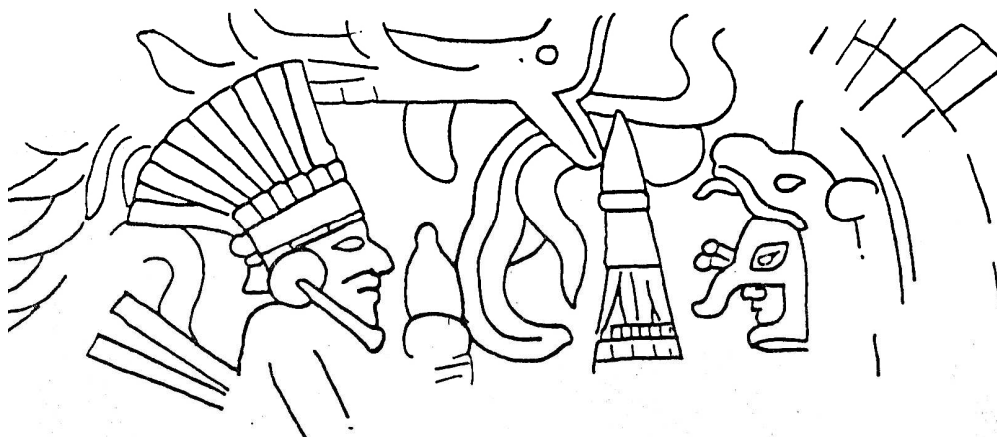


Figura 1. Los Capitanes Disco Solar y Serpiente en el dintel del santuario del Castillo. Imagen tomada de Taube.

A su lado otros guerreros que parecen ser sus prisioneros ya que llevan sogas en las manos. En las jambas de las otras entradas estos guerreros también están representados además de otros que de la misma manera están envueltos por serpientes emplumadas.

El Templo del Norte o del Hombre barbado es una estructura de planta rectangular, con sistema constructivo en talud/tablero y está abovedado. Presenta alfardas decoradas el algunos de los elementos decorativos son serpientes emplumadas. El edificio posee columnas en la entrada que la dividen en tres claros. En estas columnas hay representaciones de guerreros portando escudos flexibles, atlatl y dardos y serpientes emplumadas. Las escenas más interesantes están el la pared del muro del fondo y en la decoración de las bóvedas. En general tratase de escenas cotidianas en donde se perciben personas en sus actividades y las chozas de un poblano. Sin embargo hay representaciones de guerreros portando las mismas armas que los de las columnas y están envueltos por serpientes emplumadas. Igual que en El Castillo, hay una escena en donde se ve un personaje guerrero central dentro de un óvulo o cartucho envuelto por una serpiente emplumada y acompañado por otros guerreros. La diferencia es que éstos parecen no ser prisioneros; más bien participan de la entronización de este personaje central.

El Gran Juego de Pelota es una estructura de planta rectangular con sistema constructivo de talud/tablero. Posee alfardas rematadas con cabezas de serpientes emplumadas cuyos cuerpos emplumados corren por todo el friso del edificio. Poseía una escalinata del lado oeste cuyas alfardas también estaban rematadas por serpientes emplumadas y cuyas cabezas se hallan cerca de la estructura en derrumbe. La estructura posee banquetas con paneles decorados en bajorrelieve cuya escena principal parece ser la decapitación de un personaje de cuyo cuello expuesto salen siete serpientes. Algunos de estos personajes también portan un objeto en la mano que tiene la forma de una serpiente. Y de los sombreros de otros salen estas mismas serpientes.

El Templo Superior de los Jaguares es una estructura de planta cuadrada con sistema constructivo en talud/tablero y está abovedado. El acceso al templo se da por una escalinata que está remata por serpientes emplumadas. Los ángulos del edificio presentan cabezas de estos animales cuyos cuerpos emplumados corren por todo su friso. La entrada del templo está formada por dos columnas de serpientes emplumadas, cada una de ellas pesando cerca de 25 toneladas.



Figura 2. Las columnas en forma de serpiente emplumada del Templo Superior de los Jaguares. Fotografía tomada por el autor.

Las jambas de la entrada están representados guerreros que portan escudos, atlatl y dardos; algunos de ellos envueltos por serpientes emplumadas. En la parte inferior están esculpidos los hombres-pájaro-jaguar. Los frisos superiores del edificio están decoradas con serpientes emplumadas entrelazadas y procesión de jaguares alternados con escudos, estos muy parecidos a los hallados en la Subestructura de El Castillo. Sin embargo, lo más interesante es que dentro del templo, en sus paredes, fueron pintadas muchas escenas en diversos colores. El tema principal de estas escenas son batallas y enfrentamiento de dos grupos de guerreros. Estos grupos son liderados por un Capitán Disco Solar (Miller, 1978), cuyas tropas siempre portan escudos rectangulares; y por un Capitán Serpiente, cuyos guerreros llevan escudos redondos. En todas las escenas de combate parece ser que el Capitán Serpiente siempre es el victorioso.



Figura 3. Los Capitanes Disco Solar y Serpiente en el Templo Superior de los Jaguares. Imagen tomada de Coggins y Shane III, 1989, p.160).

Resulta que este Capitán está representado no solamente por una serpiente, sino por una serpiente emplumada. Las escenas parecen ser la mayor demostración del poderío militar en el área maya. Los guerreros portan todos los tipos de armas y algunas todavía desconocidas en la literatura: atlatl, dardos, cuchillos, escudos redondos, escudos flexibles, palos defensivo y ofensivo y lanzas. Se evidencian también captura de prisioneros que son humillados, capturados, sacrificados, decapitados por el uso de estas armas. Muchas de estas acciones son llevadas a cabo por el Capitán Serpiente que también parece tomar algunas aldeas y destruirlas.

El Tzompantli es una estructura de planta rectangular con sistema constructivo en talud/tablero. Posee una escalinata rematada por serpientes emplumadas y con representación de guerreros. Los ángulos de la estructura, como en el Templo Superior de los Jaguares, está rematado por cabezas de serpientes emplumadas que corren por todo el

friso de la estructura. Los tableros están decorados con muchas filas de serpientes emplumadas. Los guerreros esculpidos en bajo relieve portan atlatl y dardos e llevan en una de manos una cabeza-trofeo. La peculiaridad de estos personajes es que todos tienen la pierna descarnada o esquelética, así como algunos de los guerreros representados en el Templo del Sur. En muchos de estos guerreros salen serpientes emplumadas de sus cuerpos, de los dos lados, como se estuvieran envueltos por estos animales. Otra peculiaridad de estos guerreros es que ellos portan las lanzas más grandes encontradas en toda la iconografía de la Gran Nivelación, y del sitio.

La Plataforma de las Águilas y Jaguares es una estructura cuadrada con sistema constructivo en talud/tablero. Posee cuatro escalinatas cada cual rematada por cabezas de serpientes emplumadas cuyos cuerpos emplumados decoran las alfardas del edificio. Los frisos de la estructura están decorados por personajes recostados a la manera de los chacmooles y llevan un objeto en las manos.

El Templo de Venus es otra estructura de planta cuadrada con sistema constructivo en talud/tablero. Posee cuatro escalinatas cada cual rematada por cabezas de serpientes emplumadas y, diferentemente del Templo de las Águilas y Jaguares, los cuerpos emplumados de estos animales corren por todo el friso de la estructura en vez de decorar las alfardas. En los tableros del edificio hay representaciones del hombre-pájaro-jaguar y el símbolo de Venus que se suele relacionar a la guerra en la literatura maya.

El Templo de los Guerreros es una estructura de planta cuadrada con sistema constructivo en talud/tablero y estuvo abovedado. Posee una escalinata cuyas alfardas están rematadas por cabezas de serpientes emplumadas. Cuenta con banquetas en donde están esculpidos guerreros que portan escudos, atlatl y dardos. Las cornisas de estas banquetas están decoradas con procesión de serpientes emplumadas y, en muchas de ellas, hay guerreros saliendo de sus fauces abiertas. Los tableros del edificio están decorados con el hombre-pájaro-jaguar. La entrada del templo está formada por dos pilastras de serpientes emplumadas, parecidas a las columnas halladas en El Castillo, Templo Superior de los Jaguares y Templo de las Mesas. El templo posee varias pilastras interiores, que posiblemente sostenían el techo, con representaciones de guerreros que portan las mismas armas de los demás encontrados en el edificio. Las jambas de la entrada también están representados estos mismos personajes. En el último cuarto de la estructura hay una

banqueta sostenida por talantes en cuyas cornisas están esculpidas serpientes emplumadas en procesión. Cuando la estructura empezó a ser restaurada en los años 1930 por la Carnegie Institution of Washington las paredes del edificio estaban decoradas con pintura mural, que por su estado de conservación no pudieron ser salvas pero fueron dibujadas con fidelidad y una copia de estas escenas se encuentran en el museo del sitio de Chichén Itzá. La mayoría de las pinturas tienen como representación escenas ubicadas en el mar o en regiones lacustre. En una escena peculiar se ven los guerreros portando bolsas en una representación casi idéntica de los representados en las pilastras del Templo del Sur. En esta misma representación, en la parte superior derecha de la pintura, se percibe una persona dentro de un templo rindiendo culto, cuya estructura está ornamentada con una serpiente emplumada.

La Columnata Noreste es un conjunto de planta rectangular de 259 pilastras que se halla frente al Templo de los Guerreros. Su sistema constructivo es el talud/tablero y probablemente sostenía bóvedas. Las principales representaciones de estas pilastras son guerreros que llevan diferentes armas, como atlatl, dardos, cuchillos, lanzas, escudos, palos defensivo y ofensivo; en sus cuatro lados. Algunos de estos personajes están envueltos por serpientes emplumadas. Muchos de estos personajes llevan sogas en las manos y parecen ser prisioneros, incluso uno de ellos tiene un cuchillo fincado en el cuello. En la parte inferior de cada una de estas pilastras hay representaciones del hombre-pájaro-jaguar en sus cuatro lados. En las banquetas adosadas al conjunto arquitectónico hay representaciones de guerreros profusamente armados y procesión de serpientes emplumadas decorando sus cornisas. Otras banquetas del mismo estilo pueden encontrarse en la Columnata Norte y en el Mercado.

El Mercado es una estructura rectangular con sistema constructivo en talud/tablero y que posiblemente estuvo abovedado. También es el mejor ejemplo de estructura del tipo patio-galería hallada en el sitio. En la banqueta adosada a la estructura hay representaciones de guerreros que portan atlatl, dardos y lanzas. En el friso principal hay la representación de una procesión de guerreros que llevan sogas en las manos y están sometidos a un personaje central que está envuelto por una serpiente emplumada. Esta escena es parecida con la de la pared del muro del fondo de la entrada norte de El Castillo. En las jambas de la entrada de

la estructura hay representaciones de guerreros que llevan las mismas armas de los demás encontradas en el edificio.

Para concluir esta sección, aclaramos que del cenote sagrado, asociado a la Gran Nivelación a través del sacbé 1, se recuperaron muchos artefactos en representaciones de guerreros y serpientes emplumadas. De los ocho discos de oro recogidos, muchos de ellos tienen representación de guerreros armados idénticos a los encontrados en la iconografía de los edificios de la Gran Nivelación. Y en muchas de estas escenas hay representaciones de serpientes emplumadas también en el mismo estilo de las halladas en la extensión de toda la Gran Terraza. Otros artefactos recogidos son placas de jade, cuentas y cerámica, también con representación de guerreros y serpientes emplumadas.

DISCUSIÓN Y CONSIDERACIONES FINALES

Es sabido que las escenas de conflicto dominan el arte de Chichén Itzá (Kurjack 1992). Estos conflictos han recibido una especial atención por muchos investigadores, y sus conclusiones son muy dispares. Desde las acepciones de Tozzer (1930, 1957) hasta investigaciones más recientes se ha creído que Chichén Itzá tiene monumentos conmemorativos de la invasión tolteca ocurrida en el siglo X. Los decisivos escritos de Tozzer hicieron que se aceptara ampliamente el concepto de invasión durante el mencionado siglo. En su detallada cronología de invasiones, migraciones y otros incidentes en la historia maya tuvo como fuentes documentos de origen nativo escritos en frases de difícil interpretación que fueron compilados siglos después de que supuestamente acontecieron tales sucesos (Kurjack 1992).

En este sentido, la visión tradicional de la historia maya vincula el conflicto, el sacrificio humano y la glorificación de la guerra en la iconografía, a la llegada de personas e ideas procedentes del centro de México durante el Posclásico. Las ruinas de Tula se consideran la patria original de los toltecas, quienes invadieron Chichén Itzá, pero la alfarería y la arquitectura en ambos sitios es distinta. La cerámica y técnicas de construcción en ambos lugares tiene sus raíces en tradiciones arqueológicas locales.

La iconografía de Chichén Itzá se diferencia claramente de otros lugares de Yucatán y puede ser considerada como un estilo local a pesar de algunas características originadas en

el centro de México. Luego, gran parte de las ideas y sus representaciones iconográficas llegaron a la península por medio del tráfico comercial que prosperó a lo largo de la costa. Andrews y Gallareta Negrón (1986) han esclarecido el mecanismo con el cual ideas, materiales y gente pasaron al área de Chichén Itzá. En sus excavaciones en la Isla Cerritos cerca de la costa norte de Yucatán, encontraron materiales extraños en abundancia. La isla sirvió como base para el comercio marítimo. La Isla Cerritos parece haber sido el puerto principal para Chichén Itzá. De esta manera, el tráfico comercial trajo ideas extrañas, mercaderías y nuevos conceptos que se fundieron con las formas de representación iconográfica de los indígenas para crear la mezcla que se puede observar en Chichén Itzá.

Estos conflictos representados en la iconografía de Chichén Itzá nos llevan a creer que este fenómeno se intensificó entre los asentamientos durante el Clásico Tardío y Terminal (600-1000 d.C.). Estos rasgos pueden ser identificados arqueológicamente. Se puede percibir fortificaciones, murallas defensivas y albaradas cercando los edificios en varios de los sitios de este periodo, como en Muna, Cobá y Chunchucmil. En Chichén Itzá hay varios espacios amurallados. Datos relacionados con los patrones de asentamiento sugieren que el incremento demográfico llegó a su apogeo en el periodo mencionado. Luego, es de esperar, entre poblaciones densas, que se incrementen los conflictos.

Ya según Robertson y Andrews (1992) la iconografía de Chichén Itzá ofrece la evidencia de un enorme conflicto, una lucha interna por el poder. Basándose en las similitudes de la iconografía su trabajo muestra la coexistencia entre grupos sociales, probablemente familias, representando facciones competidoras. Piensan las investigadoras que el plan concebido en la colocación específica de las pilastras en la Columnata Noroeste, así como los dinteles de madera labrados del Castillo, señalan un gran conflicto interno en Chichén Itzá durante su periodo floreciente. Al estudiar las los diferentes personajes retratados en estas pilastras, como sacerdotes, guerreros y prisioneros las investigadoras concluyen que se puede apreciar los distintos grupos étnicos representados en todos los niveles en un tiempo de gran conflicto interno.

Sin embargo discordamos de los autores presentados que este conflicto haya desestructurado la organización social del centro urbano. Al revés, la disposición de las estructuras en el espacio y la simetría de las representaciones iconográficas y arquitectónicas de los edificios nos hacen creer que hubo una organización social interna

muy organizada para ordenar estas acomodaciones, que serían imposibles de la manera que Kurjack (1992) y Robertson y Andrews (1992) conciben tal conflicto interno.

Más que un reflejo del conflicto interno en Chichén Itzá pensamos que la iconografía del sitio tiene un fuerte mensaje de un culto guerrero centrado en la divinidad Kukulcán, independientemente de cual sea la naturaleza de esta guerra. Los estudiosos han basado sus modelos de conflicto interno a partir de las imágenes de guerreros ampliamente representadas en la extensión del sitio. Sin embargo olvidan decir que muchos de estos guerreros están acompañados de serpientes emplumadas en diferentes contextos.

En su interesante trabajo Robertson y Andrews (1992) en la Columnata Noroeste y en el Templo del Chacmool que sirvieron de base para su modelo de conflicto interno en el sitio, dejan de citar que muchos de estos guerreros son caracterizados por serpientes emplumadas. En algunas de las pilastras estos animales envuelven los guerreros. Además en la banqueta adosada a la estructura hay serpientes emplumadas en las cornisas, además de guerreros de salen de dentro de las fauces abiertas de estos reptiles. Escenas de guerreros y serpientes emplumadas también son encontradas en el Templo del Chacmool. En una de las paredes de esta estructura, en toda su extensión, había la pintura de una gran serpiente emplumada que hoy ya se ha borrada. Una reproducción de esta pintura puede verse en el museo del sitio de Chichén Itzá.

Los rasgos compartidos de estos guerreros en cuanto su indumentaria y armas pueden encontrarse en toda la extensión de la Gran Nivelación, en lo que se percibe un plan muy bien ejecutado por sus idealizadores. Guerreros portando atlatl, escudos y dardos son representados de manera similar en el Castillo, en los Templos Superior y Inferior de los Jaguares, en los Templos del Norte y Sur, en el Gran Juego de Pelota y en el Templo de las Mesas. En algunas de estas estructuras hay pilastras y columnas con representaciones de serpientes emplumadas planeadas en el mismo estilo y gran similitud. Las procesiones de guerreros pueden apreciarse en estructuras como El Castillo, Templo de los Guerreros y El Mercado. Interesante también notar que estas representaciones de guerreros están en estructuras que poseen rasgos arquitectónicos equivalentes, es decir, poseen alfardas, sistema constructivo en talud/tablero, crujías y techo abovedados.

Como hemos mencionado, el culto se manifiesta en espacios específicos. El espacio comprende y expresa ciertos principios de orden y clasificación. Como un medio cultural

construido, el espacio es un contexto definido en el cual las personas realizan actividades específicas en tiempos específicos. Los medios ocupados son pensados antes de ser construidos. Y ese medio existe en términos de nuestras acciones y significados. El espacio arquitectónico puede ser definido como la concretización del espacio existencial, es decir, los elementos del paisaje son construidos culturalmente y transformados dentro de sus marcadores materiales y permanentes autenticando la historia, la experiencia, por extensión, la cultura de un grupo (Pearson y Richards, 1994).

A manera de conclusión, sugerimos que la iconografía del sitio de Chichén Itzá; la similitud entre los personajes esculpidos en bajorrelieve, en general guerreros; la profusa representación de estos individuos junto de serpientes emplumadas, que es la manifestación más común de la divinidad Kukulcán; la disposición de la Gran Nivelación que presenta un espacio muy organizado y está amurallado; la simetría de los rasgos arquitectónicos de los edificios de esta plaza, como las columnas y pilastras de serpientes emplumadas y bóvedas decoradas son evidencia de un espacio estructurado, ordenado y muy bien organizado en donde se celebraban el culto a Kukulcán bajo su manifestación guerrera, más bien que un espacio que refleja un gran conflicto interno en Chichén Itzá.

BIBLIOGRAFIA

ANDREWS, Anthony P. & GALLARETA NEGRÓN, Tomás. “The Isla Cerritos Archaeological Project, Yucatán, México”. En: *Mexicon*, vol. 8, nº 3. México, 1986, p. 44-48.

COBOS PALMA, Rafael. “Fuentes históricas y arqueología: convergencias y divergencias en la reconstrucción del periodo Clásico Terminal de Chichén Itzá”. En: *Mayab*, Sociedad Española de Estudios Mayas, nº 12. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1999, p. 58-70.

DE LA GARZA, Mercedes. *Relaciones Histórico-Geográficas de la Gobernación de Yucatán*. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, Centro de Estudios Mayas, UNAM, 1983.

KURJACK, Edward B. “Conflicto en el arte de Chichén Itzá”. En: *Mayab*, Sociedad Española de Estudios Mayas nº 8. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1992, p. 88-96.

LANDA, Fray Diego de. *Relación de las Cosas de Yucatán*. México: Editorial Porrúa, 1959.

LINCOLN, Charles E. *Ethnicity and Social Organization at Chichén Itzá*. Tesis de Doctorado. Cambridge: Harvard University, 1990.

LÓPEZ COGOLLUDO, Diego. *Los tres siglos de la dominación española en Yucatán, o sea Historia de esta provincia*, 2 vols., Akademische Druck u. Verlagsanstalt, Graz, Austria, 1971.

MILLER, Arthur G. “Capitanes del itzá: evidencia mural inédita de Chichén Itzá”. En: *Estudios de Cultura Maya* nº 11. México: 1978, p. 121-154.

NAVARRO, Alexandre Guida. *Las serpientes emplumadas de Chichén Itzá: distribución en los espacios arquitectónicos e imagería*. Tesis de Doctorado. México: UNAM, 2007.
_____. *O Retorno de Quetzalcóatl: contribuição ao conhecimento do culto a divindade a partir do registro arqueológico de Chichén Itzá, México*. Sao Paulo: tesis de maestría, Facultad de Filosofía y Letras, Museo de Arqueología y Etnología de la Universidad de Sao Paulo, 2002.

PEARSON, Mike Parker; RICHARDS, Colin. “Ordering the World: Perceptions of Architecture, Space and Time”. En: *Architecture and Order*, Mike P. Pearson y Colin Richards (eds.). Londres: Routledge, 1994, p. 1-37.

PIÑA CHÁN, Román. “Informe Preliminar de la Reciente Exploración del Cenote Sagrado de Chichén Itzá”. En: *Serie de Investigaciones*, nº 24. México: INAH, 1970.

_____. *Chichén Itzá: la ciudad de los brujos del agua*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

RENFREW, Colin. *The Archaeology of Cult*. Londres: Thames and Hudson, 1985.

ROBERTSON, Merle Greene & ANDREWS, Margaret. “Una evaluación del arte del Templo del Chacmool y de la Columnata Noroeste en Chichén Itzá: coexistencia y conflicto interior”. En: *Mayab*, Sociedad Española de Estudios Mayas, nº 8. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1992, p. 54-87.

SCHMIDT, Peter. *Proyecto Chichén Itzá*. Mecanoescrito. México: CRY-INAH, 1992.

THOMPSON, Edward H. “Archaeological Research in Yucatán”. En: *Memories of the Peabody Museum Harvard University*, vol. 1, nº 3, Cambridge, Massachusetts, 1904.

TOZZER, Alfred M. “Maya and Toltec Figures at Chichén Itzá”. En: Twenty third International Congress of Americanists, Acta, Nueva York, 1930, p. 155-164.

_____. *Chichén Itzá and Its Cenote of Sacrifice: a Comparative Study of Contemporaneous Maya and Toltec*. Washington: Memoirs of the Peabody Museum of American Archaeology and Ethnology, 1957.

WEBSTER, David. “Rivalidad, faccionalismo y Guerra maya durante el Clásico Tardío”. En: *La guerra entre los antiguos mayas*. Memoria de la Segunda Mesa Redonda de Palenque, Silvia Trejo (ed.). México: CONALCULTA/INAH, 2000, p. 17-38.

A RAINHA DO CANGAÇO NOS FOLHETOS DE CORDEL

Andréa Patrícia Santos Melo

Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Sergipe

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os folhetos de cordel sobre o cangaço, com ênfase à representação de Maria Bonita, companheira de Lampião, na literatura popular. A metodologia utilizada consistiu na revisão bibliográfica do tema e a seleção representativa de alguns cordéis relativos ao cangaço. Exercemos também um trabalho de reflexão sobre a construção dos papéis sexuais e como estes repercutem na forma de pensar e de escrever dos cordelistas do Nordeste, inserindo nossas pesquisas numa perspectiva relacionada à história das mulheres e à categoria de gênero. A partir deste estudo, pretendemos contribuir para o campo de pesquisas sobre o cangaço, especialmente sobre o papel da mulher na construção de um imaginário popular acerca deste fenômeno.

Palavras-chave: *literatura de cordel, cangaço, poeta popular, representação.*

ABSTRACT

The present article aims to analyze the *folhetos de cordel* (Northeastern Brazilian pamphlets with folkloric themes read as popular fiction) about *cangaço*, (Northeastern Brazilian bandits), and in particular, folhetos emphasizing the representation of Maria Bonita, Lampião's partner. The methodology used consists of reviewing the literature on the subject and reading a representative selection of folhetos about cangaço. We reflect on the construction of sexual roles and how these reverberate on thinking and writing within Northeast this genre. Our research is informed by a perspective related to women's history and the history of gender. With this study, we hope to contribute to the field of research about *cangaço*, particularly as to the role of women in the construction of a popular imagination about banditry.

Keywords: *string literature, cangaço, popular poet, representation.*

Dentro do universo cultural do Nordeste, a literatura de cordel se apresenta como uma das manifestações mais ricas e mais representativas do saber popular e do modo de pensar do homem nordestino. Tema de estudiosos no Brasil e no exterior, os chamados folhetos têm possibilitado uma série de análises dentro da perspectiva da História Cultural, como também das Ciências Sociais, da Lingüística e da Literatura.

O cangaço, por sua vez, aparece como um dos temas mais abordados nos versos populares. O fascínio que cangaceiros como Antônio Silvino e Virgulino Ferreira exerceram e ainda exercem se reflete, de forma contundente, nas diversas histórias contadas por todos os cantos do Nordeste, nos mercados e feiras populares. Através de sua leitura, podemos compreender a sua interpretação dos fatos históricos, além da cosmovisão do homem sertanejo e do poeta popular que o representa em seus versos.

Em meio a essa discussão, nos interessamos em analisar uma figura de grande importância neste contexto: Maria Gomes de Oliveira, a Maria Déa, ou simplesmente “Maria Bonita”. Apesar de seu companheiro Lampião ter sido retratado diversas vezes em estudos ou produções artísticas, pouco se conhece sobre a “Rainha do Cangaço”. Lendas e histórias fantásticas se misturam aos fatos históricos, revelando a necessidade de compreendermos um pouco mais da sua vida e do seu papel no bando de cangaceiros mais famoso do país.

A LITERATURA DE CORDEL E O CANGAÇO

Com mais de um século de existência no Brasil, a literatura de cordel foi testemunha de grandes momentos de nossa história, contribuindo, de maneira singular, para a manutenção de nossas tradições, sendo uma das formas mais ricas de expressão do imaginário popular. Seu surgimento no Brasil remonta ao final do século XIX, inspirada na literatura popular produzida na Europa entre os séculos XVII e XVIII e baseada em narrativas sobre heróis medievais e acontecimentos da época. Obras como *Carlos Magno e os Doze Pares de França*, *A Imperatriz Porcina* e *A Donzela Teodora*, por exemplo, figuravam entre as mais famosas, influenciando sobremaneira a literatura popular do Brasil e dos demais países de origem latino-americana.

Apesar de suas origens reportarem à Europa, a literatura de cordel no Brasil conseguiu adquirir características próprias. No caso específico do Nordeste, os folhetos de cordel vão encontrar um ambiente propício ao seu desenvolvimento. Pelas suas peculiaridades, os cordéis vão constituir-se em um instrumento de disseminação cultural, além de um

importante meio de comunicação popular. Nas regiões onde o jornal não conseguia chegar, os versos de cordel tinham a função de informar a população.

Evento marcante da história nordestina, o cangaço vai ser constantemente representado nas páginas dos cordéis. As aventuras dos cangaceiros vão atrair o gosto do público, apresentando “heróis” intimamente ligados à realidade do homem sertanejo.

O contexto nordestino do final do século XIX e início do século XX facilita a compreensão de como este fenômeno surgiu na região. A forma como o território brasileiro foi distribuído e organizado criou intensos conflitos entre os que habitavam a terra e os nobres portugueses que a receberam, uma vez que tiveram de enfrentar os índios para efetivarem suas conquistas. Apoiados nessa herança, os fazendeiros do Nordeste assumiram o poder na região, exercido através da força e do auxílio de seus capangas, elementos fundamentais para a manutenção de sua autoridade.

Com o crescimento de sua influência, os capangas passam a libertar-se de seus senhores, dando origem aos cangaceiros. O fim do Império e problemas como a grande seca ocorrida no período de 1877-1879, além do aumento da violência e da miséria no Nordeste propiciaram o cenário para a eclosão deste movimento social.

A entrada no cangaço criou para muitos homens a possibilidade de ascensão, uma conquista de poder que não poderia ser alcançada de outra forma numa sociedade tão hierarquizada. Sejam atuando de forma independente ou a serviço de chefes políticos locais, estes cangaceiros vão marcar, de forma profunda, o imaginário popular, repercutindo em nossa cultura (DAUS, 1982, p.27).

Inserida neste cenário, a literatura de cordel se apresenta como excelente fonte para o estudo do cangaço. Através de sua análise, percebemos como o poeta popular enxergava esse momento de nossa história, expressando em seus poemas muito mais do que a sua versão dos fatos, mas também sua visão de mundo, seus valores e conceitos.

Dentre os autores pesquisados, há um relativo consenso em destacar a missão dos poetas populares de informar a população. Em meio ao isolamento geográfico, social e político, muitos desses nordestinos vão utilizar o seu talento com as palavras para não somente criar histórias, mas assumirem a função de mensageiros do povo, transmitindo as notícias e contando, como poucos, o sofrimento e as lutas do homem da região.

Realidade de muitos nordestinos, os poetas populares quase sempre eram homens de pouca instrução. Muitos freqüentaram a escola por pouco tempo, enquanto um outro grande número é formado por autodidatas. Apesar disto, alguns deles revelaram-se

como grandes nomes da nossa arte popular, como Leandro Gomes de Barros, Manoel D’Almeida Filho e Patativa do Assaré.

Numa sociedade onde o nível de letramento é baixo, o cordelista é considerado como uma pessoa culta, inteligente, pois possui um vocabulário acima da média. O saber enciclopédico é bastante valorizado e os poetas populares, portanto, fazem parte de uma elite dentro de sua própria classe, uma vez que o próprio ato de ler os folhetos é considerado como um símbolo de *status*.

Segundo Ronald Daus,

Nenhum outro ciclo da poesia popular nordestina exerce influência tão profunda sobre os leitores do sertão como o ciclo dos cangaceiros. Ele nos informa sobre a estrutura psicológica do comportamento dos sertanejos e permite tirar conclusões sobre desejos e frustrações da esmagadora maioria da população do Nordeste brasileiro. (DAUS, 1982, p.21)

Esta temática representa também um momento em que o poeta popular encontra-se numa relação de ambigüidade. Oscilando entre sentimentos de bondade, coragem e atos extremamente desumanos, os cangaceiros apresentados nos livros de cordel refletem as nuances psicológicas destes personagens. O “bem” e o “mal” estão sempre presentes e tomar partido de um lado ou de outro significa apresentar opiniões às vezes nada convenientes. Em muitos dos casos, os cordelistas viveram o momento e a narração destes fatos em terceira pessoa era uma das estratégias utilizadas pelos escritores para não se comprometerem com as palavras que proferiam em suas obras. Mais uma vez, o poeta popular assume o seu papel de repórter local.

Apesar das dificuldades já apresentadas, o poeta popular tem a oportunidade de, em seus poemas, expor as vicissitudes de seu povo. Sob o risco de retaliações, muitas vezes ele opta por uma visão ambígua dos fatos. É nesse universo que o poeta mescla doses do simbólico, da realidade e do imaginário. Porém, em seus poemas, é notório que o desejo de justiça está sempre presente e valores como honra e lealdade têm como princípio o ideal de liberdade. É dessas memórias que o poeta se intitula porta-voz.

MARIA BONITA NA LITERATURA DE CORDEL

Em nossas pesquisas foram escassas as referências nos folhetos de literatura popular à companheira de Lampião, Maria Bonita. A discussão sobre as relações de gênero na

historiografia contemporânea aguça a nossa curiosidade e o interesse por este objeto de pesquisa, pois a utilização deste modelo de análise possibilita a compreensão do modo como a representação das mulheres pode dar-se em um contexto de caráter fortemente machista, como o da literatura de cordel.

Maria Bonita é citada na maioria das obras como a mulher ou amante do cangaceiro. São poucos os escritores que apontam o papel de Maria Bonita no cangaço. Daniel Lins corrobora com a mesma opinião, ao apontar: “a quase exclusão da mulher na bibliografia geral sobre o cangaço – onde o feminino está presente nas entrelinhas, como ‘acidente’ ou objeto de transgressão.” (LINS, 1997, p. 65)

Podemos perceber que o poeta popular, em sua interpretação do cangaço, apresenta uma posição também ambígua no que se refere à Maria Bonita. Nos seus textos, o cordelista encontra dificuldades para adequar uma mulher a um ciclo como o do cangaço, onde as histórias são permeadas por atos de bravura e também de muita violência. A presença de uma *personagem* feminina feriria a todos os princípios de uma sociedade pautada no machismo, pois os valores sociais e morais do patriarcalismo, vigentes no período colonial, deixaram marcas ainda visíveis na comunidade nordestina.

Em seu artigo “*O poder da mulher no cangaço*”, Valéria Bulcão (s/d, p. 1) levanta uma importante discussão acerca do papel de Maria Bonita no bando de cangaceiros. Para a autora, a presença de Maria Bonita trouxe importantes mudanças no cangaço, revolucionando costumes e abrindo espaço para a entrada de outras mulheres.

Ao contrário das mulheres de sua época, as mulheres no cangaço tinham considerável participação no bando. Apesar de não participarem dos combates (a única foi Dadá, mulher de Corisco), elas colaboravam nas pejeas, sendo responsáveis por cuidar dos feridos. As tarefas de cozinhar e demais atribuições eram destinadas aos homens.

Daniel Lins aponta a entrada das mulheres no cangaço como uma verdadeira revolução:

As mulheres se emanciparam, com efeito, no contexto da época, ao mesmo tempo que eliminaram, até certo ponto, as barreiras do autoritarismo patriarcal e impuseram respeito, dignidade e igualdade de sexo. Elas eram antes de tudo mulheres e não amantes de cangaceiro ou guerreiras masculinizadas. Algumas, como Maria Bonita e Dada, afirmaram-se enquanto personalidades independentes da imagem dos cangaceiros, seus companheiros. Era preciso muita força e uma rebeldia excepcional às mulheres para mudar a lógica fállica do cangaço. (LINS, 1997, p. 130)

Diante desta realidade totalmente em contraste com os padrões da sociedade da época, tornava-se tarefa extremamente difícil enquadrar mulheres como Maria Bonita em histórias limitadas a personagens masculinos, cujas características principais eram a valentia e a brutalidade. Em uma sociedade extremamente machista e conservadora, admitir em seus cordéis a presença de mulheres fortes, que se dispunham a abandonar famílias em busca de uma vida em meio à dureza do cangaço, não se constitui em algo fácil de ser equacionado.

Ronald Daus apresenta um dado bastante significativo sobre esta questão. Ele aponta que os jornais de 1930 a 1938 (período em que os dois conviveram) são bastante minuciosos ao descreverem o papel de Maria Bonita no bando de Lampião, porém sua participação nos folhetos de cordel é insignificante, pois os poetas não sabem o que fazer com uma mulher no cangaço. Com relação à Maria Bonita, o autor sugere que

[...] os poetas populares se afastam muito da realidade histórica. Eles só reproduzem acontecimentos históricos com exatidão objetiva, quando estes correspondem a esquemas de ação positivos e, portanto, na maioria dos casos, representam repetições de fatos muito conhecidos (DAUS, 1982, p. 55).

Podemos perceber que o contraditório é um elemento marcante nas representações de Maria Bonita. Diante do conflito entre o que é norma na sociedade e o que se aplicava no universo do cangaço, o poeta popular opta pela ambigüidade. Para Daniel Lins,

[...] dificilmente alguém mereceu um tratamento tão ambíguo e paradoxal quanto Maria Déa, Maria Bonita. Ao se referir à personagem, abandona-se o sentido da medida. A desmesura constrói a narração e os autores, em geral, se perdem num turbilhão de preconceitos, misturados aos sentimentos ambíguos de amor e ódio, impondo à narração uma constante oscilação entre o ódio à morte ou o amor radical. (LINS, 1997, p. 55)

Diante do exposto, não podemos estar alheios a esta personagem que causou tanta polêmica e que, ainda hoje, requer estudos mais aprofundados sobre sua trajetória e sua participação na história. Para isso, consideramos fundamental a realização de um trabalho de pesquisa biográfica sobre Maria Bonita, apontando não só detalhes de sua vida, como também compreender porque a sua presença no bando de Lampião abriu as portas para a entrada de outras mulheres, criando uma verdadeira *revolução* no cangaço.

ASPECTOS BIOGRÁFICOS DE MARIA BONITA

Maria Gomes de Oliveira, nasceu em 8 de março de 1911, no autal município de Santa Brígida/BA. Maria Déa, como era conhecida, viveu com seus pais, Maria Joaquina da Conceição e José Gomes de Oliveira, até os quinze anos, quando se casa com o sapateiro José Miguel da Silva, conhecido como Zé de Neném.

O casal não tinha filhos, pois seu marido era estéril. Além disso, as brigas eram constantes e as separações também. Durante esses períodos Maria Bonita refugiava-se na fazenda Malhada do Caiçara, de propriedade de seus pais. É em uma dessas ocasiões, no ano de 1929, que Maria Bonita conhece Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, por quem se apaixona. No ano seguinte, ela dá fim ao casamento de cinco anos e abandona seu marido, para tornar-se a *rainha do cangaço*.

A vida no sertão não era fácil para os cangaceiros e, tampouco, para uma mulher. A dureza do clima e a vegetação da caatinga impuseram grandes sacrifícios e mudanças constantes do bando. Resistir à realidade do cangaço era, portanto, tarefa para poucos.

A entrada de Maria Bonita, contudo, abriu a possibilidade para que outros cangaceiros também tivessem suas companheiras. Algumas moças eram sequestradas, enquanto outras eram “doadas” aos cangaceiros, pois suas famílias tinham medo de represálias. A paixão não era, portanto, a única causa para a entrada de mulheres no cangaço.

Apesar disto, a entrada das mulheres não foi aceita de bom grado por todos os cangaceiros. Sua presença representava um entrave às realizações do bando. O imaginário popular associava a figura feminina a algo negativo. Ela representa a infelicidade, o luto, a divisão. No cangaço, como na sociedade em geral, a visão a respeito da mulher sempre foi carregada de concepções pejorativas. De acordo com Daniel Lins,

[...] os cangaceiros, como os colonizadores, acreditavam na superstição contra a mulher, expressão do satanismo europeu, teorizado pela escolástica medieval, sempre presente no imaginário brasileiro: “Tu és a porta do diabo, és aquela que ousou tocar a árvore do pecado.” (1997, p. 125)

Lampião e Maria Bonita conviveram durante 8 anos (1930-1938). Neste período, ela chegou a engravidar algumas vezes, porém a realidade do cangaço impunha grandes dificuldades, impedindo que suas gestações fossem levadas até o fim. Somente em

1932, após vários abortos, ela consegue dar a luz à uma menina. Expedita é entregue a parentes, pois criar uma criança em tais condições era praticamente impossível.

A rainha do cangaço adquiriu o respeito de todo seu bando. Chamada de “Santinha” por Lampião e de “Dona Maria”, pelos demais bandidos, ela conquistou seu espaço num universo predominantemente masculino. Sua atitude, ao abandonar o marido e seguir um novo destino ao lado do cangaceiro mais famoso do país, ia de encontro a todos os princípios da sociedade nordestina do início do século XX. Criadas sob padrões machistas e de uma herança patriarcal, as mulheres estavam destinadas à vida no lar e aos afazeres de uma boa mãe e uma boa esposa. Diante disto, podemos considerar que seu comportamento se desvirtuava do que era tido como padrão.

Ao analisar a questão do preconceito sofrido pelas mulheres nordestinas no início do século, Maria Ângela de Faria Grillo apresenta uma argumentação que se encaixa perfeitamente na nossa análise sobre Maria Bonita. De acordo com a autora

Aqui fica evidenciada a existência de preconceitos relativos a qualquer forma de transformação da mulher. Poucas mulheres se contrapunham abertamente a seus pais ou maridos, pois mesmo com as mudanças sociais, ocorridas no início do século XX, os padrões e a austeridade patriarcal permaneciam (ou deveriam permanecer) inabaláveis. (GRILLO, 2007, p. 145)

Maria Bonita morreu numa emboscada, na grota de Angico, em Sergipe, no dia 28 de julho de 1938, quando foi degolada ainda viva pela polícia (conhecida como *volante*), juntamente com Lampião e outros nove cangaceiros. A morte do bando contribuiu ainda mais para fortalecer o mito e criar no imaginário popular a idéia do herói nordestino. A presença desta mulher na literatura popular faria parte do Grande Ciclo das Histórias de Amor, contando a paixão entre a *rainha* e o *rei do cangaço*, pois os poetas populares encontrariam dificuldades para sua representação nos folhetos de cordel.

Conhecer, portanto, a sua trajetória, nos possibilita entrar em contato com uma mulher que ousou romper com normas de conduta e valores profundamente arraigados na sociedade brasileira do início do século XX. No caso da região Nordeste essa realidade se mostrava ainda mais contundente. Desta forma, consideramos que a compreensão de sua história se apresenta como um importante elemento para percebermos como se davam as relações de gênero neste contexto, analisando também a realidade com qual o poeta popular tinha de se deparar.

MARIA BONITA NOS FOLHETOS DE CORDEL

A partir de agora, nos debruçaremos sobre a representação de Maria Bonita nos folhetos de cordel. Para isto, selecionamos cinco obras, que datam do período entre 1940 e 2006 e que se constituem em textos expressivos sobre o fenômeno do cangaço na literatura popular. Nossa análise buscou obedecer à seqüência cronológica das obras, mostrando, desta forma, como as concepções a respeito de Maria Bonita foram sendo produzidas ao longo das décadas.

O primeiro dos folhetos a ser analisado é *A Morte de Lampião, a Chegada de Lampião e Maria Bonita a Maceió e Corisco Vingando seu Chefe*, de João Martins de Athayde (ATHAYDE, apud CURRAN, 2001) ¹, e que demonstra o quanto eram contraditórias as representações existentes sobre Maria Bonita. O autor a apresenta com uma mulher má, de instinto criminoso. Para ele, as atrocidades cometidas não se justificavam pela sua relação com o líder do cangaço e sim por sua crueldade nata:

Essa mulher assassina
Que até rifle manejava
Não era por amizade
Que ela o bando ocupava
Seu instinto era malvado
Seu amor degenerado
Só luto e dor espalhava. (ATHAYDE, apud CURRAN, 2001, p.74)

O segundo folheto analisado é *Lampeão, O Rei do Cangaço – Amores e Façanhas*, de Antônio Teodoro dos Santos (SANTOS, 1959). Assim como a maioria dos poetas de cordel, Antônio Teodoro dos Santos aborda o tema “Maria Bonita” dentro do Grande Ciclo das Histórias de Amor.

Neste texto, o valente Lampeão se rende aos encantos da bela mulher:

O certo é que Lampeão
Tinha o coração de aço
Bejava qualquer morena
Mas não queria embaraço
Mas vivia apaixonado
Por não haver encontrado
A rainha do cangaço.

¹ Apesar de ser considerado como um dos clássicos de Athayde, a única versão a que tivemos acesso foi encontrada na obra de Mark Curran “História do Brasil em Cordel”, publicada em 2001. A data do cordel também não pôde ser confirmada, porém acreditamos que ela tenha sido publicada na década de 1940

Porém um dia feliz
Êle encontrou sua dita
Bem perto de Paulo Afonso
Numa casinha catita
Estava o seu grande amor
Uma melindrosa flor
A “tal” Maria Bonita. (SANTOS, 1959, p. 22)

Tema recorrente na maioria dos cordéis, a beleza de Maria Bonita é ressaltada em verso. A valentia e a habilidade com as armas também são lembradas pelo poeta popular.

Alguém que não conheceu
A mulher de Lampeão
Seu nome diz a beleza
E a proeza o coração
Lutava contra a polícia
Tinha coragem e perícia
Destreza no mosquetão... (p. 23)

Apesar da exaltação dos seus atributos físicos, a “rainha do cangaço” é apresentada como uma mulher de temperamento forte e colérico. Sua valentia é confirmada, quando, nestes versos, Maria Bonita briga com Lampião, saindo em defesa de seu filho, o qual o autor chama de “lampeãozinho”:

Disse Maria Bonita:
_ Se fizer essa injustiça
Eu te pico aqui miúdo
Como carne p’ra lingüiça
Quem tem tosse e não tem gôgo
Se põe gás e toca fogo
Urubu puxa a carniça... (p.24)

O terceiro folheto examinado foi *ABC de Maria Bonita, Lampião e seus Cangaceiros*, de Rodolfo Coelho Cavalcante (CAVALCANTE, 1976). Nesta obra, podemos perceber, mais nitidamente, a convivência de características opostas com relação à companhia de Lampião. Um questionamento recorrente nas obras sobre Maria Bonita parte da seguinte dúvida: a sua entrada no cangaço se justificava por seu relacionamento com o líder do bando ou pelo seu instinto criminoso? Para ele, a opção de unir-se ao cangaceiro não só aliava o afeto à Lampião, como também a opção por viver uma vida de crimes:

A mulher de Lampião

Foi mulher de um sapateiro,
Esta vendo Virgulino –
O terrível cangaceiro
Resolveu mudar de vida
Para tornar-se homicida
No Nordeste Brasileiro. (CAVALCANTE, 1976, p. 1)

Tema recorrente nas histórias sobre Maria Bonita, os aspectos físicos da cangaceira são ressaltados. Além de sua beleza, o autor tece elogios à sua lealdade e ao zelo para com o seu companheiro:

Dizem que Maria Déa
A amante de Virgulino
Era bastante bonita
Mas de coração ferido
Quando Lampião dormia
Ela servia de guia
Velando por seu destino. (p.2)

Ao longo do texto, o autor deixa de lado os elogios e apresenta uma nova faceta de Maria Bonita. Mais uma vez, o caráter contraditório de sua representação pode ser percebido. Ela não somente participava das lutas, como cometia diversos assassinatos:

Em combates mais ferrenhos
Quando Lampião lutava
Cinco, seis, sete soldados
Ela sozinha matava...
Em frente de sua mira
por detrás da macambira
Só cadáver ficava. (p.2)

O autor considera que a vida de crimes lhe dava prazer. Maria Bonita “realizava-se” no cangaço, chegando até a discutir com Lampeão, para permanecer no bando. Rodolfo Coelho nos apresenta uma mulher forte, decidida, mas com um extremo prazer em matar. A sua entrada no bando era, portanto, uma opção e não apenas fruto do acaso:

Gosto muito desta vida
No cangaço do sertão
Emquanto você for vivo
Não tiro o rifle da mão...
Dizia ela contente
Na vista de sua gente
Osculando Lampião. (p. 3)

A escolha pela vida no cangaço, também se justificava como forma de fuga à pobreza. Viver de acordo com os padrões sociais não era mais importante do que a luta por melhores condições de vida:

“Homem honrado tem lar...”
Virgulino assim dizia
Que nada!...- dizia ela –
Isso é pura fantasia
Eu já fui mulher casada,
Vivia decente, honrada,
De fome quase morria!

- ‘nda que me dê um trono
Não abandono o cangaço...
Pois no dia que não brigo
Sinto o maior cansaço
Sou mulher, é verdade
Porém a minha vontade
É sangrar gente no aço! (p.3)

Apesar do respeito conquistado pelo bando, inclusive por seu companheiro, o autor menospreza sua participação, descrevendo-a como uma pessoa cruel e até mesmo selvagem:

Na volta dela o inimigo
Nunca levava vantagem,
E por isso Lampião
Mesmo na camaradagem,
Não fazia ofensa à ela
Pois a natureza dela
Era igual a de um selvagem.

O cabra que se afoitasse
Fazer graça com Maria
Era chamado defunto
Pois ali mesmo morria...
Desta forma Lampião
De todo o seu coração
À ela muito queria. (p. 5)

O quarto cordel analisado é *Maria Bonita – A Eleita do Rei*, de Gonçalo Ferreira da Silva (SILVA, 2000). O autor apresenta uma versão romântica para o relacionamento entre Lampião e sua companheira. Sua visão para a união do casal se assemelha aos romances dos folhetins do século XIX. A idéia de que os dois estavam destinados a este relacionamento é novamente abordada:

Assim foi o grande amor
do capitão Virgulino
ao receber de Maria
um olhar quase divino
uniram-se duas vidas
em torno de um só destino.” (SILVA, 2000, p. 1)

A semelhança de interesses cultivados entre os dois possibilitou a idéia de que o amor entre eles era fruto do destino, concepção até hoje divulgada pelos poetas populares:

Maria Bonita deu
Outro título a Lampião
além de “Rei do Cangaço”
de “Imperador do Sertão”
o de “Dono Absoluto”
do seu nobre coração. (p.2)

A união dos dois só é interrompida pelo ataque sofrido na grota de Angicos, quando eles e parte de seu bando foram mortos em uma emboscada:

Companheiros há dez anos
na alegria e na dor
na paz de raros momentos
ou sob intenso calor
acabou tragicamente
aquela história de amor. (p.8)

O último livro pesquisado é: *Lampião – O Capitão do Cangaço*, também da autoria de Gonçalo Ferreira da Silva (SILVA, 2006). O autor procura mostrar que a existência de mulheres no cangaço não se limitava à presença de Maria Bonita. A paixão, portanto, não foi privilégio dos dois líderes do cangaço, pois diversos cangaceiros tiveram direito a ter suas companheiras:

Mulheres e cangaceiros
fizeram longa união,
portanto Maria Bonita
na vida do Lampião,
na história do cangaço
não constitui exceção.

Corisco teve Dada
mulher de amor vibrante,
Jararaca teve esposa,
Dois-de-Ouro teve amante,

Cruz Vermelha, companheira,
Roque e assim por diante.
Sendo por Maria Bonita
prontamente apelidada
por Rainha do Cangaço
também cognominada
era por todos querida
e com temor respeitada. (SILVA, 2006, p.21)

O autor reforça o imaginário popular, ao descrever as qualidades de Maria Bonita. Além da beleza e da sensualidade, a valentia, o companheirismo e a fidelidade faziam parte de seus atributos:

Ele que amou febrilmente
a uma mulher casada
praticando amor selvagem
no pé das moitas deitada
companheira tão valente
quanto fiel e ousada. (p.29)

Os folhetos aqui apresentados nos trazem uma boa percepção de como os poetas populares trataram o tema do cangaço e, em especial, a figura de Maria Bonita. O estudo destas obras nos permitiu a compreensão de que visões diferenciadas a respeito de Maria Bonita foram sendo produzidas no decorrer dos anos. A ambigüidade dos autores de cordel não se manifestava apenas com relação à representação dos líderes Antônio Silvino e Lampião. No caso da “rainha do cangaço”, além das dificuldades em se “tomar partido” sobre temas tão vívidos na comunidade nordestina, o poeta popular se encontrava diante de um verdadeiro dilema, pois a imagem de uma mulher forte, lutadora, que enfrentou preconceitos e normas de uma sociedade tradicional, iria de encontro aos valores estabelecidos pela mesma.

Os cordéis inicialmente analisados nos trazem a figura de uma mulher violenta e sanguinária, com um forte instinto criminoso. Seus belos traços físicos também vão ser ressaltados, assim como nos demais folhetos, porém as características notórias aos poetas que vivenciaram o fenômeno do cangaço serão a valentia e o temperamento forte, que fizeram de Maria Bonita a escolhida por Lampião. Contudo, ao longo dos anos, os poetas populares passaram a retratar o fenômeno do cangaço com cores menos vibrantes. A opção dos cordelistas do século XXI é de abordar a história de amor entre os dois, dando ares de romantismo a um tema onde a violência e a coragem antes ditavam o tom.

Ao analisar a representação das mulheres na literatura de cordel e na história, Daniel Lins aponta que

O imaginário brasileiro, por meio da literatura de cordel, do folclore e, excepcionalmente, da própria história, transformou as mulheres – em particular, Maria Bonita – ora em sacrificadas da miséria, ora em heroínas do amor ecológico. As raras biografias ou estudos sobre as mulheres cangaceiras privilegiam a excepcionalidade ou a desmesura. Na prática do mal como do bem, os escritores tendem a fazer da dura vidas das mulheres não mais apenas a causa de seus estatutos de mulheres sacrificadas, mas a consequência de uma predisposição “inata” ao sofrimento e ao repúdio. (LINS, 1997, p.193)

Sob a ótica dos estudos de gênero, podemos perceber que Maria Bonita não se adequava aos padrões de sua época. Os papéis construídos pela sociedade e impostos às mulheres do início do século XX e, em especial, da década de 1930, (período de seu relacionamento com Lampião) não aprovavam a conduta da companheira de Lampião. Sua posição no bando era de grande influência, porém os folhetos sobre o tema subestimam a sua importância, descrevendo-a com uma mulher má e caprichosa, que faz da ação criminosa apenas um divertimento.

A presença de uma mulher corajosa e de personalidade forte, em um contexto fortemente dominado por homens iria de encontro aos padrões da época. A solução encontrada pelos cordelistas, portanto, é de inseri-la no Grande Ciclo das Histórias de Amor. Desta feita, ao enfatizarem o seu relacionamento com o rei do cangaço, os autores possibilitam também a exaltação das qualidades de Lampião, encobrendo seus defeitos. Esta estratégia contribuiu, dentre outros fatores, para a transformação do homem em mito, re-valorizando sua personalidade perante os sertanejos. O seu caso de amor passa a ser utilizado ao seu favor, pois, como afirmou Ronald Daus, “A afirmação de que Lampião seria capaz de amar, pode ser invertida e torna o cangaceiro uma pessoa digna de ser amada.” (DAUS, 1982, p. 55).

Diante do exposto, entendemos que, apesar das contradições existentes na representação de Maria Bonita nos folhetos de cordel, a existência desta personagem na literatura popular em verso se justifica enquanto contraponto à figura do perverso líder do cangaço. Membro de uma sociedade de tradições machistas, os poetas populares não conseguem elaborar a presença feminina no cangaço de forma bem equacionada. Obedecendo aos valores da sociedade da qual faz parte, os poetas vão, desta forma, apresentar opiniões contraditórias a seu respeito. Percebe-se, então, que a importância

da companheira de Lampião nos cordéis somente se dará no processo de elaboração do mito.

Com relação às concepções sobre as diferenças sexuais no contexto do cangaço, tais expressões se tornam ainda mais difíceis de serem elaboradas. Notadamente tradicional, a sociedade nordestina da época ainda iniciava um lento processo de mudança nas relações sociais e os folhetos de cordel são representativos dos modos de pensar do período em questão.

Os estudos relativos à literatura de cordel sobre o cangaço não se esgotam neste trabalho. A possibilidade de novos olhares, como no caso das pesquisas sobre gênero, nos permite trabalhar numa perspectiva de história que se coloque como espaço de reflexão sobre a relação entre homens e mulheres, vistos em suas individualidades, mas respeitando os seus direitos enquanto coletividade. Desta forma, caminharemos para a formulação de um projeto de saber que se apresente como alternativa de contestação e mudança social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BULCÃO, Valéria. *O poder da mulher no cangaço*. Disponível em: <http://diariodenatal.dnonline.com.br/site/materia.php?idsec=2&idmat=180891>. Acessado em 13 de março de 2009.
- CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. *ABC de Maria Bonita, Lampião e seus Cangaceiros*. Salvador: Agência de Folhetos “Casa do Trovador”, 1976.
- CHAVES, Gislaíne da Nóbrega. “A Mulher na Literatura Popular: Uma Questão de Gênero”. IN: *Revista Debates Regionais*. nº 03. João Pessoa: UFPB, 1996, p. 165-178.
- CORREIA, Mariza. “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”. IN: Dossiê: Feminismo em questão, Questões do feminismo. *Cadernos Pagu* (16). Campinas: UNICAMP, 2001, p.13-30.
- CURRAN, Mark J. “Introdução / 1896-1918. Canudos e a República Velha”. IN: *História do Brasil em Cordel*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 15-81.
- DAUS, Ronald. *O Ciclo Épico dos Cangaceiros na Poesia Popular do Nordeste*. Trad.: Rachel Teixeira Valença. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1982.
- FILHO, Manoel D’Almeida. *Os Cabras de Lampião*. São Paulo: Ed. Luzeiro, 1965.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006
- GRILLO, Maria Ângela de Faria. “Evas ou Marias? As Mulheres na Literatura de Cordel: Preconceito e Estereótipos”. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/1338>. *Revista Esboços*, vol.14, nº 17 – UFSC, 2007. Acessado em 1º de março de 2009.
- LINS, Daniel. *Lampião, o homem que amava as mulheres*. São Paulo: Annablume, 1997.
- SÁ, Antônio Fernando de Araújo. *Combates entre Histórias e Memórias*. São Cristóvão: Editora UFS. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005
- SANTOS, Antônio Teodoro dos. *Lampião, O Rei do Cangaço*. São Paulo: Ed. Luzeiro, 1959.
- SILVA, Gonçalo Ferreira da. *Corisco, O Sucessor de Lampião*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Literatura de Cordel, 2006;
- _____. *Lampião, O Capitão do Cangaço*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Literatura de Cordel, 2006;

_____. *Maria Bonita – A Eleita do Rei*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Literatura de Cordel, 2000.

O SERTÃO DE PIERRE VERGER: MESTRE VITALINO E A FEIRA DE CARUARU¹

Aaron Sena Cerqueira Reis (Pibic-FAPITEC/UFS/HPOPNET)
Antônio Fernando de Araújo Sá (orientador – HPOPNET/DHI/UFS)

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar o olhar do etno-fotógrafo e etno-historiador Pierre Verger sobre o sertão nordestino, em especial ao cotidiano do artesão Vitalino Pereira dos Santos, sendo um dos resultados do projeto de pesquisa *O Sertão de Pierre Verger*, financiado pelo Pibic-FAPITEC/UFS. O acervo fotográfico de Verger relativo ao artista popular foi produzido na década de 1940 para atender às expectativas da revista *O Cruzeiro*. Desta forma, consideramos a subjetividade expressa pelo franco-brasileiro, que utilizava ao capturar imagens pelas lentes de sua Rolleiflex, um olhar aberto à interdisciplinaridade e ao entendimento do outro, contribuindo para a redescoberta de um Brasil esquecido.

Palavras-chave: Sertão, Pierre Verger, Fotografia, Mestre Vitalino.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the perspective of the ethno-photographer and ethno-historiographer Pierre Verger on the Northeastern hinterland. Particular attention is paid to his work on the daily life of the artisan Vitalino Pereira dos Santos. This work was part of the research project *O Sertão de Pierre Verger*, funded by Pibic-FAPITEC/UFS. This collection of photographs was produced in the decade of the 1940's on behalf of the magazine *O Cruzeiro*. We consider the subjectivity expressed by the French-Brazilian, who captured images through the lens of his Rolleiflex, with an open eye for interdisciplinarity and an understanding of the other, contributing to the rediscovery of a forgotten Brazil.

Key-words: Hinterland, Pierre Verger, Photography, Mestre Vitalino.

¹ Este artigo é uma versão adaptada do Relatório Final do projeto “O Sertão de Pierre Verger” apresentado a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (FAPITEC) e a Coordenação de Pesquisa (COPES) vinculada a Pro - Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROGRAD) da UFS. Este projeto foi premiado com o Prêmio Destaque de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (2009) e do 1º. Prêmio FAPITEC/SE de Divulgação Científica (2009).

Encarado como um dos mitos da nação brasileira, o sertão é caracterizado pela transitoriedade, ou seja, a tendência dos seres e coisas que nele habitam se transformar em seus opostos, originando um lugar de afirmação e negação simultaneamente. Nesse sentido, imaginado como sinônimo de atraso, o sertão tem sua imagem comparada a do litoral, considerado seu oposto.

Apesar de se constituir numa tradição intelectual desde meados do século XIX, é sobretudo a partir dos primeiros anos da República que a categoria sertão passa a ser mais discutida, institucionalizando-se no meio acadêmico entre as décadas de 1930 e 1960. Mesmo possuindo um caráter estritamente regional, esta categoria passa a ser valorizada e generalizada para o entendimento de nação brasileira.

Nos anos 1990 um novo impulso foi dado aos estudos relativos ao sertão. Aqui, novos critérios de análise sobre esta noção foram discutidos. Percebeu-se que os símbolos sertanejos poderiam indicar aspectos políticos e culturais importantes para a História, sem, contudo, constituir-se no único método de pesquisa.

Com um corpus discursivo particular, novos modelos de compreensão fixaram acontecimentos e problemáticas para pensar o Brasil. Tais discursos agregaram modalidades distintas, como artística, política e acadêmica. Os suportes utilizados para a análise destes discursos perpassaram a música, a literatura, o cinema, entre outras manifestações artísticas.

No desenvolvimento deste trabalho, o principal suporte utilizado para se perceber as múltiplas culturas do sertão brasileiro foi a fotografia, mais especificamente a fotografia de Pierre Verger. Isto porque este fotógrafo, motivado por preocupações etnológicas, teve a capacidade de registrar elementos da cultura popular e tipos humanos do sertão brasileiro.

O “espírito livre” de Verger, francês de nascença e baiano por opção, o trouxe ao Brasil já na década de 1940, onde a serviço da revista *O Cruzeiro*, especializou-se no registro da cultura afro-brasileira. Além de produzir uma nova visão desta cultura, Verger também contribuiu para a construção de novas idéias sobre o sertão, pois ele registrava, documentava e percebia o todo sem esquecer os detalhes, revelando e valorizando um Brasil desconhecido.

Desta forma, seguindo a linha de estudo do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste (HPOPNET), pretendemos aqui divulgar parte dos resultados obtidos pelo projeto *O sertão de Pierre Verger*, através do qual buscamos encontrar dentro da produção do fotógrafo franco-brasileiro aspectos da cultura sertaneja que revelam características do ser brasileiro do final dos anos 1940, unindo História e Fotografia.

O projeto de iniciação científica, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (FAPITEC) em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), ocorreu

entre agosto de 2008 e julho de 2009. Sendo executado pelo coordenador do projeto, Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá, além dos bolsistas Eduardo Lopes Teles (PIBIC-UFS/CNPq) e o escritor destas linhas (PIBIC-UFS/FAPITEC). A pesquisa ainda contou com a participação de estudantes de graduação do curso de História, voluntários e membros do HPOPNET.

Das mais de 60.000 imagens produzidas por Pierre Verger, tivemos acesso a algumas centenas, disponíveis no site da Fundação que leva o nome do fotógrafo, nas revistas *O Cruzeiro* e no livro *O Brasil de Pierre Verger*. Ao final do projeto, contamos com a identificação de 292 imagens relativas ao sertão e a catalogação de 39 fotografias relacionadas ao artesão Vitalino Pereira dos Santos e a Feira de Caruaru.

Deste conjunto fotográfico, nos debruçamos para este artigo, no estudo de apenas nove. A técnica utilizada para catalogação e análise das mesmas é a que foi expressa por González e Arillo em *O conteúdo da imagem*. Nesta obra, os autores propõem a utilização de fichas de identificação que contêm data e o local em que as fotografias foram produzidas, a numeração, o motivo fotográfico e, finalmente, a descrição, análise e interpretação. O método proposto por estes pesquisadores contribuiu para suprir a inexistência de um sistema de classificação normalizado das imagens, tornando possível a transcodificação da imagem em texto.

As imagens capturadas por Verger, ao contrário do que pensam muitos sociólogos, são capazes de expressar conceitos, da mesma forma como a pesquisa etnográfica é capaz de se apropriar de sensações e sentimentos. Elas não são apenas “uma cópia quimicamente revelada da realidade, não é apenas seu registro documental e científico. É uma realidade revelada, resgatada, atingida e, para alguns, até roubada” (ANDRADE, 2002: 41). Ou seja, a fotografia possui um duplo testemunho, revelando não somente uma cena, mas também a intenção de seu autor. É neste sentido que propomos analisar as seguintes imagens.

MESTRE VITALINO E A FEIRA DE CARUARU

A trajetória de Pierre Verger no Brasil se inicia em 16 de abril de 1946, quando o etno-fotógrafo chega a São Paulo e é recebido por Roger Bastide. Logo surge a oportunidade de trabalhar para a revista *O Cruzeiro* que no momento desenvolvia o conceito e a prática do foto-jornalismo, inserida no país pelo francês Jean Manzon. Este, formando parceria com David Nasser, era responsável pelas reportagens do Rio de Janeiro. Desta forma, Pierre Verger é enviado para a filial da Bahia, dirigida por Odorico Tavares. Com este repórter, a parceria “funcionou por muitos anos, tendo o primeiro contrato se renovado duas vezes...

Havia, ainda, outro interesse na amizade, já que o escritório de Odorico era ponto de reunião de intelectuais e artistas da Bahia. Muitos deles se tornaram amigos de Verger, desde os primeiros tempos, como Carybé, Jorge Amado, Mário Cravo Júnior, José Valadares, Dorival Caymmi...” (NÓBREGA; ECHEVERRIA, 2002: 159).

Embora a revista *O Cruzeiro* possuísse intenções sensacionalistas em sua busca pelo exótico, ela proporcionou ao fotógrafo conhecer e admirar, além da cultura afro-brasileira, área de pesquisa em que Verger fora consagrado, outros elementos importantes do Brasil, a exemplo da cultura dos sertões, que na década de 1940 era pouco conhecida e até mesmo desvalorizada. Seja com Odorico Tavares, seu grande parceiro na *O Cruzeiro*, ou com outros jornalistas, a exemplo do Mário Leão Ramos, a construção das fotorreportagens de Pierre Verger tentava imprimir uma linearidade texto-visual.

Em 1947, Verger esteve em Recife, onde registrou os maracatus e os frevos do carnaval, além do Circo Nerino, no bairro de Casa Amarela, antes de percorrer o interior do estado pernambucano. Nestas incursões, muitas vezes realizadas a bordo de caminhão, ele fez reportagens sobre o Caroá, planta utilizada para a fabricação de tecidos e barbantes e esteve em Garanhuns, onde seguiu pelos vilarejos com um grupo de Bumba-meu-boi e bandas de pífano. Foi numa destas passagens que o fotógrafo teve a oportunidade de conhecer e registrar a rotina de Vitalino Pereira dos Santos, o mestre que recebeu fama na Feira de Caruaru pelas suas esculturas de barro. A reportagem que descreve o cotidiano deste sertanejo e que nos serve como base para análise das fotografias é intitulada *Vitalino e o mundo dos bonecos de barro*.

Inicialmente, Pierre Verger valoriza a figura do artesão, passando pelo processo de fabricação de suas peças e culminando com a venda na Feira de Caruaru. Diferente de outros conjuntos imagéticos produzidos pelo fotógrafo, em que o sertanejo pode ser compreendido como um povo sem muitas qualidades, este sugere um sertanejo criativo e versátil que utiliza seu dom para sustentar a família de sete integrantes. A arte de Vitalino, desenvolvida desde cedo por estímulo de sua mãe, também ceramista, demonstra a habilidade de um povo singular ao utilizar instrumentos rudimentares para produzir belas obras de arte, posteriormente reconhecidas mundialmente. Até mesmo seus filhos o ajudavam na fabricação das calungas, como são chamados os bonecos de barro. Como ressalta o autor da fotorreportagem, Mário Leão Ramos, desta pequena indústria familiar só não participava a mulher e os dois filhos mais novos do artista.

Na imagem abaixo, Vitalino e Manuel recolhem a matéria prima utilizada para suas obras às margens do rio Ipojuca, numa região próxima à casa da família, localizada no povoado Alto do Moura em Caruaru (PE). Ela destaca o trabalho familiar.



Sem título, Caruaru (PE), 1947 (Fundação Pierre Verger)

Após a seleção do objeto de trabalho, é iniciado o processo de fabricação das peças que serão vendidas na Feira de Caruaru. Pierre Verger segue registrando tudo. Abaixo (à esquerda) vemos a mão de Vitalino em contato com a matéria informe do seu artesanato: o barro. A massa está sobre uma superfície de madeira, que evita seu contato com o chão de terra. É possível identificar também alguns dos instrumentos de trabalho, como o rolo de madeira e um pau de laranjeira, dando forma às criações do artesão.



Sem título, Caruaru (PE), 1947 (Fundação Pierre Verger)

Neste processo, o sertanejo amassava e modelava o barro, buscando uma forma harmônica que agradasse aos olhos do público. Em seguida era feito o alisamento da peça, quando o barro recebia um acabamento definitivo e era levado ao forno para adquirir consistência sólida e firme. Após o cozimento do objeto, era chegada a hora do acabamento final. Vitalino então

utilizava o próprio dedo como pincel. Para realçar o colorido, desenhava com a ponta de uma pena pequenas flores. Nas fotografias, é interessante a maneira como o movimento é captado pelas lentes da Rolleiflex de Pierre Verger, destacando ora as mãos, ora os dedos do artista. Em seu ofício, como vemos pela fotografia acima, Vitalino é flagrado de maneira despojada, até mesmo rude, sentado com as pernas cruzadas e os pés descalços numa esteira de palha, além de usar roupas remendadas e sujas, ao contrário da forma como se apresentava na Feira de Caruaru. Neste local, o artista se portava com esmero e elegância, utilizando suas melhores vestimentas. Era ali onde o artesão apresentava seu trabalho e se tornava reconhecido. A Feira de Caruaru representava, pois, o palco onde o sertanejo comum se transformava no respeitado “Mestre”, título recebido pela sua capacidade inventiva. Como afirma Mário Leão Ramos, “ele não vem à feira como um escravo do mercado: ele se sente senhor e dominador absoluto” (RAMOS, 1948: 56). Neste sentido, o trabalho do etno-fotógrafo contribuiu também para imortalizar a obra rústica e a postura altiva do artista popular ao exhibir, orgulhoso, suas peças.



Sem título, Caruaru (PE), 1947 (Fundação Pierre Verger)

A Feira de Caruaru representava, ainda, um lugar de inspiração para as novas criações do Mestre Vitalino, seja através do que via, do que sentia, das informações que lhe chegavam, ou mesmo pelas sugestões recebidas. E ele sempre buscava atender às expectativas de seu principal público, as crianças. Era através das reações inocentes deste público, sempre mais efetivo e crítico, que o Mestre avaliava seu trabalho. Na fotografia acima, percebemos o momento exato em que Pierre Verger surpreende a alegria de uma criança em contato com os brinquedos do artesão.

Embora a principal temática da obra do sertanejo tenha sido o famigerado boi de barro, segundo José de Souza Martins, é possível visualizarmos mais de 118 tipos, inspirados em seu

cotidiano, mostrando o “desencontro entre o mundo do artesão e o mundo do feirante” (MARTINS, 2008: 146). A diversidade dos temas retratados por Vitalino contribuía para o sortimento de formas e cores das cerâmicas que impressionavam os transeuntes pela sua “riqueza caótica”, como enfatiza Ramos na fotorreportagem da *O Cruzeiro*. A imagem abaixo exemplifica bem a disposição e quantidade de peças que reunia várias pessoas ao redor da mesa.



Sem título, Caruaru (PE), 1947 (Fundação Pierre Verger)

Mestre Vitalino pode ser reconhecido como uma expressão do mundo sertanejo, mesmo que para Martins não tenha participado completamente deste mundo. Na concepção deste pesquisador, ao ser escolhido para expressar o imaginário erudito de uma elite que, desde os anos 1930, tentava uma reconciliação com o povo simples e pobre do campo, Vitalino acabou vivendo no limiar entre uma cultura que se queria valorizar, sofrendo com as privações dos sertanejos. Por isto foi considerado um homem “culturalmente marginal” pelo autor.

Entretanto, como notamos através das fotografias de Pierre Verger, Vitalino reproduzia o mundo em que vivia, evidenciando a ordem social das coisas típicas do sertão. O próprio Martins admite que a obra de Vitalino expressa, não uma consciência estética, mas sim uma consciência social e popular, que “reconhece, na junção de unidade do processo de trabalho e diferenças de inserção social nesse processo, uma fonte de compreensão das coisas” (MARTINS, 2008: 145).

As técnicas adotadas pelo Mestre evidenciam um estilo narrativo, que revelam cenas do cotidiano e também os “causos” contados por esta gente. Apesar da maioria dos calungas agradarem mais ao público infantil, é possível que estas, pela sua complexidade, agradassem também aos adultos que poderiam utilizá-lo como enfeite ou decoração de casa. Abaixo vemos um exemplo.



Sem título, Caruaru (PE), 1947 (Fundação Pierre Verger)

Nesta imagem, vê-se a alegoria de um caçador pendurado num mastro, onde ele aponta uma arma para as duas onças que querem atacá-lo. A fotografia revela o lado cômico da produção de Mestre Vitalino onde o caçador acuado se torna a caça. Ao retratar uma cena de seu mundo, imprimindo também a sua subjetividade e imaginação, Vitalino parece lembrar o velho adágio popular que diz: *um dia é da caça o outro é do caçador*.

Embora exigisse uma análise mais aprofundada, o que não caberia neste artigo, é importante mencionar outras cenas, modeladas por Vitalino e fotografadas por Verger, como a ordenha de vaca e a banda de pífano, pois elas ilustram parte do trabalho e da diversão do sertanejo. Não podemos deixar de mencionar que o artesão era tocador de Banda de Pífano.

No conjunto imagético analisado, a preocupação etnográfica, aliada ao olhar fotográfico de Pierre Verger, contribuiu para trazer a cena brasileira figuras e paisagens esquecidas da memória nacional. Ao perscrutar o cotidiano de um típico sertanejo, o francês apresenta um sertão diferente daquele fixado pela rigidez e incivilização dos povos, regido por leis próprias e a criação de gado, como lembra Capistrano de Abreu. Visualizamos, pois, um sertão inovador, como bem expressa a arte de Vitalino. Aqui, percebemos que ele “foi exibido e sua obra mostrada, dentro e fora do país, como expressões dessa tomada de consciência de que existia dentro do Brasil um país chamado Nordeste, em cuja pobreza o povo era capaz de coisas tão simples e belas como as esculturas do artesão de Caruaru” (MARTINS, 2008: 140).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos desenvolvidos no projeto *O sertão de Pierre Verger* contribuíram para indicar algumas das diversas possibilidades de se compreender o sertão a partir de fotografias ainda não exploradas em sua totalidade. Como a proposta da pesquisa foi estudar a História do

sertão a partir das imagens produzidas pelo etno-fotógrafo, as leituras referentes à sua trajetória de vida se tornaram imprescindíveis para a compreensão do homem e seu legado. Isto porque, como lembra Boris Kossoy, deveríamos entender a fotografia como um produto subjetivo, que passa pelo filtro cultural do profissional, ao contrário do que pregava a corrente positivista da História, onde as fontes deveriam “falar” por si. A partir destas leituras, foi possível também inserir a produção de Pierre Verger no conceito e prática do foto-jornalismo, implantado no Brasil, principalmente a partir da década de 1940, momento da chegada do fotógrafo ao país.

Por ser um objeto que vem sendo privilegiado nas últimas décadas, as fotografias foram utilizadas em nosso projeto como fonte primária. Uma característica específica deste tipo de fonte é o auxílio que ela fornece à memória, pois olhamos para uma fotografia a fim de resgatar o passado no presente. Em geral, a imagem tem a capacidade de imortalizar num breve segundo a efemeridade do cotidiano. Neste sentido, o cuidado tomado no decorrer das pesquisas era o de não confundir a representação expressa na imagem com a realidade. Foi com esta precaução que buscamos compreender o conteúdo revelado nas imagens de Verger, que inicialmente trabalhava para atender as necessidades de agências que o contratavam.

Das discussões realizadas acerca da categoria sertão, percebemos entre os autores estudados que a idéia que se tem sobre ela é historicamente construída. Em geral, o sertão é visto como lugar de uma gente singular, que possui códigos e leis próprias, sendo, portanto, um espaço incivilizado. Além disso, a imagem construída sobre o espaço físico sertanejo revela uma terra árida e seca, a exemplo das primeiras reportagens de Pierre Verger, publicadas na revista *O Cruzeiro*. Contudo, ao amadurecer um pouco mais sua visão de mundo, o etno-fotógrafo consegue capturar outros aspectos da cultura sertaneja, a exemplo do conjunto fotográfico analisado neste trabalho. Isto nos permite dizer que a principal contribuição de Pierre Verger ao lançar seu olhar sobre o Sertão foi o de apresentar ao Brasil um outro Brasil, pobre e desvalorizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Áudio-visuais

- BARADEL, Alex (direção); REIS, Bira (trilha sonora). *Olhares Nômades: fotografias de Pierre Verger*. Salvador: Fundação Pierre Verger/ODEBRECHT, 2006, 28 min.
- HOLLANDA, Lula Buarque de (direção); GIL, Gilberto (narração e apresentação). *Pierre Verger: mensageiro entre dois mundos*. Conspiração Filmes, Gegê Produções, GNT Globosat, 2006, 83 min.

Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN, ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALMEIDA, Angela Mendes de; ZILLY, Berthold e LIMA, Eli Napoleão de (orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001, 304p.
- AMAR, Pierre-Jean. *História da fotografia*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2007, 132p. (Coleção Arte & Comunicação).
- ANDRADE, Rosane de. *Fotografia e Antropologia: olhares fora-dentro*. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC, 2002, 132p.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, 256p.
- BARADEL, Alex (org.). *O Brasil de Pierre Verger*. Rio de Janeiro: Fundação Pierre Verger, 2006, 252p.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, 136p. (Coleção História &...Reflexões, 4).
- BOULER, Jean-Pierre Le. *Pierre Fatumbi Verger: Um homem livre*. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2002, 696p.
- GONZÁLEZ, José Antonio Moreira & ARILLO, Jesús Robledano. *O Conteúdo da Imagem*. Trad. Leilah Santiago Bufrem. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003, 134p.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. 2ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. 3ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, 152p.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999, 222p.
- LÜHNING, Ângela (org.). *Pierre Verger, repórter fotográfico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 284p.
- LÜHNING, Ângela. Pierre Fatumbi Verger e sua obra. *Afro-Asia*. Salvador: UFBA, n. 21-22, pp. 315-364, 1998-1999.
- LÜHNING, Ângela. *Verger-Bastide: Dimensões de uma amizade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 260p.
- MALYSSE, Stéphane Rémy. Um olho na mão. Imagens e representações de Salvador nas fotografias de Pierre Verger. *Afro-Asia*, Salvador: UFBA, n. 24, pp. 325-366, 2000.
- MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1970, 203p.
- MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2008.
- NASCIMENTO, José Leonardo do. *Os sertões de Euclides da Cunha: Releituras e diálogos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- NÓBREGA, Cida; ECHEVERRIA, Regina. *Verger: um retrato em preto e branco*. Salvador: Corrupio, 2002, 484p.

VIDAL e SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997, 171p.

Periódico

RAMOS, Mário Leão. Vitalino e o mundo dos bonecos de barro. IN: *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, ano 20, n. 25, p.52-58, 66, 74. 10 abr. 1948. 21 fotos de Pierre Verger.

JOSÉ CALASANS E O MOVIMENTO FOLCLÓRICO BRASILEIRO

Gilsimara Andrade Torres

Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe

e-mail: gilsimara_andrade@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é evidenciar a contribuição do professor, historiador e folclorista José Calasans da Silva Brandão aos estudos da cultura popular no Brasil, no fim dos anos quarenta a década de 1970. É possível perceber a preocupação de Calasans em recolher vestígios da cultura popular, influenciado por estudiosos da época, desde o cientista social Gilberto Freyre ao folclorista Luís Câmara Cascudo, assim como seu principal espelho pelo interesse nas “coisas do povo”, Clodomir Silva. Destacamos assim o seu papel na luta pela defesa e preservação do Folclore, como Secretário-Geral da Comissão Baiana de Folclore.

Palavras - Chave: José Calasans, folclore, Comissão Baiana de Folclore.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to document the contribution of the teacher, historiographer and folklorist José Calasans da Silva Brandão, a student of popular cultura in Brasil, from the late 40's untill the decade of the 70's. it is possible to perceive Calasan's preoccupation with collecting footprints of the popular culture, influenced by the studies of that era, from the social scientist Gilberto Freyre up to the folklorist Luis Camara Cascudo, as well as his primary sounding board for “the things of the people”, Clodomir Silva. We make special not of his role in the fight for the defense and preservation of folklore, as General Secretary of the Baiana Comission of Folklore.

Keywords: José Calasans, folklore, Baiana Comission of Folklore

O objetivo do presente trabalho consiste na importante participação do folclorista José Calasans Brandão da Silva à frente da Comissão Baiana de Folclore, relacionando-a com sua historiografia sobre a Cultura Popular e seus principais influenciadores. Para entendermos melhor a proposta apresentada, antes é necessário explanar como a Cultura Popular tornou-se artefato de deleite dos intelectuais brasileiros.

O folclore foi visto como estudo literário pela intelectualidade brasileira na metade do século XIX. Os primeiros interessados nas investigações sobre as tradições populares adotariam o conceito de Cultura Popular diante da conjuntura política da época, caracterizada pela decadência do regime monárquico, seguida da instauração da República, a fim de que se identificassem nacionalmente.

Os intelectuais brasileiros viram o índio como o referencial para a nacionalidade brasileira, resultando assim produções literárias, nas quais o indígena era o principal personagem. A preferência ao indígena para identificação de uma identidade brasileira era a ideia mais viável, pois no período ainda era vigente a monarquia escravista, o momento seria denominado “fase indianista” (RIBEIRO, 2003, p.19).

Somente nos anos setenta, a “intelligentsia” importaria as teorias científicas européias e passaria a olhar o negro como povo. Apesar disso continuaria a se dedicar exclusivamente à coleta de material popular, muitas vezes modificando-o e, assim, descaracterizando-o. Esses fatos causariam desavenças até o início do século XX, entre estes e folcloristas, fomentando o interesse aos estudos.

A primeira vez que se falou em um conceito de *folk-lore* foi em 22 de agosto de 1846, quando o inglês William John Thoms passa designar o vocábulo como manifestação do inconsciente humano, tornada tradição pelo coletivo, assim como objetos construídos pelo homem, independente de sua finalidade (CASCUDO, 1969). Ainda podemos encontrar que o folclore seria o saber do povo, encontrado nas crenças, lendas, mitos, contos, usos e costumes e mais, segundo Renato Almeida em *Vivência e Projeção do Folclore*, “é uma disciplina que, a maneira das disciplinas sociais, alarga os seus limites...” (ALMEIDA, 1971, p.17). No entanto, o significado e os limites de estudo da Cultura Popular assim como no século XX, serão pontos de embates entre os folcloristas e os estudiosos das Ciências Sociais.

Então, um dos meios de se promover uma unidade nacional vigorosa e ampla seriam justamente os estudos do passado e sua preservação. Durante o período integralista, essas ações foram fundamentais já que “a influência cosmopolita destrói a consciência

nacional pela rejeição de nossas tradições” (TRINDADE, 1974, p.98) Desse modo, o interesse pelo “saber popular” tornar-se-ia um espelho ao presente, já que as instituições políticas e ideológicas necessitam da continuidade histórica para se legitimarem, não basta “dizer que somos diferentes, é necessário mostrar em que nos identificamos” (ORTIZ, 1985, p. 7).

Os intelectuais deveriam assim transmitir esse sentimento nacional à população, porém negligenciariam a diversidade étnica brasileira, importando as teorias evolucionistas européias, que resultaram em tentativas frustradas de construção da Identidade Nacional Brasileira ao longo do tempo.

José Calasans Brandão da Silva foi professor, historiador e folclorista. Nascido em 14 de julho de 1915, natural de Aracaju – Sergipe. Conclui em 1932, o ginásio no Ateneu Pedro II, o principal centro de estudos secundários de sua terra natal, local em que obtivera suas primeiras influências no campo do Folclore (CALASANS, 1992).

Seguindo a tradição de muitos outros sergipanos que almejavam a formação de nível superior, partiu, então, para a Bahia ainda no final da década de 1930, onde frequentou o curso de Bacharel em Direito com o objetivo de tornar-se professor em História. Nessa área seus principais espelhos foram renomados intelectuais como: Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Capistrano de Abreu. “Não foi um dos alunos mais brilhantes. Era comum encontrá-lo lendo Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre, em vez dos livros jurídicos. A ciência de Belviláqua não o empolgava” (NÓBREGA, 2006).

Durante o período em que cursou a Faculdade de Direito, na Bahia, participou da Ação Integralista Brasileira (AIB), influenciado pelas obras de Plínio Salgado e pelos seus professores, assim como seus familiares. “José Calasans aderiu ao integralismo por dois motivos fundamentais: uma ligeira tendência ao militarismo na juventude. Irineu Ferreira da Silva, pai de José Calasans, tinha um irmão militar...” (NASCIMENTO, 2008).

Em 1937, ao retornar da terra baiana, Calasans passa a lecionar em alguns educandários de Aracaju e ainda, no ano de 1938, o professor frequentaria o Centro Cultural de Sergipe (DANTAS, 1998, p.34).

Um intelectual plural era José Calasans, sua profissão oficial era a magistratura. No entanto desempenhou magnificamente cargos de administração. Fez parte da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) a partir do ano de 1942, contribuindo ricamente ao funcionamento da “Casa” e, no período de 1945-1947, a presidiu, deixando-a para ser diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) baiano, transferindo-se, assim, de vez para Salvador.

Na Bahia de Todos os Santos, tornou-se professor catedrático em História do Brasil na Faculdade de Filosofia da Bahia, através de concurso, no qual elaborou a tese *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus do Conselheiro*, a partir daí dera início a sua paixão pela temática Canudos. Calasans é considerado o maior estudioso sobre a temática. A aproximação do pesquisador e o assunto - guerra de Canudos, se deu ainda em Sergipe, através de versos sobre o fato e seus primeiros trabalhos se realizaram sob a vertente folclórica. *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro* fora o pioneiro e se diferenciou de todas as outras publicações devido ao seu caráter não científico, pois a oralidade e a memória foram as fontes utilizadas para sua elaboração. A partir de então, se tinha mais um olhar referente à guerra de Canudos e a Antônio Conselheiro, o popular (NASCIMENTO, 2008).

O sergipano, acolhido pela Bahia em 1947, teve uma vida acadêmica profícua, deixando-nos um “legado intelectual” incalculável, tornando-se assim figura indispensável ao campo da História e da Cultura Popular. Em 28 de maio de 2001, aos 86 anos, na cidade de Salvador, o professor, historiador e folclorista, José Calasans Brandão da Silva veio a falecer.

Influenciado por Clodomir Silva, personalidade destacada na intelectualidade de Sergipe, Calasans se interessa pelo estudo da Cultura Popular e se aproxima ainda mais da seara folclórica através do sentimento nacionalista gerado no Brasil, na década de 1930. Sabemos que durante esta época, houve incidentes como a Revolução de 30 e o Estado Novo, no qual o Presidente Getúlio Vargas governaria em regime ditatorial, e dificultaram os estudos na área (CARNEIRO, 1965, p. 169).

É, ainda, em Sergipe, que Calasans entra para Ação Integralista Brasileira (AIB). Segundo Ademir Santos em sua dissertação, *O integralismo em Sergipe*: os intelectuais e a ação da igreja católica (1933-1938), José Calasans discursara na 1ª Sessão Pública do Núcleo Sergipano, em 30 de Dezembro de 1933. Para Calasans, o Estado era apenas

uma representação do povo, não devendo assim exercer o despotismo para governar, pois fora eleito por uma diversidade de grupos. Partir para a Bahia não o impediu de abandonar seus ideais, ao contrário, estes se fortaleceriam, motivando-o nas suas reflexões sobre os estudos históricos, pois o Integralismo se propunha a estudar os problemas brasileiros (SÁ, 2005, p.B6).

A busca por uma identidade brasileira aflorou o sentimento nacionalista nos intelectuais do fim do século XIX (SOUZA, 2000, p.69). No entanto, a procura por uma identidade pura se chocou com a diversidade étnica e as teorias evolucionistas que a nossa “intelligentsia” importou para o Brasil na época. As correntes científicas que dificultaram a definição do que caracterizava ser brasileiro foram a teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, o positivismo de Auguste Comte e o branqueamento de Spencer. A problemática persistiria ainda ao longo do século XX, segundo a cientista social e política Lúcia Lippi Oliveira, “A questão nacional no Brasil aparece sempre como problemática; daí a necessidade constante de uma identidade nacional” (OLIVEIRA, 2000, p. 69).

O apreço ao nacionalismo por José Calasans origina-se através das leituras de intelectuais desejosos de uma pátria única, forte, cuja cultura fosse imutável, ou seja, sem estrangeirismos. Através do sentimento nacionalista abriram-se caminhos para a propagação de ideais integralistas como a valorização do passado histórico e da cultura tradicional. “(...) Fui parar na Ação Integralista Brasileira, primeiro pelo seu sentido nacionalista. Não era um grupo estadual e no meu modo de ver o sentido de uma organização política em âmbito nacional era muito importante” (CALASANS, 1997, p.8). Nos adeptos daquelas teorias e desses ideais, encontramos os precursores e contemporâneos dos estudos das tradições populares, que José Calasans admirava. Não obstante alguns dos que citaremos a seguir eram constantes na historiografia calasaniana, enquanto outros sempre mencionados em entrevistas realizadas ao longo da vida com o apaixonado pesquisador das “coisas do povo”.

Em primeiro lugar, destacamos no campo do folclore Sílvio Romero, apesar de não ter sido a principal influência nos estudos dos costumes populares para Calasans, no entanto ainda hoje é a mais importante em âmbito nacional. Poder-se-ia localizar o nome de Romero em vários trabalhos de José Calasans, em especial, *Contos Populares do Brasil, de Sílvio Romero / Notícias de um livro centenário*, elaborado para comemoração dos cem anos da referida obra. Neste ensaio, Calasans aborda a origem do compêndio, seus volumes, suas posteriores edições, a metodologia que o “pai do

folclore” utilizara e a dificuldade de Sílvia Romero em publicá-lo. O destaque a Romero e sua importância na cultura brasileira se dão devido ao seu pioneirismo nas pesquisas das tradições brasileiras através do cientificismo. Para José Calasans, Romero o fez “... sentir também o gosto pela literatura brasileira, pela pesquisa folclórica, pelo sabor local” (CALASANS, 1942). Jackson da Silva Lima em seu livro *Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe*, ressalta que depois de Sílvia Romero, os nomes mais representativos no campo do folclore sergipano, seriam Clodomir Silva, José Calasans, Carvalho Déda, Mário Cabral e Paulo de Carvalho Neto (LIMA, 1984, p.26).

O primeiro a despertar o interesse pelo “saber do povo” em nosso folclorista foi Clodomir Silva, suas principais obras foram *Minha Gente* e *Álbum de Sergipe* (GUARANÁ, 1925, p. 54). No ano de 1976, o professor fora homenageado por seu aluno através do artigo *Clodomir Silva e o Folclore Sergipano*, apresentado no I Encontro Cultural de Laranjeiras e editado nos Cadernos Antônio Vianna. Calasans destacou nesse trabalho a importância de Clodomir as tradições populares sergipanas, pois este dera continuidade na década de 1920, as pesquisas que, anteriormente, no final do século XIX, somente haviam se destacado, os sergipanos Sílvia Romero e João Ribeiro.

Como parceiro nos estudos sobre as manifestações da alma popular, observamos o nome de mais uma personalidade sergipana, o médico Garcia Moreno. Este subsidiou a formação folclórica de Calasans, quando, em pesquisa de campo da obra *Cachaça Moça Branca um estudo de folclore*, o teve como nobre companhia. “Lembro-me nas tardes de sábado, geralmente acompanhado por Garcia Moreno ia recolher trovas e ditos populares nos meio dos “índios da maloca”, correspondente a “capitães de areia” da Bahia” (SANTOS, 1999, p. 9). Além de amigo, Garcia Moreno foi professor de psicopatologia de José Calasans e, segundo este, era um homem bastante inteligente, ministrava aulas fantásticas e transbordava cultura, exercendo-lhe grande influência intelectual.

Até aqui procuramos elencar os sergipanos mais comentados por ele, com relação a sua formação. É nítido observar que esses homens eram destaque na sociedade sergipana da época, bacharéis ou doutores que conheciam as teorias científicas vigentes. “..., formados na Bahia, no Rio, em Ouro Preto, o que se tem a focalizar, no ponto de vista da cultura regional, é aquele sentido de visão nacional que eles nos trouxeram” (CALASANS, 1946).

Outra influência renomada foi Luís da Câmara Cascudo. José Calasans comenta certa vez que conhecera o folclorista potiguar, quando redigia semanalmente a seção “Temas de Ontem e Hoje” no *Correio de Aracaju* do ano de 1942. Além de trocar correspondências com ele, nessa mesma época se comunicava também com Cecília Meireles e Renato Almeida, este principal representante do movimento folclórico da década de 1940. Em uma publicação Calasans comentou que o historiador e folclorista Luís da Câmara Cascudo, em carta que lhe escrevera, fez um apelo aos estudiosos de Sergipe para que se fundasse uma Sociedade Sergipana de Folclore. “Aqui eu registro o apêlo e hipoteco minha inteira adesão” (CALASANS, 1942).

Na maior parte das publicações pesquisadas encontraram-se depoimentos de José Calasans, ressaltando o seu interesse pelos estudos históricos da vida do povo a partir da leitura de *Casa Grande Senzala* de Gilberto Freyre. Em seus artigos *O folclore do açúcar em Sergipe* e *Currais e Engenhos*, Calasans assume a postura doutrinária de seu colega e enfoca as relações econômicas, sociais e políticas sergipanas derivadas do poder da cana-de-açúcar, assim como retrata a substituição da caiçara pelos moinhos de cana, ressaltando que estes seriam temas de relevância ao folclore. A intenção de nosso intelectual era escrever um ensaio histórico-social sobre Sergipe. No entanto, sua mudança para a Bahia acabou com o projeto.

É com o cientista social, Gilberto Freyre, que observamos uma nova visão sobre a historiografia da História e da Cultura Popular. O positivismo de Auguste Comte é substituído pelo seu método sociológico. Ao contrário de alguns folcloristas, Freyre assume a contribuição do negro como formador da Identidade Brasileira e que a nação não era inferior devido à miscigenação das raças. “Gilberto Freyre é considerado um dos autores que produzem a mudança da análise da sociedade: da raça para a cultura; do sincretismo racial para o sincretismo cultural...” (OLIVEIRA, 2000, p. 70).

Ao mergulhar na seara do Folclore, José Calasans produziu trabalhos nos mais variados temas. Podemos encontrar trabalhos sobre Garcia Moreno – sem título, *O folclore do açúcar em Sergipe*, *A influência Baiana no Folclore*, *Currais e Engenhos*, *Notas sobre a mudança da Capital*, *O cachalote ainda vive*, *O folclore da Formação de Aracaju e Folclore Infantil Variantes Sergipanas*, na Coluna “Temas de Ontem e Hoje” do *Correio de Aracaju*, do ano de 1942.

Os artigos citados acima abordariam temas do folclore sergipano, excetuando-se *A influência Baiana no Folclore*, no qual ver-se-ia Calasans comentar o poder que a Bahia tinha em proporcionar a disseminação de costumes populares pelo resto do país. Alguns

daqueles trabalhos o instigariam na elaboração de um ensaio aprofundado sobre a aguardente, intitulado *Aspectos Folclóricos da Cachaça*, editado na *Revista de Aracaju*, no ano de 1943, e que posteriormente viria a ser *Cachaça, moça branca: um estudo de folclore*. Segundo nosso folclorista, depois de suas produções sobre Antônio Conselheiro e seu Arraial, sua obra sobre a “bebida de cana” foi a que mais prestígio tivera. Portanto abordaremos detalhadamente o assunto nos próximos capítulos.

Em 1944, escreveu em sua tese, *Aracaju Contribuição à História da Capital de Sergipe*, tendo um dos capítulos “Subsídios para o Cancioneiro Histórico de Sergipe”, no tratando do folclore histórico-político de sua terra natal. Ainda aqui, em Sergipe identificamos os seguintes artigos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*: *O sentido nacionalista do sete de abril*; *Fausto Cardoso e a Revolução de 1906*; *Ensino público em Aracaju (1830-1871)*; *O desenvolvimento cultural de Sergipe na 1ª metade do séc. XX*; *Discurso pronunciado em 1º de março de 1970, na cidade de Estância pelo Prof. José Calazans*. *Quando da inauguração do monumento de Gumerindo Bessa*; *Fávila Nunes, Repórter em Canudos, Canudos - Origem e Desenvolvimento de um Arraial Messiânico*; *Notícias de Antônio Conselheiro*. Não deixou de lado também os folguedos populares e elaborou *Cantigas de Cacumbis e Taieiras*, na *Revista de Aracaju*, representando o folclore social.

No Estado baiano, Calasans dissertou sobre os primeiros coletores do cancioneiro popular, nos trabalhos *Celso de Magalhães e o folclore baiano* e *Primeiros estudos de folclore na Bahia* e na temática política *O folclore da Independência*; *Aspectos do 2 de Julho*.

E sobre Canudos ainda teríamos *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, trabalho que fizera para adquirir a cátedra de professor na UFBA e fomentou em José Calasans a continuidade, através da literatura oral, dos estudos sobre Canudos; *Notícias de Antônio Conselheiro*; *Aparecimento e prisão de um Messias*, este ensaio trata das primeiras informações sobre a chegada de Conselheiro do Ceará, como andarilho pelas cidades de Sergipe e Bahia; *Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes*; *Quase biografias de Jagunços* e outros. Lembremos que esses são só alguns resultados das pesquisas do nosso incansável mestre e pesquisador.

Já sabemos que as investigações acerca da Cultura Popular brasileira se deu ainda meados século XIX, mas a criação das primeiras instituições para subsidiar as pesquisas e a adesão de intelectuais empenhados na valorização dos estudos folclóricos ocorreram durante o final da década de 1930 e início dos anos quarenta. Ressaltamos que esse

desejo não fora repentino, pois, ainda em 1925, Amadeu Amaral o sugerira (CARNEIRO, 1965, p. 164).

Somente em 1936, ter-se-ia a Sociedade de Etnografia e Folclore. O Instituto Brasileiro de Folclore – 1942, e a Sociedade Brasileira de Folclore, tendo como seus responsáveis respectivamente: Mário de Andrade, Basílio de Magalhães e Luís da Câmara Cascudo, estes até hoje referenciais no cenário do folclore brasileiro, eram órgãos de pesquisa, porém existiam isolados, cada um em seu Estado. E, segundo Édison Carneiro, contribuíram para que os estudos de folclore continuassem iguais aos passados, ou seja, produções literárias (CARNEIRO, 1965, p.168).

Em meados da década de 1940, é quando os investigadores da Cultura Popular ganham força e se empenham efetivamente em busca de seus objetivos. O cenário político era mais tranquilo e, no ano de 1947, é criada a Comissão Nacional de Folclore (CNFL), em parceria com o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), a CNFL surgia atendendo uma exigência da Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura (UNESCO).

A Comissão Nacional do Folclore reuniria os mais importantes folcloristas do Brasil, que buscando a preservação e o incentivo de pesquisas relacionadas às manifestações folclóricas brasileiras, iriam promover a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, no ano de 1958. Segundo o cientista social e antropólogo, Luís Rodolfo Vilhena, em *Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro 1947 – 1964*, a fundação da CNFL e a promulgação da CDFB resultaram do “engajamento de um expressivo contingente de intelectuais na valorização da cultura popular, concebida por eles não apenas como um objeto de pesquisa, mas principalmente como lastro para a definição de nossa identidade nacional.” (VILHENA, 1997, p. 21)

Como já comentado anteriormente, o interesse aos estudos de folclore se tratava da busca à identidade nacional pela “intelligentsia” da época. No entanto, as pesquisas sobre o campo do Folclore, durante o início do século XX, ganharam cada vez mais adeptos e os folcloristas iniciariam uma guerra em prol do reconhecimento institucional das investigações nessa área.

À margem das ciências sociais e da História o campo das manifestações populares iria sobreviver. O sociólogo Florestan Fernandes em *O folclore em Questão* explica que a Cultura Popular pode sim ser objeto de investigação científica, mas conforme o tipo se inserirá no campo da história, da lingüística, da psicologia, da antropologia ou da

sociologia, pois a seara do “saber popular” é uma elucidativa forma de se observar e analisar o homem em sociedade. (FERNANDES, 1978, p. 9 e p.13)

As pesquisas folclóricas passam então a ser consideradas parte das Ciências Sociais. É no ano de 1950, que começam a surgir os primeiros trabalhos de status acadêmico através da sociologia por profissionais de Universidades. Isto se deu com a criação dos cursos universitários, e mesmo assim o Folclore seria dependente de outras especialidades, para ser estudado.

Como Secretário-Geral da CNFL, tinha-se o folclorista Renato Almeida, que contava com o poder executivo, esse fato fora de fundamental importância para a disseminação e promoção dos ideais da Entidade, como “último estertor da visão das elites agrárias decadentes que teriam..., em Gilberto Freyre seu principal ideólogo”, do que seria Cultura Popular (VILHENA, 1997, p.47).

Enquanto isso, as Semanas Nacionais de Folclore e os Congressos ocorreriam como meios de difusão dos debates entre os folcloristas sobre seu artefato de estudo, o folclore. No entanto, para que acontecessem dependiam do financiamento estatal, já que a CNFL carecia de recursos. A doação de verba para a realização dos eventos planejados pela Comissão, só era possível devido à influência de Renato Almeida junto ao poder público, e também das subcomissões em parceria com os governos estaduais.

As subcomissões de folclore foram concebidas durante a primeira reunião da CNFL, no ano de 1948. Para tornar-se membro de uma Comissão de Folclore local, bastava um convite da CNFL e, geralmente, cabia a Renato da Almeida a escolha de um intelectual de algum distrito brasileiro para formar a Comissão Estadual, que podia ser solicitado através do contato com as Instituições locais como: Academias de Letras ou os Institutos Históricos e Geográficos. “... na Bahia, ele achou melhor pedir ao presidente da Academia Baiana uma sugestão, sendo apontado Antônio Vianna, que segundo sua filha Hidalgardes, ainda não havia trabalhado com folclore” (VILHENA, 1997, p.98).

É no ano de 1951, que ocorreria o I Congresso Brasileiro de Folclore, por sugestão de nosso ilustre folclorista, Calasans. “Partiu da Bahia a ideia da realização do I Congresso de Folclore, proposta do Dr. José Calazans, um dos mais renomados folcloristas brasileiros, e o IBECC a aceitou e convocou o certame para 22 de agosto de 1951[...] (CALASANS, 1950).

Na ocasião, discutiram-se a inserção do folclore nas Ciências Sociais, alguns conceitos do que seria um fato folclórico, como estudá-lo, enfim o campo teórico da Cultura Popular Brasileira, no que se chamou *Carta do folclore brasileiro*. Estes pontos seriam de extrema relevância aos pesquisadores das tradições populares, pois considerariam

não só as representações folclóricas lúdicas, mas todo o tipo de produção que resultasse do imaginário popular, até mesmo a material, porém ao serem favoráveis a execução dos estudos através de metodologias históricas e antropológicas, acabaram segregando mais ainda a seara folclórica, fortalecendo sua marginalização perante as outras Ciências.

Nem todos os folcloristas concordaram com os desígnios da carta. Desse modo, aliado à definição do que seria fato folclórico e sua metodologia de estudo, resultou no enfraquecimento dos embates pela institucionalização dos trabalhos no campo da Cultura Popular.

É importante destacar que outro assunto discutido no I Congresso Brasileiro de Folclore foi o pedido de empenho do governo federal, representado pelo Presidente Getúlio Vargas, na criação de um órgão que oferecesse proteção ao Patrimônio Histórico Brasileiro e a Cultura Popular. O fato é que nada se fez para efetivar o pedido de ajuda, ainda mais quando o presidente suicida-se.

José Calasans assume a Comissão Baiana de Folclore, no ano de 1953, com o falecimento repentino do seu primeiro administrador no ano anterior. Ressaltamos que sua atuação ocorre ainda no final da década de 1940, conforme vimos através de sua sugestão para a realização dos Congressos Brasileiros.

Nosso infatigável folclorista permaneceria longos anos no cargo. Observarmos em suas correspondências expedidas, três pedidos de renúncia, um deles feito em 1954, a Albano Frederico Marinho, solicitando que lhe substituísse de suas funções, e os outros, nos anos de 1959 e 1963. As cartas agora se dirigiam a Renato Almeida e pedia seu afastamento, do cargo de secretário da seção baiana da CNFL. Como justificativa da primeira correspondência, Calasans, atribui aos seus inúmeros afazeres e em especial por causa do concurso no qual se tornaria professor na Faculdade de Filosofia da Bahia, na seguinte, não cita muitas informações.

No entanto, Renato de Almeida sempre fazendo “vista grossa” para os pedidos de renúncia de Calasans, através de elogios e explicações, implorava-lhe para que não abandonasse o cargo. O Secretário- Geral da CNFL sabia da importância da atuação de do folclorista na manutenção da Comissão Baiana. José Calasans não só se empenhava em realizar eventos na Bahia, como também atendia sempre que possível as solicitações de sua presença nos encontros que eram sediados em outros Estados, assim como opinava nas suas programações. “Uma vez escolhido o seu secretário-geral, as Comissões estaduais gozavam de uma grande autonomia, subordinando-se à CNFL,

apenas nas questões de caráter doutrinário. Na verdade dependiam muito do secretário...”. (VILHENA, 1997)

Em 02 de julho de 1957, que realizar-se-ia, sob a liderança de José Calasans, nas terras soteropolitanas, sob a coordenação da Comissão Baiana de Folclore, o III Congresso Brasileiro de Folclore. Sabemos que a ideia desses encontros anuais foi proposta por Calasans, que até então tinha sediado em nível nacional a V Semana Brasileira de Folclore no início do ano de 1953. “A Comissão Baiana de Folclore aguardava, com justificada ansiedade, o ensejo feliz dêste encontro...” e “Fiel ao significado do meu nome, eu vos recebo e acolho, da melhor maneira que posso, colocando-vos sob a proteção da côrte celestial, Bahia que sou de Todos os Santos” (CALASANS, 1957).

Os encontros nacionais de folcloristas eram necessários, porque sem a institucionalização do “saber popular”, eram nesses eventos, que se tinha oportunidade de discutir sobre os referenciais teóricos do Folclore, além de sediarem apresentações de trabalhos sobre a temática e a contínua luta para a manutenção do movimento folclórico. O III Congresso Brasileiro de Folclore marcara dez anos de criação da CNFL. Observamos que, apesar de ainda não ter conquistado um lugar nas Universidades, os estudos de folclore, mesmo ofuscado pelas ciências sociais, iria obter várias conquistas. É durante essa reunião que o governo de Juscelino Kubitschek apóia a Instituição, criando a CDFB.

O acontecimento sediado na Bahia foi um sucesso. O reconhecimento do engajamento do secretário-geral era indispensável. José Calasans, folclorista, recebera logo em seguida ao término do Congresso, cartas de Renato Almeida, Guilherme dos Santos Neves – secretário da Comissão capixaba, Carlos Galvão Krebs – Diretor do Instituto de Tradições e Folclore, parabenizando-o pela sua atuação. “Que o Congresso foi bom e gostoso, negar quem há-de? Seu esforço foi magnífico e admirável e, além dedo (sic), com um exemplar e maravilhoso bom humor.” (ALMEIDA, 1957)

A repercussão do Congresso organizado por Calasans e a seriedade de suas pesquisas fazem com que a CNFL, o indiquem como representante em evento internacional. “A Comissão Baiana de Folclore esteve reunida – vai a Portugal e a Itália o Professor José Calasans” foi o título de uma matéria no Jornal do Estado da Bahia, de 27 de maio de 1958. O Secretário-Geral baiano, representando a CNFL, faria parte do Colóquio Internacional de Etnografia e Folclore, em virtude da apresentação do trabalho que elaborara *Antônio Conselheiro e a guerra de Canudos na poesia popular*, em Portugal e, depois, iria a Itália estudar.)

Geralmente, para realizar eventos, a Comissão Baiana recebia verba da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, dependendo da ocasião, as sessões sobre as manifestações folclóricas transformavam-se nas Semanas de Folclore, notamos, entretanto em Agosto, as celebrações à Cultura Popular tomavam o mês todo. Percebemos também que a preocupação referente à arrecadação de recursos para subsidiar as programações era ponto principal nos esboços de organização dessas.

À medida em que ajudava a promover os estudos de folclore e sua preservação, o governo baiano também reconhecia a importância de José Calasans aos estudos de folclore, e no ano de 1978, um vereador registra na Ata de trabalhos da Assembléia Legislativa, da cidade de Salvador, voto de congratulação por palestra proferida pelo folclorista no dia do Folclore, daquele ano.

Podemos entender que “as expressões culturais não se apresentam na sua concretude imediata como projeto político. Para que aconteça é necessário que grupos sociais mais amplos se apropriem delas para, reinterpretá-las politicamente” (ORTIZ, 1986, p. 142).

No Estado de Sergipe, percebemos também que existia uma subcomissão, assim como em todas as outras regiões do país. A seção sergipana de Folclore foi criada em 1948, e teve como Secretário Geral, o professor e antropólogo Felte Bezerra (DANTAS, 1998, p.36)

Também evidenciamos o fato, por meio do sergipano autodidata Epifânio Dória, no *Diário de Sergipe*, de 29 de março de 1952, em texto de defesa à manutenção dos estudos das tradições populares, dando sua contribuição, com algumas adivinhas recolhidas da população, do município de Tobias Barreto. No entanto, a Comissão Sergipana não animava muito o Secretário-Geral da CNFL e outros participantes do movimento folclórico. Renato Almeida então, em ofício a Calasans, desabafa: “Se vocês querem convidar um lembraria escolherem entre os secretários das comissões mais próximas: o Guilherme Santos Neves, o Théo ou o Felte, embora êste seja um pouco nominal, pois em Sergipe nada se faz...” (ALMEIDA, 1996, Corr. exp.).

Desse modo, o sergipano, apesar de desenvolver sua vida intelectual na Bahia, não seria esquecido em sua terra natal. Reconhecido pelas suas ações a favor da preservação das tradições e do passado, quando ainda nos anos quarenta, antes de partir para a Bahia, havia sido o primeiro representante do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, levantando monumentos que seriam tombados. E talvez por isso, foi solicitado onde nascera.

No ano de 1966, identificamos ofício do então diretor do Museu de Sergipe, Manoel Ferreira Santos, requerendo que: [...] através de tão ilustrada e reconhecida competência de V.Ex^a. os meios que possibilitaram o Museu de Sergipe participar do Projeto-Maior da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro...” (SANTOS, 1966, Corr. exp.)

O conterrâneo pedia assim que Calasans interviesse para que, de acordo com o Decreto nº 43.678, garantisse a criação de convênios junto às entidades governamentais e privadas para a preservação da cultura patrimonial, já que o Museu havia sido tombado como Monumento Histórico.

Além desse episódio, sabemos que o professor Calasans fora convidado inúmeras vezes para seminários, semanas, simpósios, um desses, o V Simpósio de História do Nordeste, promovido pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, em 1973.

Foram cinco, os ciclos nos quais se deram a construção da Identidade Nacional brasileira: no movimento romântico e nas teorias científicas do final século XIX; no modernismo de 1922; durante o Estado Novo e por fim com os trabalhos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que concebia “o domínio da cultura como elemento de transformação socioeconômica, o ISEB se afasta do passado intelectual brasileiro e abre perspectivas para se pensar a problemática da cultura brasileira em novos termos” (ORTIZ, 1986, p. 46).

Não obstante, esse novo olhar nacionalista irá camuflar o que seria a verdadeira realidade social do país, e como consequência ver-se-ia um novo conceito de identidade nacional, dependente do poder político e contribuindo ainda mais para a marginalização dos estudos de folclore.

Em 1964, ver-se-ia a retirada de João Goulart do governo e a instauração da Ditadura Militar. Este acontecimento resultou na deposição do então diretor da CDFB, Édison Carneiro que também era integrante da CNFL, acusado de ser comunista. “As posições marxistas de Édison Carneiro, que talvez tenham auxiliado sua permanência no órgão durante aquele governo, determinaram numa violenta reação do novo regime.” (VILHENA, 1997, p. 106) A solução encontrada foi dar a direção da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro a Renato Almeida, que encontrou dificuldades para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo órgão (VILHENA, 1997).

Encarregado de administrar a CNFL e a CDFB, Renato Almeida ficaria até 1975. É neste ano que a Comissão se reestrutura passando a ter como Vice- Presidente e diretor executivo da Campanha, Bráulio do Nascimento. “... tenho a honra de informar Vossa Senhoria de que na ultima reunião da Diretoria deste Instituto, realizada no dia 09 de

setembro do corrente ano, foi reestruturada a Comissão Nacional de Folclore... (NASCIMENTO, 1975, Corr. exp.)

Percebe-se então que as ideologias políticas estiveram presentes durante a estruturação da CNFL, causando até mesmo sua desestruturação. Entendemos assim, o que Renato Ortiz ao trabalhar o que seria Identidade Nacional do ponto de vista marxista quis dizer quando a definiu como “uma forma de se delimitar as fronteiras de uma política que procura se impor como legítima” (ORTIZ, 1986, p.9)

Bráulio Nascimento ficaria à frente da CDFB até quando da transformação dessa no Instituto Nacional do Folclore (INF), tornando-se seu diretor no ano de 1980. A mudança resultou da Lei nº 6312 de 16 de dezembro de 1975 e do Decreto nº 77.300 de 16 de março de 1976, já que incorporou-se a Campanha a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) do Ministério da Educação e Cultura.

É inegável a contribuição de José Calasans em defesa da continuidade dos estudos de folclore e a sua institucionalização. Este seria consultado constantemente sobre as programações dos Congressos e presença sempre solicitada por Renato de Almeida e seus companheiros. Em seu território – Bahia, promoveu Seminários, Semanas dedicadas especialmente ao Folclore, sendo sempre mencionado nos periódicos do Estado. Observamos ainda a atuação do folclorista “sergipano e baiano” como secretário-geral até o ano de 1975, através de ofícios remetidos por Bráulio Nascimento, o então diretor da CDFB.

Certamente ainda existem lacunas sobre os trabalhos do ilustre “sergipano-baiano” José Calasans. O trabalho aqui apresentado é apenas uma contribuição aos estudiosos interessados na vida do professor Calasans, na Historiografia Sergipana e principalmente à Cultura Popular brasileira.

Entendemos que assim como outros intelectuais da época, o nosso objeto de estudo foi influenciado pelo momento político-histórico em que viveu, aderindo as teorias científicas, que os instigaram a elaborarem trabalhos que mais tarde transformar-se-iam em “legados intelectuais”, Calasans foi um desses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Renato. *Inteligência do folclore*. 2ª ed. Rio de Janeiro: INL, 1974. 368 p.
- ALMEIDA, Renato. *Vivência e projeção do folclore*. Rio de Janeiro: Agir, 1971. 161 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 111 p.
- CALASANS, José. "Aspectos folclóricos da cachaça". *Revista de Aracaju*. Sergipe, 1(1), 1943, p.31-21
- _____. *Cachaça, moça branca; um estudo de folclore*. 2ª ed. Salvador, Livraria Progresso, 1951.
- _____. "Clodomir Silva e o folclore sergipano". In: *CADERNOS ANTÔNIO VIANNA*, 1976, p.3 – 9
- _____. O desenvolvimento cultural de Sergipe na Primeira metade do século XX. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 26, 1962.
- _____. Cantigas de Cacumbis e taieiras de Sergipe. In: *Revista de Aracaju*. N.1, 1951.
- _____. O folclore do açúcar em Sergipe. *Correio de Aracaju*. 12 de fevereiro de 1942.
- _____. Currais e Engenhos. *Correio de Aracaju*. 05 de março de 1942.
- SILVA, José Calasans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe / FUNDESC, 1992. 141 p.
- CALASANS, José. *Aracaju: contribuição a história da capital de Sergipe*. 1942. 96 f.
- CALASANS, José. Discurso. In: *Revista da Academia de Letras da Bahia*. Salvador, 1963, p. 06
- CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju: guia sentimental da cidade*. Aracaju, Se: Regina, 2002, 298 p.
- CARVALHO, Jorge. *Os intelectuais da Educação: Silvio Romero, José Calasans e outros professores*. Maceió: UFAL, 2007.
- CARVALHO NETO, Paulo de. *Folclore sergipano: primeira sistemática sintética e primeira antologia (1883 a 1960)*. Sergipe: FUNDESC, 1994. 156 p.
- CARNEIRO, Edison. *Dinâmica do folclore*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Prelúdio da cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Rio de Janeiro: Vida doméstica, 1968. 99 p.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 3. ed. Brasília, DF: INL, 1972.
- DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p.7
- DANTAS, José Ibarê Costa. *O tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 a Revolução de 1930*. 2. ed. Aracaju: J. Andrade, 1999. 295 p.
- DANTAS, Beatriz Góis. Felte Bezerra: um homem fascinado pela antropologia. In: *Revista Tomo*, nº1. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1998.
- EDELWEISS, Frederico. *Apontamentos de folclore*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979.
- FREYRE, Gilberto. Prefácio a um livro. *Diário de Notícias*. 02 de Abril de 1950.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2007. 727 p

FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. São Paulo: Hucitec, 1978. 227 p.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-bliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

HOBBSAWN, Eric et al. *A invenção das tradições*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 316 p

LIMA, Jackson da Silva. *Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe*. Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura/Subsecretaria de Cultura e Arte, 1984, p.26.

MEDINA, Ana Maria Fonseca. *Memória da Ordem do Mérito Serigy*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 2005. 413 p

NOMURA, Hitoshi. A obra de Câmara Cascudo. *Revista Bibliográfica e Histórica de Campinas*. Ano XXVII, nº 196, 2005. 88 p

NASCIMENTO, Braúlio do. *Bibliografia do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1971. 353 p

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. *José Calasans e Canudos: a história reconstruída*. Salvador: EDUFBA, 2008. 202 p

NOBREGA, José Dioniso. Professor José Calasans e os Silveira em Canudos. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. N 101- 2006

NUNES, Maria Thétis. O historiador professor José Calazans. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 33, 2002.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Cortez, 1985. 148 p

OLIVEIRA, Waldir e MATOS, Edilene. Entrevista. In: *REVISTA EXU*. N 30, nov./dez. Bahia: Fundação Casa Jorge Amado, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Os Intelectuais e o nacionalismo. In: *Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate*. 2ª ed. Rio de Janeiro FUNARTE, CNFCP, 2000. p.69

RIBEIRO, Cristina Betioli. *O norte: um lugar para a nacionalidade*. Campinas: São Paulo, 2003. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, Carlos Antônio dos. *O Senhor da Velha Guarda: notas a cerca do pensamento historiográfico de José Calazans*. São Cristóvão, 1999. 103 f. Monografia (Graduação em História). DHI, CECH, UFS.

SANTOS, Ademir da Costa. *O integralismo em Sergipe: os intelectuais e a ação da igreja católica (1933-1938)*. 1996. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Entrevista. *Cadernos UFS. HISTÓRIA*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1995, p.7 – 10

SÀ, Antônio Fernando de Araújo. José Calasans. *Jornal da Cidade*. 19 de Julho de 2005. p. B6

SOUTO MAIOR, Mário. *Dicionário de Folcloristas Brasileiros*. 2ª Ed. Goiânia: 2000. 254 p.

- SILVA, Clodomir de Souza e. *Minha gente: costumes de Sergipe*. 3. ed. Aracaju: J. Andrade, 2003. 116 p
- SOUZA, Laura de Melo. A Cultura Popular e a História. *In: Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate*. 2ª ed. Rio de Janeiro FUNARTE, CNFCP, 2000. p.6
- TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: DIFEL, 1979. 380 p.
- VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964*. Rio de Janeiro, RJ: FUNARTE, Fundação Getúlio Vargas, 1997. 332 p.

COMUNICAÇÃO DE PESQUISA

HISTÓRIA E CIBERCULTURA:

O Documento Digital como Fonte Histórica

Irlan Mark Elias Vieira

Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe.

Integrante do Grupo de Pesquisas História Popular do Nordeste (HPOPNet)

Bolsista PIBIC/FAPITEC com o projeto *Admirável Campo Novo: História e Cibercultura*.

Orientador: Prof^o. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá.

E-mail: irlanhis@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo analisa como as novas Tecnologias, a exemplo da Internet, mudou a relação entre as sociedades humanas e informação no século XXI. Esta alteração faz com que aconteçam divergências entre os historiadores sobre os usos do documento digital. Neste trabalho, a metodologia utilizada consistiu na análise bibliográfica sobre cibercultura. Portanto, esta pesquisa observou como esta ferramenta tem proporcionado mudanças e discussões que abriram novas possibilidades sobre esse tipo de fonte e seus respectivos usos pelos historiadores.

Palavras-chave: Internet, cibercultura, Documento Digital

ABSTRACT

This paper analyses the “web age”, something that has changed the relation between human societies and information in the twenty first century. These changes have caused disagreements between historians about the impact of digital documents. In this work the methodology consists of bibliographic analyses about cyberculture. This research has stimulated changes and discussions that have opened new possibilities about this kind of source and its respective use by historians.

Key-words: internet, cyberculture, digital documents

A difusão da “Era da Internet” na primeira década do século XXI tem provocado grandes transformações na forma como obtemos e absorvemos as informações. Estas mudanças têm provocado grandes discussões entre os pesquisadores de história sobre a utilização dos documentos digitais e sua utilização como fonte primária e objeto de pesquisa. Fator este que tem motivado a troca direta de experiências e discussões dos problemas e vantagens ocasionados por esta ferramenta dentro da comunidade de estudiosos, abrindo um novo cenário de discussões sobre sua utilização ou não no ofício do historiador.

Desde o final do século XX, com a maior difusão dos computadores pessoais e o acesso à Internet¹, a informação e a comunicação passaram por transformações muito significativas, tanto na esfera da vida cotidiana (lazer, convívio pessoal), quanto em atividades especializadas de trabalho e pesquisa, que incluem o processo de ensino e aprendizagem.

A informática representou uma mudança muito significativa, no que se refere ao acúmulo de informações, ao acesso a elas e à comunicação entre as pessoas. Desde os anos 1980, vivemos a era dos computadores pessoais, que introduziu alterações na socialização cotidiana e também nas práticas de pesquisa, ensino e aprendizagem.

A *web* aparece como uma fonte inesgotável de recursos e um dos mais fascinantes meios de comunicação de massa. Nela, encontramos uma vasta proliferação de recursos disponíveis para cada nível de curiosidade e interesse histórico, tornando o ciberespaço² um vasto território para a exploração de documentos e informações, mas, ao mesmo tempo, essa natureza heterogênea do conceito de “fonte digital” e sua extrema variabilidade, dependendo do tipo de informação e do requerente, pode se tornar muito escorregadia e, por isso, nem sempre poderá ser utilizada como referência específica aos estudos históricos.

É preciso pensar sobre algumas perspectivas básicas no contato com o ciberespaço no campo do conhecimento histórico, tanto na pesquisa quanto no ensino e aprendizagem. As redes de comunicação colocam professores e alunos em contato permanente com catálogos de museus, arquivos e bibliotecas, bem como com textos e imagens pertencentes a esses acervos

¹ “A Internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos para muitos em tempo escolhido e a uma escala global. Do mesmo modo que a difusão da imprensa no ocidente deu lugar ao que McLuhan denominou de ‘Galáxia Gutenberg’, entramos agora num novo mundo da comunicação: a Galáxia Internet” (CASTELLS, Manuel, 2003, p. 16).

² O “ciberespaço” é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (Cf. LÉVY, 1999, p. 17).

eletrônicos. Além disso, sites oferecem informações e análises de diferentes tópicos relacionadas às mais diversas áreas do saber. Também os computadores permitem acumular informações e processá-las de diferentes formas, ampliando enormemente as possibilidades de acesso aos dados. Por fim, os grupos de discussão e comunidades da internet viabilizam compartilhar saberes e trocar interpretações com pessoas que, muitas vezes, estão fisicamente longe da sala de aula ou do laboratório de pesquisa.

Por meio da *web*, os historiadores passaram a ter acesso facilitado a catálogos e acervos de arquivos, museus, bibliotecas e instituições similares. Ao mesmo tempo, bancos de dados acumulam resultados de pesquisas e oferecem instrumentos de trabalho muito úteis. Com isso, resultados de investigações são disponibilizados em escala internacional, agilizando o diálogo entre os que trabalham sobre campos de interesses aproximados.

Vale lembrar, ainda, o funcionamento ou a possibilidade de criação de grupos de discussão sobre questões históricas por meio da Internet. Isto tem se tornado uma prática comum, pessoas com interesses temáticos, técnicos ou teóricos em comum, que não podem se reunir a toda hora, num país com a dimensão continental do Brasil, por exemplo, utilizam instrumentos dessa natureza para manterem textos *on-line*, travarem discussões sobre determinado assunto, reuniões etc.

Se com a rede de informações disponíveis na Internet ampliamos considerável e inexoravelmente a quantidade de recursos e sua qualidade, também se aumenta a necessidade de clareza na definição dos problemas ocasionados por sua utilização, cabendo ao pesquisador ficar atento a uma série de cuidados. Independentemente de uma consciência crítica das possibilidades de novos materiais encontrados na *web*, ela nos fornece um verdadeiro enriquecimento da cultura histórica. Com isso, a “rede” torna-se uma ferramenta extraordinária, cujo potencial já está parcialmente implantado, mas que ainda necessita de uma consciência crítica ao utilizá-la, sendo que as novas tecnologias da comunicação podem efetivamente contribuir muito para a pesquisa, ensino e aprendizagem em história.

A possibilidade de acesso por via eletrônica de catálogos e bibliotecas eletrônicos ou índices e inventários de arquivos é uma ajuda importante para a pesquisa, fornecendo ferramentas altamente eficazes para a organização do trabalho, investigações e acesso aos materiais que o pesquisador deseja através do desenvolvimento das bibliotecas digitais. Através de um computador conectado em rede, temos a coleções inteiras de textos e documentos raros que, na maioria das vezes, é difícil de encontrar e ter acesso em bibliotecas representa um avanço importante para a pesquisa histórica desde o início da propagação da *web*, tornando-a um fascinante mundo de investigação para o ofício do historiador.

No entanto, a disponibilidade de reproduções digitais conduz a levantar problemas deste tipo de documentação. O primeiro problema metodológico fundamental que está diante de um documento digital é a sua falta de materialidade como fonte. Um documento para assumir o caráter de fonte histórica não deve estar sujeito a mudanças que não estão documentadas, além de que, para se tornar fonte histórica o documento necessita da intervenção de um pesquisador que o selecione em meio a vários outros documentos utilizando-o como fonte para pesquisa histórica. Ao contrário do papel ou a materialidade do seu testemunho, o documento eletrônico está sujeito a mudanças e alterações que podem não deixar vestígios detectáveis.

O trabalho do profissional de história com a informática também engloba recursos para reprodução, a acumulação e o tratamento de informações, desde o apelo ao scanner, particularmente importante para quem pesquisa fontes visuais, passando por programas estatísticos, extremamente úteis para os historiadores debruçados sobre dados quantitativos, mas também aplicáveis aos mais diferentes tipos de materiais. Esses instrumentos copiam, acumulam, confrontam e processam dados numa velocidade nunca antes imaginada por historiadores do passado.

Uma das dificuldades encontradas em relação aos documentos eletrônicos se refere a sua preservação. Tendo como exemplo um documento (texto), feito por um processador de textos há dez anos e que foi gravado em um disquete de 5 polegadas e $\frac{1}{4}$, hoje em dia, ele já está enfrentando graves problemas de acesso e leitura. Imaginemos este mesmo documento daqui a 100 e 500 anos, imaginando-se que se esta mídia ainda estiver em perfeitas condições de uso para ser reproduzida, já estará ultrapassada. Não há limites para as possibilidades de futuros avanços tecnológicos e com isso a capacidade do homem desenvolver sistemas que sejam capazes de decodificar todas as linguagens e tecnologias passadas, mas atualmente este problema existe e não pode nem deve ser ignorado. Tudo isto, obviamente tem consequências diretas no importante problema técnico da preservação da memória digital, que no momento é uma das principais preocupações dos historiadores.

O problema da preservação futura traz outra preocupação importante para o pesquisador. Levando-se em conta que esta preservação e utilização futura dos arquivos seja possível, sabemos que isto demanda altos custos, os quais na maioria das vezes ficam a cargo de grandes empresas privadas, tornando esta documentação digital uma mercadoria acessível somente àquelas pessoas que poderem pagar por sua utilização, dificultando o acesso a tais documentos que deveriam ser públicos e gratuitos e sua preservação de responsabilidade do Estado.

Mais uma característica das ferramentas oferecidas pelas tecnologias da inteligência é a extrema rapidez da reprodução, do processamento e da circulação de informações. Esse ritmo sempre acelerado representa uma vantagem no mundo onde vivemos. Gastamos muito menos tempo para copiar uma documentação gigantesca ou para obter cópias de fontes que estão em arquivos muito distantes, bem como para processá-la de diferentes formas, do que qualquer pesquisador de décadas passadas ou até mesmo pesquisadores tradicionais ou céticos quanto à utilização da *web* gastaria.

Essa rapidez no acesso a documentação digital facilita muito o trabalho do pesquisador, mas tende a contaminar o ato de pensamento, que não segue necessariamente o mesmo ritmo. Preservando as conquistas que esse acesso e tratamento de um universo quase ilimitado de fontes nos permitem no cotidiano da pesquisa histórica, num ritmo muito acelerado, é sempre necessário lembrar, a cada dia, que o computador e a Internet são ferramentas úteis ao pesquisador, e que o trabalho de pensamento continua e nunca deixará de estar a cargo dos seres humanos.

Outra face do problema diz respeito à relação dos recursos de informática com os acervos originais que não foram produzidos pelo computador. Vivemos numa época em que há uma espécie de febre pelo escaneamento e pela digitalização, tendo em vista a evidente facilidade e rapidez que representam na cópia e transmissão de informações. Mas isto não garante uma preservação dos dados digitalizados, porque seu arquivamento depende de mídias para armazenamento e não se sabe ao certo como estas mesmas mídias serão utilizadas no futuro devido à rápida mudança e evolução das tecnologias digitais.

A digitalização, assim como outros tipos de documentos digitais, jamais substituiu (nem substituirá) a materialidade dos documentos originais. Precisamos evitar algumas ingenuidades teóricas e técnicas que, às vezes, marcam o trabalho do profissional de história com a informática. Ninguém negará que a informática é um excelente instrumento de trabalho, mas isso jamais se confundirá com a perspectiva de que ela resolverá todas as questões por nós, usuários em geral.

O entusiasmo com os documentos digitais faz esquecer que muitos de seus suportes são frágeis, podem ser atacados por vírus, são descartáveis e podem perder a capacidade de uso. Não é porque fizemos um trabalho de escanear e digitalizar documentos que esse material está salvo para sempre. Acidentes físicos ou erros de utilização podem levar a perda de tudo. Isso significa que temos de ter os suportes originais preservados e garantir outras cópias; senão, estaremos à mercê de acidentes muito comuns, que destroem o trabalho de vários dias, meses e até anos. Por outro lado, o trabalho de quem copiou um documento original, de acordo com

a historicidade de seu olhar, pode negligenciar aspectos que apenas sua preservação física garantirá serem recuperados noutro momento e retrabalhado de outros ângulos.

No que se refere à publicação em rede, o documento digital publicado através da web, ganha possibilidades de difusão incomparavelmente mais ampla do que o que é possível para os livros impressos. A abertura de fóruns de discussão sobre as mais variadas pesquisas faz com que se tenha a possibilidade de um debate a qualquer hora e lugar sem termos que nos deslocarmos de nossas residências ou locais de trabalho. E, por fim, a publicação *on-line* permite uma redução substancial dos custos de produção se comparado com a publicação em livros e revistas.

A Internet trouxe um novo modelo de escrita para a história, que mesmo um leigo ou pesquisador com experiência mínima com a web em relação às suas pesquisas, pode facilmente perceber. Ela traz a possibilidade de utilizar o hipertexto que, segundo Pierre Lévy, é um conjunto de nós ligados por conexões, eles podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos e sons, tornando mais interativo e dinâmico a leituras de documentos e textos, ou seja, uma massa incontrolável de novas formas de documentação a partir do ponto de vista deste tipo de escrita.

Portanto, as técnicas de computador e as novas tecnologias disponíveis para o estudo historiográfico são muito importantes para a nova linguagem digital, assim como o hipertexto usado a disposição na *web* é a base para uma profunda revolução na maneira de fazer história hoje. Mas ainda é necessária uma memória humana singular para trabalhar junto aos bancos de dados, as simulações, os discursos entrelaçados dos hipertextos, pois, para inventar a cultura do amanhã será preciso que nos apropriemos das interfaces digitais. Caberá ao historiador decidir se ele irá utilizar a Internet e sua documentação digital como fonte de pesquisa, lembrando-se de utilizá-la de forma crítica e sensata, além de todos os benefícios e dificuldades que elas venham a trazer para o seu ofício.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

NOVA, Cristiane. A Informática e a democratização da pesquisa histórica. In: Olho da História, nº 4, 1997. Capturado em 10/08/2009 no endereço eletrônico <http://www.oolahistoria.ufba.br/04nova4.html>.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed.34. 1999.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**: O Futuro do Pensamento na Era da Informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MINUTI, Rolando. " *Internet e il mestiere di storico*. Riflessioni sulle incertezze di una mutazione ", In: *Cromohs*, 6 (2001): 1-75 <URL:http://www.cromohs.unifi.it/6_2001/rminuti.html > Acessado em 25/08/2009.

NOIRET, Serge. **Storia e Internet**: La ricerca storica all'alba Del terzo millennio. In: Memoria e Ricerca, 1997. Retirado do endereço eletrônico: <URL: <http://www.fondazioneasadioriani.it/modules.php?name=MR&op=body&id=74>> Acessado em 30/09/2009.

NOIRET, Serge. La didattica della storia su internet. 1998. <URL: <http://www.fondazioneasadioriani.it/modules.php?name=MR&op=body&id=71>> Acessado em 30/09/2009.

RESENHAS

SOB A LUPA DE IBARÊ¹

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

Professor da Universidade Federal de Sergipe (NMU/UFS)

Doutorando em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

E-mail: samuelalbuquerque@ufs.br

Em meados da década de 1990, Ibarê Dantas iniciava silenciosamente suas investigações sobre Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, engenhoso político sergipano que viveu entre 1825 e 1909. Fruto dessas pesquisas, Ibarê acaba de lançar a obra “Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909): o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe” (Aracaju: Criação, 2009. 480 p).

Renomado historiador e cientista político, José Ibarê Costa Dantas é professor emérito da Universidade Federal de Sergipe e preside o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe desde 2003. Até então, o conjunto de sua obra se constituía num monumento dedicado ao estudo da dinâmica política de Sergipe durante a República. São de sua autoria as obras: *O Tenentismo em Sergipe* (Petrópolis, Vozes, 1974); *A Revolução de 1930 em Sergipe* (São Paulo, Cortez, 1983); *Coronelismo e dominação* (Aracaju, Diplomata/UFS, 1987); *Os partidos políticos em Sergipe – 1889/1964* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989); *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997); *Eleições em Sergipe – 1985/2000* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2002); e *História de Sergipe: República – 1889/2000* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2004). Em sua nova empresa, mediante a figura emblemática de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, Ibarê Dantas envereda pela política sergipana do século XIX e princípios do século XX.

Foi investigando as origens familiares do ex-governador Leandro Maynard Maciel (1897-1984) que Ibarê Dantas se deparou com o avô paterno, Antônio Luiz de Araújo Maciel (1797/1850), e com o pai, Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909), podendo constatar que a estirpe dos Maciel esteve ativa na militância política, desde as primeiras décadas do século XIX até os anos setenta do século XX. É preciso dizer que Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel não é um “mocinho” na narrativa de Ibarê Dantas. A representação construída sobre o biografado persegue a imparcialidade e apresenta

¹ Uma versão resumida desse texto foi publicada em junho de 2009 na imprensa sergipana.

um homem truculento, um político contraditório e, muitas vezes, escorregadio. A biografia encanta mais que o biografado e nos ajuda a compreender práticas políticas “muitas vezes eivadas de procedimentos moralmente ilícitos” (p. 17).

A variedade e a quantidade de fontes inquiridas (jornais, inventários, testamentos, cartas, memórias, depoimentos, dentre outras) são elementos que chamam atenção na obra, além do uso racional que é feito desses “documentos que sobreviveram à incúria dos homens” (p. 16). Os acervos mais devassados foram: o Arquivo Público do Estado de Sergipe (Aracaju) e o Arquivo Nacional (Rio de Janeiro); a Biblioteca Pública Epifânio Dória (Aracaju) e a Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro); o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (Aracaju) e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (Salvador); o Arquivo do Judiciário de Sergipe (Aracaju), dentre outros.

As fontes que lastreiam a obra não estão diluídas em nenhum modelo interpretativo grosseiro e alheio ao objeto. Acertadamente, a abordagem biográfica foi inspirada em conceitos de Hannah Arendt, orientando o enfoque dado ao comportamento do homem público inserido no processo político (“Homens e tempos sombrios”. Cia das Letras, 1987), e Max Weber, combinando a ética de convicção com a ética de responsabilidade para compreender as práticas políticas de antanho (“Ensaio de Sociologia”. Zahar, 1963), bem como o método tipológico ideal para lidar com a carência de dados sobre a infância e a juventude do biografado (“Sobre a teoria das ciências sociais”. Presença, 1974). O conceito de realidade histórica de Paul Veyne também aparece e ajuda a dar sentido aos vestígios da trajetória do velho Leandro Maciel (“Como se escreve a história”. UnB, 1992).

Entre interlocutores de Ibarê Dantas, encontramos desde consagrados nomes da nossa historiografia — Felisbela Freire, Maria Thetis Nunes, Maria da Glória Santana de Almeida, Luiz Mott, Josué Modesto dos Passos Subrinho, Maria Nely dos Santos, Terezinha Oliva... — até jovens autores de monografias produzidas no curso de História da UFS, como Vanessa dos Santos Oliveira, Ivan Fontes Barbosa e Giliard da Silva Prado.

Recuperando e dando sentido às experiências que marcaram a trajetória de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, Ibarê Dantas acaba por ressignificar eventos marcantes da história de Sergipe, como o processo de emancipação política em relação à Bahia (1820-1822), a Revolta de Santo Amaro (1836), a mudança da Capital (1855), a Revolta Fausto Cardoso (1906), dentre outros. Dessa forma, analisam-se “os efeitos das mudanças de gabinete no quadro local, as repercussões das alterações na legislação

eleitoral, o jogo partidário, as lutas internas entre as facções, as eleições, a transição do Império para a República, os primeiros tempos da nova forma de governo, as intervenções e a instabilidade política na primeira década republicana” (p. 11-12). Além disso, a análise do relacionamento do biografado com seus correligionários e adversários aproxima o leitor de outros sergipanos memoráveis como: Sebastião Gaspar de Almeida Botto, João Gomes de Mello (Barão de Maruim), Antônio Dias Coelho e Mello (Barão da Estância), Coelho e Campos, Felisbelo Freire, Oliveira Valladão, Sílvio Romero, Ivo do Pardo, Martinho Garcez, Olímpio Campos e Fausto Cardoso. Com relação aos dois últimos, Ibarê reabilita a figura política de Olímpio e relativiza a figura heróica de Fausto Cardoso, apresentando dados concretos e argumentos convincentes.

As análises feitas por Ibarê Dantas são criteriosas. Contudo, garimpei uma tese da qual pude discordar. Ela trata do ostracismo político o qual envolveu os líderes do Partido Liberal com o advento da República, em oposição ao vigor demonstrado pelos velhos líderes do Partido Conservador, representados por Leandro Maciel, Coelho e Campos e Olympio Campos (páginas 233, 260 e, sobretudo, 276). Sabemos que, no crepúsculo do Império, o principal líder do Partido Liberal em Sergipe era Antônio Dias Coelho e Mello (1822-1904), senhor do engenho Escurial (São Cristóvão) que à época da Proclamação da República ocupava o cargo de senador vitalício e ostentava o título de Barão da Estância. Mesmo tendo se afastado da militância política nos tempos da República, o Barão da Estância deixou como herdeiro político o seu genro, o médico Gonçalo de Faro Rollemberg (1860-1927), casado com sua filha Aurélia (Dona Sinhá). Ainda no Império, o referido Gonçalo militou ao lado do sogro no Partido Liberal e foi eleito à Assembléia Provincial em 1884. Sob a República, o Barão da Estância contribuiu decisivamente com a vitória de Thomaz Rodrigues da Cruz nas eleições de 1890 para o Senado. Aliando-se a Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão, viu seu genro ser eleito vice-presidente do Estado para o biênio 1894-1896. Gonçalo do Prado Rollemberg (Gonçalinho das Pedras), também vinculado ao Barão da Estância, foi eleito deputado federal em 1897, mesmo ano em que Valladão foi eleito para o Senado. Em 1915, Gonçalo de Faro Rollemberg dirigiu a vitoriosa campanha do filho Antônio Dias Rollemberg para deputado federal. Dois anos depois, em 1918, Gonçalo foi eleito senador da República, cargo que ocupou até 1926. Em 1927, o “Senador Rollemberg”, como ficou conhecido, engajou-se ainda na campanha do filho Luiz Dias Rollemberg, eleito deputado federal. Mesmo com a morte prematura do ex-senador Gonçalo de Faro

Rollemberg, ocorrida em 1927, os seus descendentes continuaram atuando no campo político. Em 1946, os netos Carlos Waldemar Accioli Rollemberg e Francisco Leite Neto foram eleitos para a Câmara Federal, sendo que o último foi eleito deputado federal por quatro mandatos. Um ano depois, o neto José Rollemberg Leite foi eleito governador do Estado, em 1947. Armando Leite Rollemberg, também neto de Gonçalo, elegeu-se deputado estadual por duas legislaturas, iniciando a primeira em 1947, e deputado federal por três legislaturas, a partir de 1954, não chegando a concluir a última por ter sido nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal de Recursos, em 1963. Francisco Leite Neto, o qual ocupou importantes cargos no governo de Maynard Gomes e Eronides de Carvalho, elegia-se senador em 1963. José Rollemberg Leite, depois de ter passado pelo senado entre 1965 e 1971, foi reconduzido pelos militares ao governo do Estado, em 1975. Ainda hoje, podemos encontrar descendentes diretos do Barão da Estância atuando na política sergipana. O atual chefe do Executivo na cidade de Itaporanga d'Ajuda, berço da família Coelho e Mello, é tetraneto do Barão da Estância. A senhora Ruth Rollemberg da Fonseca Mandarin, mãe do César Mandarin, é bisneta do Barão da Estância e neta do Senador Rollemberg. Portanto, percebemos que, de forma mais discreta, os líderes do Partido Liberal, como Gonçalo de Faro Rollemberg e Thomaz Rodrigues da Cruz, fizeram-se presentes na República, e os seus descendentes ganharam notoriedade e expressividade política inegáveis.

É interessante observar que, mesmo sob a República, os descendentes do Barão da Estância e os descendentes de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel militaram quase sempre em grupos políticos opostos. Um belo exemplo disso é a oposição entre UDN (União Democrática Nacional), liderada por Leandro Maynard Maciel, e o PSD (Partido Social Democrático) que congregava o clã Rollemberg, entre os anos 40 e 50 do século XX.

Outro elemento característico da obra de Ibarê Dantas é seu didatismo. A obra, com quase 480 páginas, foi estruturada em 20 capítulos, pausando a leitura do texto e evitando torná-lo cansativo. Além disso, ao final de cada capítulo, o autor apresenta um resumo do que foi discutido e sugere o tema que será abordado no capítulo seguinte, convidando o leitor para prosseguir com a leitura.

A obra não está restrita ao universo político. Ibarê Dantas observa, por exemplo, interessantes aspectos da vida cultural dos sergipanos do século XIX, como as práticas matrimoniais, o pagamento de dote, o rapto de jovens e viúvas afortunadas, as atitudes perante a morte... Enfim, é uma obra de mestre! Nela o autor se reinventa e passa a

dialogar com novas gerações de leitores. O livro é engenhoso! A leitura é agradável e envolvente.

O dia 13 de maio de 2009, exatos cem anos após a morte do biografado, foi a data escolhida para o lançamento da obra que já nasce com feições de um clássico. O lançamento do livro “Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel” se constitui em um fato historiográfico de primeira grandeza e legitima o lugar de destaque ocupado por Ibarê Dantas em nossa “República das Letras”.

A NOVA ABOLIÇÃO

Jacqueline dos Santos
Graduanda em História e bolsista PIBIC- COPES/UFS
Integrante do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades (GPCIR/UFS)
E-mail: Jacqueline.ab@gmail.com

DOMINGUES, Petrônio. *A Nova Abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008, 182 p.

Os estudos sobre as relações raciais no Brasil vêm apresentando debates acalorados no meio acadêmico, oferecendo resultados positivos na descoberta de fatos até então desconsiderados na historiografia brasileira. A abolição da escravatura foi de grande relevância, mas não foi suficiente para tornar o manumitido “livre” das agruras, herança do regime escravista. Este não ficou alheio à sua realidade e, através de mobilizações organizadas no pós-abolição, lutou por seu espaço e sua cidadania frente à emergente sociedade de classes.

O livro *A Nova Abolição*, de autoria de Petrônio Domingues publicado em 2008, aborda os aspectos das relações raciais, mais especificamente no Estado de São Paulo, num período que data do final do século XIX até o início do século XX. Domingues nasceu em Recife (PE) e tem graduação, mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal de São Paulo (USP). É autor de vários artigos em revistas acadêmicas e do livro *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição* (Editora Senac, 2004). Atualmente, é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A *Nova Abolição* está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo: *Os jornais dos filhos e netos de escravos (1889-1930)*, neste capítulo, Domingues faz um mapeamento da imprensa negra paulista, no período de 1889 a 1930. Inicialmente analisa a produção acadêmica sobre a temática para, em seguida, discorrer como os jornais produzidos pelos e para os negros eram instrumento de resistência e elevação moral.

O segundo capítulo, *Os descendentes de africanos vão à luta em terra Brasilis. Frente Negra Brasileira versus Teatro Experimental do Negro*. O autor documenta mobilizações e contribuições da população negra nos processos políticos, a exemplo da *Frente Negra Brasileira* (1931-1937) e do *Teatro experimental do negro*, na luta pela cidadania. A primeira foi criada oficialmente em 16 de setembro 1931, num momento de abertura política e ideológica iniciada com o golpe de Estado de 3 de outubro de 1930. Esta organização cresceu rapidamente despertando o orgulho racial entre seus associados. Durante sua existência, teve

dois presidentes: Arlindo Veiga dos Santos, que renunciou ao cargo em junho de 1934, sendo substituído por Justiniano Costa. Segundo Domingues:

A Frente Negra criou uma série de símbolos diacríticos (carteira de identidade, contendo fotos e dados pessoais do filiado; uniformes para alguns departamentos; bandeira e hino) a fim de garantir a visibilidade para suas ações, gerar uma identidade específica para seus associados e, ao mesmo tempo adquirir credibilidade no seio da população negra e na sociedade em geral (DOMINGUES, 2008, p.63).

Já o Teatro Experimental do Negro (TEN) foi um grupo fundado em 1944, no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo, e Sebastião Rodrigues Alves. A princípio, o grupo foi uma forma de protesto pela ausência do negro nas encenações artísticas da época. Porém, adquiriu caráter mais amplo posteriormente, atuando em outras áreas e se contrapondo ao “preconceito de cor” da sociedade brasileira. Em conjunto com a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro contribuiu para a construção de uma consciência racial para o afro-brasileiro.

No terceiro capítulo, *Os pérolas negras: A participação do Negro na Revolução Constitucionalista de 1932*, Domingues contextualiza o conflito armado que assolou São Paulo em 1932 e nele registra a participação do negro. Neste capítulo, ele utilizou notícias impressas nos jornais da época (grande imprensa) que confirmam a existência de um agrupamento batizado de *Legião Negra*. Dissidência da Frente Negra Brasileira, este agrupamento foi criado em 14 de julho de 1932, sendo chefiado por Guaraná Santana e Gastão Goulart. A Legião era constituída por três batalhões de infantaria; possuía um efetivo de aproximadamente dois mil combatentes. Apesar de a FNB se manter isenta do conflito, seus dirigentes mantinham uma forte simpatia pelo governo de Getúlio e não queriam sua deposição. As mulheres negras também participaram do conflito, sendo que sua participação não se restringiu à retaguarda, mas também aos postos avançados, conforme foi noticiado:

As mulheres de cor dão um belo exemplo de civismo e patriotismo. Lá estão elas, formando os batalhões de enfermeiras. Seguem para a frente e animam, com o seu exemplo, os valentes homens da sua raça. Sem vaidades, naturalmente com dedicação, cumprem, heroínas devotadas à grande causa, o sagrado dever que é defender São Paulo e o Brasil das garras da ditadura

nefasta que o aniquilava. (A Gazeta, São Paulo, 23 jul. 1932, p. 3 *apud* DOMINGUES, 2008, p. 120).

Apesar de mostrar a ativa participação do negro na revolução constitucionalista, o autor salienta que este fato ainda permanece “esquecido” pela memória oficial do movimento armado, resultado do etnocentrismo da historiografia brasileira.

No último capítulo, *Ações afirmativas para negros no Brasil: O início de uma reparação histórica*, Domingues inicialmente apresenta um panorama geral sobre o quadro de desigualdade racial no Brasil com base em indicadores sociais. Em seguida, contextualiza as ações afirmativas e discorre sobre cotas para negros e sua implantação nas Universidades públicas brasileiras:

Entre as políticas de ações afirmativas que vêm sendo experimentadas no Brasil, a mais polêmica é o programa de cotas para negros. Na verdade as cotas constituem mecanismos extremos de ação afirmativa: é a reserva de um percentual determinado de vagas para um grupo específico da população (negros, mulheres, gays, entre outros), principalmente no acesso à universidade, ao mercado de trabalho e à representação política. (DOMINGUES, 2008, p.151).

O autor utiliza dados de instituições de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outra fonte utilizada foi o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Estes revelam que os negros levam desvantagem em relação aos brancos em várias esferas da vida social, política, educacional e profissional. O IPEA, por exemplo, mostrou que dos 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% são negros. No campo educacional a situação também é agravante, pois “97% dos Universitários são brancos, 2% são negros e 1% é descendentes de orientais” (HENRIQUES. *apud* DOMINGUES, 2008, p.149). Diante desses dados as cotas seriam um instrumento de combate à desigualdade racial num país em que, embora se garanta constitucionalmente a igualdade, o preconceito racial permeia a sociedade.

A obra tem um viés informativo e possui um estilo didático, que nos mostra o caráter multifacetado das relações raciais no Brasil no pós-abolição. Possui uma abordagem inovadora, que a diferencia das literaturas tradicionais sobre a temática. As populações afro-

diaspóricas têm sido representadas na historiografia brasileira em intervalos, sobretudo, no período da Colônia, Império e no período Republicano, sendo-lhe atribuída pouca importância. Neste sentido, o autor cumpriu a proposta de nos evidenciar não só as mobilizações organizadas pelos “homens de cor” na defesa de sua auto-afirmação social, mas também o papel desempenhado pelo mesmo nos processos políticos e sociais que permearam a história do Brasil. Dessa forma, a obra assume um papel relevante, na medida em que nos auxilia no estudo e na compreensão daqueles que permaneceram à margem da história e da sociedade brasileira.